

**“VIZINHANÇA, ISOLAMENTO SOCIAL E CRIMINALIDADE:  
CONDICIONANTES DO FENÔMENO DO CRIME EM BELO HORIZONTE,  
2000”**

**ELIÉSER DE FREITAS RIBEIRO**

[elieser\\_ribeiro@yahoo.com.br](mailto:elieser_ribeiro@yahoo.com.br)

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM SOCIOLOGIA.

Área de concentração: Gestão urbana e criminalidade

Orientadora: Corinne Davis Rodrigues

Belo Horizonte

Setembro de 2010

**301      Ribeiro, Eliéser de Freitas**

R484v    Vizinhança, isolamento social e criminalidade [manuscrito] :

2010      condicionantes do fenômeno do crime em Belo Horizonte / Eliéser de Freitas

Ribeiro. - 2010

149 f. : il.

Orientadora: Corinne Davis Rodrigues

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências.



Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
**Programa de Pós Graduação em Sociologia**  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha  
31.270-901 - Belo Horizonte - MG

**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE**  
**ELIÉSER DE FREITAS RIBEIRO**

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro de 2010 ( dois mil e dez) reuniu-se a Banca Examinadora da Dissertação **“Vizinhança, Isolamento Social e Criminalidade: Condicionantes do Fenômeno do Crime em Belo Horizonte, 2000”** composta pelos professores doutores Jerônimo Oliveira Muniz (DSOA-UFGM), Andréa Maria Silveira (DMPS-UFGM) e Corinne Davis Rodrigues (Orientadora - DSOA-UFGM). Procedeu-se à arguição por parte do aluno, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da dissertação. Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jerônimo Oliveira Muniz

Prof.ª. Dr.ª. Andréa Maria Silveira

Prof.ª. Dr.ª. Corinne Davis Rodrigues

Dedico esse trabalho aos meus pais, irmãs e familiares e a amiga Libni Meireles.

## **Agradecimentos**

Esse trabalho culmina uma fase importante do meu processo educacional e durante todo esse período existiram muitas pessoas para se agradecer.

Quero agradecer ao Eterno que me forneceu toda energia espiritual e material necessária para chegar até aqui.

Gostaria de agradecer a toda a minha família, meus pais, minhas irmãs, meus tios, em especial, Glenda, Toninho, Ernandes e Druzila, meus avós, meus primos e primas.

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Corinne Davis, que por sua dedicação, transcendeu o papel de professora e servirá sempre de exemplo para minha conduta profissional.

Quero agradecer aos amigos do mestrado, Diogo, Nanda, Carol Ilídia e Imura, Daniel, Thiago Sá e Rafael pelos preciosos momentos de companhia.

Para a realização desse trabalho foram fundamentais Diogo e Fred, com ensinamentos e discussões preciosas. Devo-lhes um agradecimento especial.

Tenho que agradecer o CRISP, em especial ao Rodrigo pelos dados de crime. Não menos importante, o Olinto da FJP pelos dados sociais da UDH's.

Quero agradecer aos amigos de BH e Manhuaçu que compreenderam ou não, quando não pude sair para fazer a dissertação.

Agradecimento especial aos amigos com marcas indeléveis na memória.

Aos meus amigos de república Sborlnia em especial, Igor, Felipe, Guigui, Zinger (compartes de quarto). Aos muitos que passaram por lá também, Ertim, João e Pedro Rivera.

Aos meus amigos do sindicato Felipe, Guigui, Thiagão, 2 Fred's, André, Fabrício, Luís, Vitim, CB, Daniel.

Ao grande Dialética e suas partidas memoráveis...

As minhas amigas da graduação, Val, Lu Colega, Gabi, Gabizinha, Gio, Let's.

Aos amigos da Oitava Igreja: Libni, Carolina, Gustavo, Tiago, André, Fernando, Jessé, Pr. Fábio, Naty, Filipera, Ivan, Glendinha, Lívia.

Aos eternos amigos de Manhuaçu: Joyce, Manim, Chapisco, Titi, Marquim, Lidiane.

## Sumário

Resumo.....	7
Introdução.....	8
1 – Ecologia social do crime, metrópole e vizinhança.....	13
1.2 – Metrópole e vizinhança.....	24
1.2.1 – A condição metropolitana.....	27
1.2.2 – A condição de vizinhança.....	37
1.2.3 - Os problemas sociais existentes na relação entre as condições metropolitanas e de vizinhanças.....	41
2 – Estrutura, isolamento social e crime.....	43
2.1 – Perspectiva estrutural, processos sociais de urbanização e pobreza.....	45
2.2 – Isolamento social e conformação de valores.....	58
2.3 – Cultura, comportamento adaptativo, auto-eficácia e código da rua.....	66
2.4 – As nuances do caso brasileiro.....	86
3 – Dados e metodologia.....	96
3.1 - Unidade de análise e Dados.....	97
3.1.1 – Unidade de Análise.....	97
3.1.2 – Dados de criminalidade.....	101
3.1.3 – Dados Sociais.....	102
3.1.4 – As variáveis.....	103
3.1.4.1 - Variáveis dependentes.....	103
3.1.4.2 - Variáveis independentes.....	105
3.2 – Problema de Pesquisa e Hipóteses de Pesquisa.....	116
3.3 – Tratamento dos dados.....	118
4 – Resultados.....	121
4.1 – Estatísticas descritivas.....	124
4.2 – Análise confirmatória.....	130
5. Conclusão.....	139
Bibliografia.....	145

## Lista de figuras, gráficos e tabelas

FIGURA 1 .....	123
FIGURA 2 .....	133
GRÁFICO 1 .....	125
GRÁFICO 2 .....	126
TABELA 1 .....	29
TABELA 2 .....	29
TABELA 3 .....	124
TABELA 4 .....	128
TABELA 5 .....	130
TABELA 6 .....	134
TABELA 7 .....	135

## Resumo

Esse trabalho irá abordar como os espaços urbanos teriam seus traçados definidos por posições sociais produzidas pela estrutura de distribuição desigual de recursos econômico, social e simbólico. As definições das posições na sociedade, produziriam a aglomeração de indivíduos estigmatizados e desprivilegiados em certas áreas. Essa condição influenciaria nas interações e densidades das relações e redes sociais de indivíduos. Essa influência contribuiria para a conformação a normas, comportamentos e condutas de certos grupos que por sua vez estariam mais ou menos relacionados a cursos de ações violentas ou desviantes que levariam ao crime. Assim, esse trabalho pretende analisar o efeito das vizinhanças, dos níveis de isolamento social nas taxas e tipos de crime, utilizando principalmente a análise confirmatória de Modelagem de Equações Estruturais.

**Palavras chaves: criminalidade, violência urbana, isolamento social, vizinhança, modelagem de equações estruturais.**

*This paper addresses how urban spaces have their traces defined by social positions produced by the unequal distribution structure of economic, social and symbolic resources. The definition of positions in society produce agglomeration of individuals stigmatized and disadvantaged in certain areas. This condition would influence the interactions and density of social relations and networks of the individuals. This influence contributes to shaping the norms, attitudes and behaviors of certain groups which would be more or less related to deviant or violent courses of actions that would lead to crime. Thus, this study intends to analyze the effect of neighborhoods, the levels of social isolation in rates and types of crime, mainly using confirmatory analysis of Structural Equation Modeling.*

*Keywords: crime, urban violence, social isolation, neighborhood, structural equations modeling (SEM)*

*"Do rio que tudo arrasta se diz violento, porém ninguém diz violentas as margens que o comprimem". Bertolt Brecht*

## **Introdução**

A sociedade brasileira vem enfrentando um aumento crescente da violência, de quase todos os tipos, seja contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes e a paz pública ou contra a incolumidade pública. E esse prodigioso crescimento da violência no Brasil é de complexa explicação e não encontra consenso entre os especialistas. O aumento da violência é expresso nos sentimentos de insegurança e percepção de medo das pessoas, e é demonstrado através de pesquisas e dados sobre o assunto. Em um recente estudo longitudinal o IBGE mostrou que das quase 2 milhões de mortes por causas violentas (homicídio, suicídio, acidentes e outras causas não naturais) nos últimos 20 anos, 30% foram resultantes de homicídios. Outra constatação é de que a incidência de assassinatos foi maior entre jovens de 15 a 24 anos do sexo masculino. Teve também ampla divulgação que os resultados da Síntese de Indicadores Sociais 2004 constataram um fato alarmante: o número de mortes por homicídios aumentou 130% desde a década de 80. Isso representa um aumento significativo na média do número de homicídios para cada 100 mil habitantes. Se na década de 1980 o número era de 11,7 homicídios para cada 100 mil habitantes, em 2004 esse número equivale a 27 (Síntese de Indicadores Sociais, IBGE, 2004). Estes dados mostram que a violência vem crescendo exponencialmente (Silva F. C.,2003).

O mesmo estudo identificou que na década de 90 o número de mortes por armas de fogo aumentou em 95% entre os homens de 15 a 24 anos, grupo



mais afetado pela violência. O aumento da violência também afetou a percepção do brasileiro no quadro de suas maiores preocupações. De acordo com a opinião pública a violência e a criminalidade tem se configurado como o principal problema do brasileiro nos últimos anos. Esse tema tem superado o desemprego, a falta de atendimento a saúde e a baixa educação na pauta de preocupações dos brasileiros (DATAFOLHA, 2007).

Em análise regionalizada, as duas cidades com as maiores taxas de homicídios em 2000 foram São Paulo e Rio de Janeiro com 58,5 e 49,5 homicídios para cada 100 mil habitantes respectivamente, enquanto Belo Horizonte apresenta uma taxa de 28,2. Em números absolutos, na cidade de Belo Horizonte, foco desse estudo, em apenas uma década, observou-se um aumento de 100% no número de homicídios/ano. Se entre 1991 e 1997, foi constatado entre 270 a 320 homicídios anuais, em 2001 sua frequência subiu para 744 homicídios/ano (SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA SOCIAL, 2009).

Tendo em vista as intensas mudanças nos dados sobre a criminalidade em todo o Brasil, em especial Belo Horizonte, e os seus incomensuráveis efeitos nas representações individuais e coletivas faz-se necessário lançar luz sobre o tema e procurar relações causais para tal fenômeno. O melhor entendimento de tal fenômeno contribui para desmistificar algumas idéias pré-concebidas sobre o assunto, instrumentalizar melhor o poder público e a sociedade civil em busca da prevenção do problema e alimenta o debate em torno das soluções efetivas para o problema.

Nesse sentido o presente trabalho contribui para a teoria social ao aplicar técnicas modernas de tratamento de dados, como análise multivariada de

dados e observar o fenômeno sob uma unidade de análise específica, a saber: Unidade de desenvolvimento Humano (UDH), que se assemelham mais a noção de vizinhança sustentada na representação da vida urbana. Além disso, se propõe relacionar teorias com paradigmas diferentes (espacial e societal) para tentar explicar a complexidade do fenômeno. Acredita-se que a relação entre essas teorias conjugadas com a metodologia tenderá a contribuir para o avanço da sociologia criminal.

Esse avanço pode vir primeiro pela escolha da unidade de análise, que busca compreender o fenômeno da criminalidade circunscrito a uma vizinhança, ou localidade razoavelmente mais homogênea. A discussão da unidade de análise de vizinhança tem tido destacada relevância na criminologia contemporânea, pois ela é vista como uma unidade específica devido à importância cada vez maior da localização das relações sociais e a influência sobre a criminalidade e o desvio.

As primeiras tentativas relevantes de explicar o crime se agregam no que pode ser chamada de Escola Positiva, que se debruçaram sobre a noção de indivíduo delinquente, utilizando os métodos próprios da biologia e psiquiatria, relacionando características físicas e individuais ao comportamento criminoso. Somente em 1892, no 3º Congresso de Antropologia Criminal, realizado em Bruxelas é que se dá a mudança dos métodos positivos para explicação do crime em função das teorias sociológicas, ponderando, assim, os efeitos do meio social sobre as ações do indivíduo (Carlos, 1997). A partir daí o crime passou também a ser tratado como um fato social (DURKHEIM, 2002) isso implica na consideração analítica de que os indivíduos não agiriam apenas

por força da sua vontade ou desejo, mas que existem forças sociais externas a eles que influenciam e compelem em alguma medida as suas ações. E essa influencia equivaleria mais do que a soma das intenções e motivações de indivíduos que por acaso participem desses sistemas em um determinado tempo.

Buscando categorizar os argumentos sobre as causas da criminalidade Blau & Blau (1982) fizeram uma distinção entre as duas principais correntes explicativas do crime. Segundo eles existem duas perguntas importantes a serem respondidas quando se pretende estudar a criminalidade: 1) por que certos indivíduos têm mais propensão a cometer crimes violentos do que outros, e isso requer a comparação entre ofensores e não ofensores e suas respectivas características; e, 2) por que taxas de crime diferem de lugar para lugar e de tempos em tempos, e para isso é necessário a comparação entre as condições sociais que estão associadas a cada tipo de crime.

Os esforços desse trabalho serão todos dispensados em torno da segunda questão. Mas, se atentando principalmente, as relações causais estabelecidas entre a criminalidade e as características do lugar onde são registrados os eventos.

Dessa forma, pretende-se estudar a criminalidade relacionada com os contextos sociais onde os crimes acontecem, analisando principalmente as condições sociais da população circunscrita e suas relações sociais no interior do espaço urbano do município de Belo Horizonte. O pressuposto inicial é de que a qualidade das relações sociais mantidas numa dada configuração no espaço urbano dissuadem ou incentivam a realização de certos

comportamentos desviantes. Assim, serão esboçadas quais são os condicionantes estruturais dos processos sociais que produzem as taxas de criminalidade espacializados por Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) na capital mineira, através da análise das ocorrências policiais do ano de 2000 e suas relações com as características estruturais (família, escola, condição socioeconômica e trabalho) no interior do espaço.

Esse trabalho está organizado em cinco capítulos, mais essa introdução. O primeiro capítulo discorrerá sobre os pressupostos da ecologia social do crime; em seguida será abordada a condição metropolitana, envolvendo a evolução da urbanização no Brasil, o debate sobre o modelo dual, ou de segregação urbana para explicá-la. Ainda no primeiro capítulo também se encontrará o desenvolvimento da noção de vizinhança e suas condições em relação à vida metropolitana.

O segundo capítulo é central nesse trabalho porque nele são apresentados os principais argumentos que relacionam o ambiente e a estrutura social e como se processam os mecanismos sociais que influenciam na cultura e no comportamento criminal e violento. No terceiro capítulo serão apresentados os dados do estudo feito para o município de Belo Horizonte e a metodologia instrumentalizada para tratar esses dados, variáveis e hipóteses testadas. O quarto capítulo constará da apresentação dos resultados e os testes realizados. E por fim, o capítulo final apresentará as principais conclusões alcançadas e indicará algumas questões para discussão de trabalhos futuros.

## 1 – Ecologia social do crime, metrópole e vizinhança

O ponto inicial é a constatação de que as cidades, em especial, as metrópoles produzem um certo tipo de ambiente urbano que influencia a qualidade das relações sociais. Relações que por sua vez podem estar relacionada com taxas de criminalidade mais altas. Atualmente observa-se um conceito muito difundido coletivamente e que descreve as representações sobre um tipo de relação social conflituosa entre criminosos e vítimas, a saber: violência urbana. De acordo com Machado da Silva (2004, p.57) as “narrativas que visam explicar motivos da ação, assim como avaliações morais de condutas e fenômenos da vida cotidiana nas grandes cidades fundamentam-se nesta expressão para serem aceitas e compreendidas” e assim permitem compreendê-la “...como uma representação coletiva, categoria de senso comum constitutiva de uma forma de vida.”

Por ser uma forma de vida, que carrega cursos de ação, a sua representação indica um conjunto de práticas que são consideradas ameaças para a vida social como um todo, pois coloca em risco o sentimento de segurança existencial que acompanha a vida cotidiana em sua rotina por: I) ameaçar a integridade física e II) a garantia patrimonial. O que qualifica esse tipo de relação como não-lícita para toda a sociedade é a força colocada na ação, que rompe com a normalidade da vida corriqueira. (MACHADO DA SILVA, 2004).

De todo modo, a violência urbana pode ser entendida como uma forma de construção simbólica da ação por produzir em seu interior relações sociais relevantes para os agentes que a praticam. Essa relevância se dá em função

dos sentidos e da orientação construídos pelas ações sociais dos mesmos (WEBER). Segundo Machado da Silva (2004, p. 58), essas ações possuem “...um significado instrumental e cognitivo, na medida em que representam, de maneira percebida como objetivamente adequada a determinadas situações, regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nestes contextos”. Na mesma direção em que a construção simbólica da violência produz relações sociais, ela também aponta para agentes que servem de referência de conduta para outros. Toda a construção simbólica da violência contém, entre outras coisas, certo tipo de conduta normativa prática institucionalizada e está relacionada a condições de espaço e tempo.

As dimensões de espaço e tempo tem uma relação de mutualidade com as relações sociais, ou seja, uma interfere na outra. Conforme Gottdiener (1997) as relações espaciais e as temporais são intrínsecas a todo aspecto da organização social. O espaço e o tempo não são definidos aleatoriamente, mas por forças sociais de significados e representações que orientam suas configurações e traçados. Dessa forma, acredita-se que o comportamento violento seja, em parte, resultado de alguns fatores espaciais e temporais que são conformados em alguma medida pelas características da produção da vida social.

Existiria, portanto, um mecanismo social que produziria o espaço urbano, que por sua vez afetaria em alguma medida as relações sociais classificadas como violentas. Apesar de ainda haver muito que descobrir sobre esses mecanismos sociais que levam certas áreas a serem mais violentas das que outras, a ideia de considerar o “efeito do lugar” (BOURDIEU, 1998) sobre o

comportamento criminoso não é nova. Suas primeiras observações sistemáticas datam do início do século XIX na Europa. Os pesquisadores de criminologia dessa época estavam preocupados em entender porque em alguns países as taxas de criminalidade eram muito mais altas do que outros. No entanto, as conclusões não eram muito precisas, pois os dados não eram tão confiáveis e nem as medidas eram padronizadas para permitir a comparação. Além do mais as unidades de análise por serem muito extensas, compreendiam no seu interior muita diversidade, prejudicando as conclusões.

Um importante pesquisador desse período foi Adolphe Quetelet (1796-1874) um investigador belga, que, como André-Michel Guerry<sup>1</sup>, analisou estatísticas francesas em meados do século XIX. Além de mostrar uma relativa estabilidade na evolução das taxas de criminalidade na França, como na distribuição etária e proporção de ofensores masculinos e femininos, Quetelet também mostrou que certos tipos de indivíduos eram mais propensos a cometer crimes. Especificamente indivíduos jovens, masculino, pobre, sem instrução, desempregados eram os que estavam mais sujeitos a prática de delitos. Em alguma medida essa conclusão ainda encontra apoio na pesquisa moderna, por exemplo, Shaw & Mckay (1942) e Sampson & Groves (1989). Conforme Guerry, Quetelet também concluiu que as oportunidades tinham muito a ver com o local onde o crime era concentrado, além de características demográficas.

---

<sup>1</sup> No início do século XIX, André-Michel Guerry levava em conta, para sua estatística moral, o cruzamento de dados criminais, índices de instrução escolar e informações econômicas.

Os pesquisadores desse período foram chamados de “físicos sociais”, por tentarem criar uma ciência da sociedade que pudesse explicar as leis do comportamento criminal da mesma forma que a ciência natural explicava o funcionamento do mundo físico. Eles fizeram isso ao associarem a distribuição espacial de crimes com fatores demográficos, situacionais e do meio ambiente tais como população, pobreza, estações do ano e clima. De acordo com Silva (2004), por utilizar das relações entre localização espacial dos crimes a fatores sociais das áreas onde eles haviam ocorrido, Guerry (1833) proporcionou a primeira ecologia social do crime e seu trabalho teria estimulado muitos outros esforços no mesmo sentido em diferentes países, especialmente na Inglaterra com Fletcher (1848) e na América do Norte com Ferri (1896).

Mais adiante, já no século XX, nas décadas de 1920 e 1930, surge nos Estados Unidos uma vertente denominada de ecologia humana, que considera que o comportamento humano é condicionado pelas condições físicas e sociais dispostas no ambiente. Essas condições limitariam as escolhas e trajetórias de vida dos indivíduos. Desse modo, as pessoas conformariam suas estratégias de ação de acordo com os valores e normas dos grupos aos quais pertenceriam e esses grupos se encontrariam, muitas vezes, em suas áreas de residência imediatas. Essa ideia vai de encontro a visão da Escola Clássica de Criminologia (Séc. XVIII), sustentada até então, de que os indivíduos agiriam pelas suas pulsões e vontades próprias (FREITAS, 2004).

Poderia se pensar portanto que essa perspectiva defenderia um determinismo geográfico, ao propor que o ambiente produziria o comportamento delinquente. Contudo a perspectiva ecológica não defende,



estritamente, essa proposição. Todavia seu argumento é de que as taxas de criminalidade refletem a efetividade da operação de processos dos quais escolhas, trajetórias e estratégias são conformadas pela socialização produzida pelas relações mais imediatas no espaço urbano (REID, 1976).

De acordo com Freitas (2004, p. 66), “o pressuposto básico da escola ecológica para entender a criminalidade é que a atitude desviante não é determinada pelas pessoas, mas pelo grupo a que pertecem”. Essa suposição se fortalece na ideia de considerar o ambiente da mesma maneira que os ecologistas consideram as diversas espécies em relação a seu ambiente natural. Cada espécie faz uso do meio ambiente de maneira própria, o que frequentemente resulta em competição com outras espécies ou membros da mesma espécie. As cidades, portanto, se constituiriam o ambiente natural para as sociedade e por isso deveria se tornar o laboratório para o pesquisador.<sup>2</sup>

Os primeiros estudos realizados, aconteceram na cidade de Chicago e demonstravam que o crime seguia um padrão sistemático resultando numa lógica territorial. Foram realizadas observações em três períodos distintos (1900-06, 1917-1923 e 1927-33) e perceberam que as taxas de criminalidade insistentemente se conservavam constantes nos mesmos locais. E esses locais eram marcados por elevada deteriorização física das moradias, famílias

---

<sup>2</sup> É importante distinguir que a ecologia humana não é bem uma teoria de crime, mas de urbanização. Essa relação será melhor estabelecida na Teoria da Desorganização Social de Shaw e Mckay (1942).

desestruturadas e uma população instável e etnicamente heterogênea (SILVA, 2004).

Além das altas taxas de delinquência juvenil observadas, Shaw e Mckay (1942) constataram que essas áreas também apresentavam altas proporções de adultos criminosos, viciados em drogas, alcoolismo, prostituição e pessoas com problemas mentais. Isso levou a duas conclusões: a) havia uma forte correlação entre condições estruturais da vizinhança e as altas taxas de delinquência juvenil, e b) a delinquência juvenil estava correlacionada com a delinquência adulta.

Assim, o mecanismo social produtor de delinquência era condicionado pelas características da vizinhança e não pela natureza dos indivíduos que ali viviam. Além do mais, mesmo que a composição demográfica de algumas áreas mudassem, as suas taxas de criminalidade continuavam altas. O que levou os pesquisadores a notar que os valores que sustentavam essa criminalidade ao longo do tempo tinha um componente de *transmissão cultural*. As atitudes e valores dos criminosos adultos eram transmitidos para alguns jovens da comunidade que tinha relação mais próxima com eles, o que permitia a estabilidade das taxas de crime ao longo do tempo (FREITAS, 2004).

Inicialmente a perspectiva da Ecologia Humana buscava explicar a evolução das cidades no capitalismo crescente da Chicago do início do século XX. Mas coube a Shaw e Mckay (1942) relacionar as forças sociais que configuravam o espaço urbano com a ordem social que viabilizava maiores ou menores taxas de crime. Eles foram os responsáveis por firmar os fundamentos da Teoria da Desorganização Social (TDS), que defendia a ideia

de que a ordem social, estabilidade e integração contribuem para o controle social e a conformidade com as leis, enquanto a desordem e a má integração tendem a conduzir ao crime e à delinquência. Tal teoria propõe ainda que quanto menor a coesão e o sentimento de solidariedade entre o grupo, a comunidade ou a sociedade, maiores serão os índices de criminalidade.

O estudo dos sociólogos baseou-se na observação de uma repetição sistemática de um padrão de comportamento entre menores infratores que eram o objeto da pesquisa. Os índices de delinquência nas vizinhanças de classe baixa, de onde vinham tais infratores, eram os mais altos e diminuía à medida em que o estudo examinava vizinhanças de classe média.

Desde a publicação de tais conclusões, muitos outros estudos se dedicaram a explorar a chamada "ecologia do crime". Outros tantos criticam as conclusões de Shay e McKay, mas nenhuma pesquisa de campo ignorou completamente os seus pressupostos. As cinco principais críticas ao modelo de desorganização social se concentram nas seguintes questões: 1) a mudança na ênfase disciplinar - que tem sido observada nas explicações individuais sobre o crime, tais como: teoria da oportunidade, cálculo racional (entre os custos e os ganhos para delinquir); 2) a suposição da estabilidade da estrutura ecológica; 3) operacionalização e medição da desorganização social; 4) a mensuração de crime e de delinquência; 5) a suposição normativa da desorganização social – a meta de organização de uma comunidade é fundamentada num consenso geral e isso não levaria em conta realidades sociais e políticas específicas.

De acordo com a revisão de Bursik (1988) o modelo de desorganização social que tradicionalmente tem aparecido na literatura é conceitualmente incompleto. Para uma especificação completa seria necessária uma ampliação da perspectiva ao incluir as dinâmicas econômicas, históricas e políticas mais amplas, em que o desenvolvimento das comunidades locais estaria encaixado<sup>3</sup>. Tal evolução reflete os amplos esforços recentes em criminologia para integrar orientações teóricas aparentemente díspares na tentativa de obter uma compreensão mais completa do fenômeno da criminalidade. Não há nada errado com o quadro de desorganização social, em especial por não ter concluído com êxito essa integração. Assim, os argumentos anteriores não implicam que o modelo da desorganização social que tem sido usado no passado deve ser rejeitado de forma alguma, ao invés disso, seu foco deveria simplesmente ser expandido (BURSIK, 1988).

Mesmo considerando a avaliação minuciosa das questões colocadas por Bursik, vale ressaltar que a formulação sistemática da desorganização social tem a importância de assumir não apenas que redes de afiliação e associação não têm somente o efeito de supervisão sobre as taxas locais de crime e delinquência, mas que elas influenciam na efetividade da socialização dos indivíduos na prevenção a desviação. Isso pode ser exposto no argumento de Shaw e Mckay (1942, p.172) de que crianças e jovens que vivem em áreas de baixo status socioeconômico "são expostas a uma variedade de padrões

---

<sup>3</sup> Mais adiante se procura fazer a ampliação dessa perspectiva, utilizando as dimensões econômicas, históricas e políticas ao analisar a delinquência relacionada ao Isolamento Social e a Socialização Violenta.

contraditórios e formas de comportamentos ao invés de um padrão relativamente consistente e convencional”.

Apesar de influente, a teoria da desorganização social comunitária de Shaw e Mckay nunca havia sido diretamente retestada<sup>4</sup>, mas Sampson e Groves (1989) no artigo *Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory* procuraram suprir essa carência. A hipótese geral do artigo é de que o baixo status sócio-econômico, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial, ruptura familiar e urbanização levam a comunidade à desorganização social, que, por sua vez, aumenta as taxas de criminalidade e delinquência. A novidade com relação Shaw e Mckay é que o nível comunitário de organização social é medido em termos de redes locais de amizade, o controle de atitudes juvenis e a predominância da participação organizada.

Na visão de Sampson & Groves as três fontes de desorganização social (baixa SES, mobilidade residencial, heterogeneidade étnica) que têm sido usadas em explicações *diretas* na influência das taxas de criminalidade, geralmente, incorrem em erros. Porque, segundo os autores, os efeitos dessas fontes são *indiretos* sobre o tecido social. A hipótese é que quanto o tecido social está mal formado, isso trará implicações diretas para as taxas de criminalidade.

---

<sup>4</sup> De acordo com Sampson e Groves (1989) a teoria de desorganização social de Shaw e McKay não tem sido testada por dois motivos principais: primeiro por falta de dados empíricos que pudessem expressar mudanças estruturais na vida comunitária; e segundo a confiança nos dados oficiais sobre a delinquência coletados pela polícia, uma vez que os dados usados para construir a teoria da desorganização social podem sobre-representar áreas com as características dos pressupostos da TDS.

Nesse sentido, eles acrescentaram outras variáveis intervenientes como ruptura familiar e urbanização. No que tange a estrutura familiar a tese básica é de que famílias com casamentos sólidos fornecem um aumento na supervisão e comportamento guardião, não somente para seus próprios filhos e suas propriedades, mas também nas atividades gerais na comunidade. A hipótese principal nessa direção é que a ruptura familiar em nível comunitário tem um efeito positivo direto sobre a prevalência de gangues adolescentes, que, por sua vez, aumentam as taxas de crime e delinquência (Sampson & Groves 1989, p. 781). A outra variável interveniente, urbanização, apesar do estudo original da TDS estivesse preocupado com os padrões de criminalidade e delinquência intra-cidade, sua estrutura teórica é consistente com a ideia de que as comunidades urbanas têm uma capacidade decrescente para o controle social, em comparação com as comunidades rurais. Em particular, a urbanização pode enfraquecer redes de afinidade e amizade local e dificultar a participação social nos afazeres locais (Sampson & Groves 1989, p. 781-82).

Sampson & Groves, descrevem que o pressuposto original e central da teoria da desorganização social

se refere à inabilidade de uma estrutura comunitária realizar os valores comuns de seus residentes e manter um efetivo controle social. Empiricamente, a dimensão estrutural da desorganização social comunitária pode ser medida em termos da prevalência e interdependência das redes sociais em uma comunidade - tanto informal (laços familiares) e formal (participação organizada) - e na medida da supervisão coletiva que a comunidade direciona no sentido dos problemas locais (1989, p.777).

Mas as características de uma comunidade desorganizada são as mesmas em todas as localidades? Nos Estados Unidos, a primeira imagem são a dos guetos nos centros urbanos povoados por negros e latinos. No Brasil, são as favelas e as invasões povoadas por gente de toda cor, com grande concentração de miseráveis, com baixa escolaridade e níveis de emprego baixo e irregulares.

A ecologia social do crime, na verdade, não propunha simplesmente que a causa direta dos altos índices de criminalidade fossem as condições sociais das comunidades urbanas, - ou seja: pobreza não teria relação direta com a criminalidade -, mas sim, que a desorganização social observada nessas comunidades enfraquece os controles sociais informais, desempenhados por instituições como a família, a igreja, a escola etc., contribuindo assim para os altos índices de criminalidade.

A perspectiva da ecologia social do crime talvez seja uma das mais importantes no campo da criminologia porque questiona a razão pela qual as pessoas que compõem a maioria da população carcerária pertencem a grupos que residem em áreas com baixas condições sociais, como péssima infraestrutura, poucos recursos públicos, carente de equipamentos urbanos etc. Diversas outras teorias explicam as causas da criminalidade de indivíduos que pertencem a grupos distintos e ainda, a grande maioria das pessoas, estudiosos ou não, acreditam que o crime é resultado de uma escolha pessoal e racional feita pelo indivíduo, que após calcular os possíveis benefícios ou prejuízos de um ato criminoso, toma uma decisão.

De acordo com a TDS tal decisão é influenciada por fatores relacionados ao tipo de comunidade em que tal indivíduo foi socializado e vive. O controle social a que Bursik (1988) elabora se expressa na representação coletiva "o que as outras pessoas da sua comunidade vão pensar de você", mas se um indivíduo mora em uma comunidade em que é comum se envolver em atividades criminosas, tal controle não terá menor influência na decisão de se cometer ou não um crime, por outro lado, em uma comunidade coesa e organizada, ainda que pobre, na qual os moradores se conhecem e se ajudam, o controle social é elemento seguro no controle da criminalidade.

A perspectiva da ecologia do crime tem a virtude de integrar condições materiais e morais na análise do curso de ação social. No entanto, suas categorias precisam ser expandidas para incluir fatores mais amplos como o processo de urbanização e a formação de comunidades dentro das cidades. Desse modo, faz-se necessário levantar algumas questões para serem respondidas na próxima seção. De que maneira as metrópoles contribuem ou prejudicam o maior ou menor controle social? Como os valores sociais são conformados nas cidades grandes contemporâneas? Como se desenvolvem as interações entre as pessoas, no seu círculo social imediato a família e nas vizinhanças? Como são as relações de vizinhança nas metrópoles atuais? E de que forma as configurações urbanas e morais contribuem para o aumento ou redução do nível de criminalidade?

## **1.2 – Metrópole e vizinhança**



A cidade é uma unidade social importante para a compreensão dos fenômenos sociológicos. O seu funcionamento, principalmente para os teóricos da ecologia humana, muito se assemelha ao organismo social, por causa das suas relações de interdependência, pela definição de seus contornos, por sua perfeição orgânica interna, suas reações imediatas e sua diversidade de funções. A cidade pode assumir várias dimensões uma delas é a metropolitana, que é a sua variante mais extensa. De acordo com Park (1987) a organização da metrópole, o caráter do meio urbano e da disciplina por ele imposta são em última análise determinados pelo tamanho da população, sua concentração e distribuição dentro da área citadina.

As metrópoles permitem um ambiente específico que influencia uma população no estabelecimento de relações sociais, opiniões, gostos, costumes, visão de mundo etc. Todos esses elementos sociais são justamente modelados através da interação, proximidade, semelhanças e necessidades das pessoas que compõem grupos de relacionamento. O grau e a qualidade dos relacionamentos produzem as características do ambiente social.

O ambiente social desenvolvido através das interações poderia ser denominado, na designação de Park (1987), de clima moral. As metrópoles produzem um tipo de clima moral, de natureza peculiar, que deprecia o controle e a integração social. O espaço urbano na metrópole tende a ser muito fragmentado, a organização da vida social é muito superficial nos seus contatos e os encontros em sua maioria são casuais. Esse contexto estimula a maior ruptura das uniões locais e o enfraquecimento das restrições e inibições dos grupos de solidariedade, e sob a influência do meio urbano, essa

conjuntura mais frouxa está fortemente relacionada ao aumento do vício e do crime.

Nas palavras de Park,

“numa cidade grande, onde a população é instável, onde pais e filhos estão empregados fora de casa e muitas vezes em partes da cidade distantes, onde milhares de pessoas vivem lado a lado durante anos sem nem ao menos um conhecimento de cumprimentar, essas relações íntimas do grupo primário se enfraquecem, e a ordem moral que sobre elas repousava dissolve-se gradativamente”. (1987, p. 47)

As relações sociais no interior de uma metrópole tendem a ser mais permissivas, mais atenuadas, mais fugazes, o que viabiliza uma conjuntura de pouco controle social e menor integração de laços de solidariedade entre os indivíduos. Um contexto importante para se analisar a qualidade e intensidade das relações sociais numa metrópole é o de vizinhanças, pois, logo após a família, esse espaço social tende a ser o mais importante para a socialização e criação de vínculos de amizade e solidariedade.

No sentido de entender a qualidade das relações sociais no interior de uma metrópole e a importância dos bairros e vizinhanças na constituição dessas relações é que se empreende esse capítulo, que será organizado em duas seções. A primeira dedicada a expor a condição metropolitana brasileira, comparando a urbanização brasileira com a americana e mostrando a impossibilidade em aplicar exatamente a teoria das zonas concêntricas aqui; em seguida será apresentado o debate entre os modelos explicativos da expansão das metrópoles brasileiras: dual e segregado. A segunda será destinada às explicações da importância dos bairros como unidades sociais

importantes para a formação de regiões morais, que por sua vez interviria na conformação de comportamentos, atitudes e identidade de seus moradores.

### **1.2.1 – A condição metropolitana**

Quando se estuda as teorias de ecologia do crime o desejo de muitos pesquisadores é aplicar os seus pressupostos diretamente na realidade brasileira. Contudo, a urbanização e industrialização do Brasil e dos Estados Unidos (onde as teorias modernas foram formuladas) são bem distintas, trazendo características bem peculiares. Desse modo, para operacionalizar alguns pressupostos dessa perspectiva na realidade brasileira deve-se fazer algumas ponderações desses dois processos tão importantes nos dois países.

Primeiramente os processos de urbanização e industrialização aconteceram em momentos e dinâmicas diferentes na história e isso resultou no espaço urbano configurações diferentes nas metrópoles dos dois países. A industrialização e urbanização estão quase sempre interligadas e tenderam sempre a caminhar juntas por causa da necessidade de buscar matéria-prima, centralizar a mão-de-obra e viabilizar a distribuição da produção.

Entre os anos de 1865 e 1900 os Estados Unidos se tornaram a maior potência industrial do mundo, espalhando suas fábricas por todo o território nacional e expandindo massivamente sua escala de produção. Desde 1920, os americanos fizeram a transição rural-urbano com a maioria da população habitando em cidades. O processo de urbanização com o crescimento e estabelecimento de cidades tem sido resultado da interação entre mudanças

tecnológicas e econômicas e processos sociais tais como crescimento populacional, imigração e migração interna.

De outro modo, a urbanização e industrialização brasileira aconteceu de forma tardia em comparação aos Estados Unidos. Em meados do século XIX o Brasil era um país eminentemente rural e com apenas alguns centros urbanos, além das capitais, que agregavam uma quantidade significativa de pessoas para formar cidades. As principais atividades produtivas do país eram a agricultura e a extração mineral. O processo de industrialização brasileiro iniciou-se por volta dos anos de 1890 por causa do excedente de capital da lavoura cafeeira do interior paulistano, dando um maior incentivo a centralização da população na área urbana. No entanto, esse movimento foi muito tímido para incrementar a industrialização brasileira.

A partir de 1930 que o processo de transformação do modelo produtivo agrário para o modelo industrial ganhou grande impulso. E isso aconteceu principalmente por causa da intervenção do governo federal, com Getúlio Vargas, que adotou uma política interna de afastamento das forças oligárquicas tradicionais do poder e implantou uma política industrializante que procurou modernizar o país. Nesse período destaca-se o desenvolvimento de várias iniciativas para o equipamento da produção industrial. Entre elas a criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938), da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Companhia Vale do Rio Doce (1943), e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

Em seguida o Brasil também experimentou o processo de substituição de importações, que se refere a um modelo de planejamento para aqueles países

que experimentaram uma industrialização tardia. A sua intenção central era produzir internamente todo produto que antes era importado, ou que no futuro pudesse ser importado. E na direção de permitir essa maior produção interna, o Brasil viu uma grande chance de evoluir tanto social, quanto tecnologicamente. Para isso o país fez fortes investimentos em obras de infra-estrutura, saneamento básico, melhorias na educação e capacitação, saúde, segurança e fornecimento de energia. Desse modo, o país precisou preparar suas cidades para as futuras empresas e população que se instalaria nesse espaço geográfico.

Todas essas transformações na indústria produziram grandes efeitos na dinâmica populacional brasileira, principalmente nas cidades.

**TABELA 1**

<i>População do Brasil, segundo os recenseamentos gerais</i>							
<b>Anos</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>População</b>	41.236.315	51.944.397	70.119.071	93.204.379	119.002.706	146.825.475	169.590.693

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1940 a 2000

Dos anos de 1940 a 2000 o país experimentou um significativo e contínuo aumento da sua população. Os fatores para tal processo foram o crescimento vegetativo da população, possibilitado pelo aumento das taxas de fecundidade, e a redução gradativa das taxas de mortalidade, expresso pelo aumento na expectativa dos anos de vida da população. Outro fator a ser indicado é o baixo número de pessoas que emigraram do país nesse período (Carvalho & Garcia, 2003).

**TABELA 2**

***Graus de urbanização, segundo as grandes regiões do Brasil, 1950 a 2000***

<b>Região</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Norte	31,5	37,4	45,1	51,6	58,2	69,9
Nordeste	26,4	33,9	41,8	50,5	60,6	69,1
Sudeste	47,5	57	72,4	82,8	88	90,5
Sul	29,5	37	44,3	62,4	74,1	80,9
Centro-Oeste	24,4	34,2	48,1	67,8	79,2	86,7
Brasil	36,2	45,1	55,8	65,6	75,5	81,3

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1950 a 2000

Somente a partir da segunda metade do século XX, o Brasil tornou-se um país urbano, realizando a sua transição rural-urbana, onde mais de 50% de sua população passou a residir nas cidades. Como podemos ver na Tabela 2 essa transição acontece entre as décadas de 1960 e 1970, quase meio século depois da transição norte-americana que aconteceu por volta de 1920. A partir da década de 1950, o processo de urbanização no Brasil tornou-se cada vez mais acelerado. Esse processo teve essa dinâmica catalisada por pelo menos duas causas: a) pelo movimento de expulsão de grande volume de população do campo, que se deu, sobretudo, por causa da mecanização da agricultura e monopolização da propriedade da terra por grandes latifundiários; b) pelo movimento de atração das cidades, motivado pelos empregos criados pelo crescente processo de industrialização do país.

Outro ponto importante a se destacar é a peculiaridade dos arranjos espaciais nos dois países. Nos Estados Unidos onde a perspectiva ecológica foi desenvolvida, os subúrbios são áreas mais afastadas do centro da cidade, e mais valorizadas pelas classes médias, onde residem pessoas de padrão

socioeconômico mais elevado. Isso se deu principalmente pelo grande investimento em estradas e infra-estrutura realizadas naquele país.

De outra forma, no Brasil as áreas de subúrbio, são as mais desvalorizadas exatamente por estarem mais distantes dos equipamentos urbanos e do centro da cidade. Essa configuração espacial se tornou evidente em toda América Latina, pois em vários países da região se observou esse mesmo desenvolvimento nas cidades grandes. O consagrado modelo de urbanização centro-periferia se tornou muito profícuo para análises subsequentes. Por causa das particularidades de cada país se fez necessário pensar ajustes teóricos para analisar a relação que existem entre o espaço urbano e a criminalidade.

O melhor modelo para explicar o desenvolvimento das grandes cidades no Brasil no século XX é o centro e periferia (Castriota, 2003). O centro como um espaço provido com os principais equipamentos urbanos e com a abundância de comércio e circulação de pessoas, enquanto a periferia carecendo dos serviços mais simples de urbanidade, como calçamento nas ruas e coleta de lixo. No entanto, esse modelo explicativo tem perdido fôlego à medida que as diversas classes estão cada vez mais próximas devido ao forte adensamento populacional nos centros urbanos: explicado, antes de tudo, pela busca de melhor localização das classes mais pobres, ocupando os espaços deixados pelas classes mais ricas, que tem se deslocado para condomínios e enclaves longe do centro.

Esse processo de adensamento das classes no espaço urbano no Brasil tem feito com que as classes médias e populares se misturem na metrópole,

ficando espacialmente mais próximas. Desse modo, a cidade foi sendo redesenhada como uma colcha de retalhos, misturando usos do solo e especialização urbana das mais variadas. Assim, a proximidade física entre as várias classes tem se estreitado ao longo do tempo e dessa proximidade tem surgido a necessidade das classes altas de construírem verdadeiros enclaves fortificados ou condomínios fechados para se proteger e se segregar do restante da cidade (Caldeira, 2009).

Esse novo arranjo espacial traz novas questões teóricas a serem respondidas para o entendimento da urbanização brasileira como: quais as novas tendências de crescimento urbano no Brasil? Como se dá a interação entre as classes diferentes no espaço urbano? Quais são os principais motivos dessa nova configuração?

Ribeiro (1999) tenta lançar luz a algumas dessas perguntas quando analisou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro procurando responder a pergunta se aquela região tinha se desenvolvido de forma desigual, ou de forma partida; concluindo a favor da segunda opção. Ele observa, inicialmente, duas explicações para o aumento da segregação espacial: a primeira centra-se na dimensão institucional ou, mais precisamente, na crise de governabilidade das cidades, e a segunda, na economia, tomando a globalização e a reestruturação produtiva como causas diretas das mudanças no espaço.

Em seguida, o pesquisador analisou a dinâmica de crescimentos dos grupos sociais e das categorias profissionais no espaço urbano daquela região e sua contribuição na composição da hierarquia social dos anos de 1980 e 1991. E notou que "... o espaço social da metrópole fluminense se organiza a



partir da oposição de classe” (RIBEIRO, 1999, p. 19). Esse movimento é feito principalmente por uma necessidade intrínseca às elites, ou mais precisamente, aos seus seguimentos superiores, pela sua importância no exercício do seu poder social. São as classes dominantes que têm o poder segregativo, por acumular capital econômico, cultural e político para essa iniciativa. A classe média tem pouco poder segregativo, embora muitas vezes possa ter interesse na segregação, na medida em que a localização lhe permita o acesso ao capital cultural (RIBEIRO, 1999).

Por outro lado, a realidade das metrópoles brasileiras tem mudado intensamente nas duas últimas décadas. Essas mudanças fizeram por misturar um pouco mais as classes no interior das cidades, por isso pode-se observar um modelo de explicação da configuração metropolitana alternativa que é o modelo de segregação espacial. Apesar de a conceituação parecer abarcar o modelo centro-periferia, ela é um pouco diferente. Enquanto o modelo centro-periferia delinea um espaço cindido entre duas partes, onde a distância social entre as classes se combina com a distância física no interior da cidade; o modelo de segregação espacial entende que exista a distância social entre as classes, e essa distância tendeu a aumentar, mas a distância física tem diminuído a cada dia, por causa do maior adensamento das grandes cidades.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Esse desenvolvimento pode ser observado na cidade de Belo Horizonte. Antes da inversão rural-urbana que o país passou a cidade era claramente dividida entre o centro dentro de um contorno com todos os recursos urbanos disponíveis e a periferia – fora do contorno – com poucos equipamentos urbanos e recursos públicos escassos. Atualmente observa-se áreas significativas, como a favela da Serra, ou Cabeça de Porco incrustada na Zona Sul (área mais rica da cidade), ou também Vila Paquetá e Favela do Ouro Preto embutida na Região da Pampulha (área considerada nobre e de alto poder aquisitivo.)

A segregação espacial é uma dada geografia intra-urbana que produz separação social de grupos econômicos ou étnicos em um território. Muitas vezes, ela pode ser favorecida ou confirmada por lei e legitimada socialmente, levando à formação de áreas segregadas, desiguais, e à formação de espaços de fronteira. A segregação pode, portanto obedecer a critérios de etnia, nacionalidade ou classe social e seu caráter espacial se torna fundamental. A segregação repousa antes de tudo, sobre um poder de excluir e frequentemente resulta na introdução de valores econômicos nas relações sociais e de vizinhança e se manifesta através de formas de poder que se revelam favoráveis à sua expressão espacial.

O urbanista Flávio Villaça (2001) endossa as análises de Ribeiro (1999) afirmando que a segregação urbana das metrópoles brasileiras se dá pela lógica das classes sociais. Segundo Villaça (2001, p. 142), “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes **regiões gerais** ou **conjuntos de bairros** da metrópole”<sup>6</sup>. Dessa forma, quanto maiores as diferenças de renda entre grupos e classes sociais, maiores as desigualdades dos recursos da cidade, por exemplo, condições de moradia e de acesso a serviços públicos. A segregação pode ser reforçada pelo próprio poder público, quando esse prioriza investimentos nas áreas ocupadas pela população de mais alta renda, negligenciando ou simplesmente ignorando a parte ocupada pelos mais pobres.

---

<sup>6</sup> Grifos no original.

Villaça (2001) ainda destaca que “...os bairros das camadas de mais alta renda tendem a se segregar (...) e não a se espalhar aleatoriamente por toda a cidade”. Uma expressão disso é a criação dos condomínios fechados, como o exemplo mais frequente de segregação no espaço urbano. Impulsionada pelo medo da violência e pela busca de segurança e tranquilidade, esse fenômeno resulta em redução dos espaços públicos, ao restringir o acesso a determinadas áreas da cidade. Outro exemplo, mais recente, é a construção de muros em torno de áreas consideradas inseguras ou perigosas, na cidade do Rio de Janeiro, que segrega comunidades inteiras, ou então o desenvolvimento da arquitetura da segurança, com grades, câmeras, guaritas e etc.

Segundo Villaça (1997) dois são os vetores que orientam a espacialização segregada, o primeiro é de ordem cultural, que influencia na escolha dos sítios naturais por seus atrativos, seja por causa do status, prestígio ou de emulação de uma posição de classe e o segundo é a localização, principalmente em termos de acessibilidade ao centro e aos serviços urbanos. Através dessa configuração as classes dominantes desenham a cidade ao seu modo, fazendo do espaço mais uma expressão de poder. O urbanista cita o exemplo da atuação de classes dominantes em certas metrópoles desvalorizando e transformando os usos dos centros principais.

Villaça sintetiza que o controle da produção e consumo do espaço urbano exercido pela classe dominante se dá através do controle de pelo menos três esferas:

1. Na esfera econômica destaca-se o controle do mercado imobiliário que produz os bairros da classe dominante no local onde elas desejam.

2. Na esfera política, ocorre o controle do Estado, que, no tocante ao espaço urbano se manifesta de três maneiras, a saber:

- Controle da localização da infra-estrutura urbana.
- Controle da localização dos aparelhos do Estado.
- Controle da legislação de uso e ocupação do solo.

3. Finalmente a classe dominante desenvolve toda uma ideologia a respeito do espaço urbano. Essa ideologia - como toda ideologia - visa auxiliar a dominação e torná-la aceitável pelos dominados (1997, p.8).

De outro modo, Maricato (2003, p.6), argumenta que a questão metropolitana no Brasil vai muito além da discussão sobre os modelos dual ou segregado. A arquiteta-urbanista afirma que a “realidade urbana é bem mais complexa, pois existe uma ambiguidade entre o legal e o ilegal que perpassa todo o conjunto da sociedade brasileira do qual não escapa, mas ao contrário, ganham posição de destaque as instituições públicas”. Esse realce se dá pela tolerância com relações de ocupações ilegais e com a deficiência das políticas habitacionais inclusivas. A grande massa de pessoas que chegam nas metrópoles tem algum direito de ocupação, mas o direito à urbanidade lhe é restrito.

O debate até agora permite afirmar que o espaço urbano não é desenhado aleatoriamente, pelo contrário, ele segue orientações e preferências de classes e grupos sociais. Esse arranjo espacial reforça as distâncias sociais, permitindo que as pessoas se relacionem enquanto diferentes: patrões e empregados, os de cima e os de baixo, os do centro e os da favela, nós e eles.

Isso revela que a configuração urbana tendenciosa não tem apenas implicações geográficas, mas seus efeitos incidem sobre a construção de valores sociais e culturais de solidariedade e de sentimentos compartilhados entre os grupos diferenciados.

### **1.2.2 – A condição de vizinhança**

As diferenciações e distâncias sociais são expressas na organização espacial das metrópoles, que se expandem de forma retalhada, através de unidades espaciais urbanas, denominadas de vizinhanças. Essas são áreas socialmente homogêneas dentro si e heterogêneas em relação às demais. Cada unidade espacial dessas poderia ser definida como bairros. Num sentido sociológico os bairros podem ser entendidos como um conjunto de pessoas que compartilham de um território geográfico e de algum grau de interdependência que proporcionam a razão para viverem na mesma área. Quanto maior as diferenciações entre essas unidades espaciais observadas em características específicas, como a renda, a raça, os costumes, maiores as distâncias sociais sustentadas entre as diversas unidades.

No Brasil, bairro é um território intra-urbano que não necessariamente tem uma função administrativa específica, mas assume a função de localização, pertencimento, organização e em alguma medida contribui para o sentimento de identidade de uma população local. Os bairros são diferenciados por diversas características. Entre as principais estão: sua população, sua

arquitetura ou função urbana; e são separados por demarcadores urbanos físicos ou simbólicos como: avenidas, rios ou pontes e monumentos, linhas indicadoras, códigos etc. Nos bairros forma-se de alguma maneira, uma espécie de comunidade, por causa de a população local compartilhar o mesmo espaço e desenvolver uma relação de reciprocidade, dividindo entre si alguns valores, experiências, ideais, modos de vida e comportamentos.

As relações sociais entre as pessoas no interior dos bairros quando ganham a permanência no tempo, permitem o desenvolvimento de vínculos morais e afetivos, identificados por relações de vizinhança. De acordo com Park (1987) as interações que são localizadas entre membros de uma vizinhança são constituídas quase que de imediato e de uma maneira não reflexiva. Essa aproximação acontece dentro do domínio do instinto e do sentimento.

Surge nesse ambiente uma espécie de controle social, que de algum modo, conforma os indivíduos a uma disposição social, através da coerção de atitudes isoladas à comportamento coletivo. O controle social surge, quase que espontaneamente e em resposta direta a influências pessoais e ao sentimento público. No entanto, essa resposta acontece mais por um sentimento de inércia pessoal, ou acomodação desenvolvida por um sentimento gregário dos seres humanos, do que por um princípio planejado, racional ou abstrato. Essa ideia é sintetizada na noção de vizinhança, que implica na proximidade e contato entre os vizinhos e que são a base para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida urbana (Park, 1987).

O sentimento de vizinhança ganha importância por alguma coerência interna entre o compartilhamento de ideias e valores e algum tipo de ligação social entre os seus moradores. Essa ligação tem implicações diretas no comportamento social dos indivíduos, formando opiniões, percepções, visão de mundo. E esse comportamento social de vizinhança se relaciona com várias dimensões da vida social. Por exemplo, o maior ou menor controle social informal numa localidade, que pode ser entendido como o conjunto de sanções sociais que pretendem promover e garantir uma conformidade do indivíduo aos modelos e normas. O sentimento de vizinhança tem sua importância na socialização secundária dos indivíduos, quando eles ampliam o espectro de relacionamentos para além da casa e da família. E por fim, na vizinhança podem se dar os estreitos laços de amizade, fazendo com o indivíduo se sinta pertencido a algum grupo ou classe social, assumindo seus valores e tendências.

Assim, a vizinhança além de uma unidade espacial se configura como uma unidade social, que pelos seus contornos e características podem ser consideradas como uma “região moral”. A ideia de região moral é desenvolvida por Robert Park (1987) e significa o resultado espontâneo da organização da vida urbana de acordo com interesses, gostos e temperamentos. Desse modo, a região moral se configura como um lugar onde prevalece certo código moral, mantido por algum tipo de interesse comum.

Park explicita de maneira singular o mecanismo de formação do sentimento de vizinhança e como esse sentimento passa a ser impresso no espaço e na sua configuração, nos seguintes termos:

através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assumem algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe no presente, e a vida de qualquer localidade se movimenta com certo momento próprio, mais ou menos independente do círculo da vida e interesses mais amplos ao seu redor (1987, p.30).

A formação dessa região moral no espaço urbano assume de forma espontânea, uma organização própria, pois a população tende a selecionar os seus para morar próximo, seja por afinidades eletivas, ou por condições sociais semelhantes. Essa segregação acontece na forma de uma seleção, por razões sociais, das pessoas para o seu convívio.

“Cada vizinhança, sob as influências que tendem a distribuir e a segregar populações citadinas, pode assumir o caráter de uma “região moral”. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião” (PARK 1997, p.64).

Vale ressaltar que a seleção desses espaços de convívios, chamados de vizinhanças, não se dá apenas por escolhas pessoais. A segregação espacial explicada acima é também uma forma de seleção dos moradores para cada vizinhança. E os critérios dessa seleção podem ser econômicos (devido a exclusão ou inclusão do mercado imobiliário), políticos (carreamento de



investimentos e influência nas leis de zoneamento) ou estruturais (mudanças advindas com o avanço da informação e globalização destacadas por Manuel Castells (1999) e que tem influência significativa no delineamento do espaço).

### **1.2.3 - Os problemas sociais existentes na relação entre as condições metropolitanas e de vizinhanças.**

As relações de vizinhança nas metrópoles têm características bastante peculiares. Por causa da grande fluidez e diversidade que existe nas cidades grandes, os sentimentos de vizinhança e integração tendem a diminuir (PARK, 1987). Se por um lado a metrópole possibilita o desenvolvimento de uma maior heterogeneidade seja nas características espaciais e sociais, por outro permite uma maior mobilidade dos indivíduos de uma região moral a outra. Se o meio metropolitano engendra uma diversidade cultural e um espírito progressista afluente, de outra forma, nas palavras de Lefebvre (2004) a cidade grande consagra a desigualdade.

A vizinhança, através do seu complexo sistema de redes de amizade, parentesco e relacionamentos, seria responsável por desenvolver um grau de supervisão coletiva e, por conseguinte, pelo controle da ordem local por uma conformação a valores e normas. No entanto, o espraiamento do sistema de transportes e o desenvolvimento das comunicações, produziram mudanças silenciosas, mas significativas. Multiplicaram as oportunidades do indivíduo para o contato e associação com seus semelhantes, contudo, tornaram esses contatos e associações mais transitórios e menos estáveis. De acordo com

Park (1987, p. 06) “o efeito disso é substituir as associações mais íntimas e permanentes da comunidade menor por uma relação casual e fortuita”.

Segundo Lefebvre (2004), a metrópole tende a produzir um movimento de centralidade no seu sistema produtivo, e para se estabelecer desenvolve uma rígida hierarquia, no espaço, na produção e na sociedade, engendrando desse modo a desigualdade. As desigualdades sociais, na fase atual do modo de produção capitalista, se apresentam de maneira contraditória trazendo reflexos na distribuição territorial da sociedade, havendo assim, uma proximidade entre grupos que ocupam posições antagônicas no espaço social (SILVA, *et al* [S.I]). Assim da mesma forma que a metrópole é composta por bairros e condomínios planejados e bem estruturados é também mesclada por aglomerados e favelas desorganizados e contingentes.

Como foi mostrado na discussão acima (tópico 1.2.1), o contexto de desigualdade das metrópoles brasileiras abre um grande espaço para segregação de grupos, ilegalidade, espaços de exclusão moral e áreas desorganizadas. A conjuntura metropolitana viabiliza a formação de áreas de vizinhança de desorganização tanto física, quanto social. No plano concreto, as características principais dessas áreas são ocupações irregulares, moradias improvisadas, ou mal construídas e falta de estrutura urbana adequada (por exemplo, arruamento, calçamentos, coleta de lixo etc.).

Sampson (1986) destaca que as cidades grandes e áreas densamente urbanizadas têm maior heterogeneidade do que suas correlatas pequenas. Ele enfatiza que o trabalho de Peter Blau (1977) aponta que o tamanho e densidade da comunidade estão diretamente relacionados com sua

heterogeneidade. Ele ainda ressalta no trabalho de Blau a proposição de que a urbanização é um catalisador da quantidade das relações sociais, o resultado predito não é somente que urbanização aumenta taxas totais de contatos sociais, mas que a probabilidade de relações entre os grupos diferentes aumenta com o aumento do tamanho e densidade das comunidades. Conseqüentemente a maior heterogeneidade, resultante da maior urbanização, também aumenta a oportunidade e probabilidade para o conflito entre pessoas de diferentes grupos.

O espaço urbano é o local de interação social por excelência. A interação é o processo que ocorre por meio de pessoas que agem de forma recíproca em um dado contexto social. Talvez o aspecto mais importante da interação social seja que ela modifique o comportamento dos indivíduos envolvidos, como resultado do contato e da comunicação que se estabelece entre eles. Por causa dessa interdependência que existe na interação seja tão importante analisar como certos contextos e redes sociais afetam o comportamento e como isso está relacionado a maiores ou menores taxas de criminalidade.

## **2 – Estrutura, isolamento social e crime**

Algumas perspectivas teóricas já demonstradas nesse trabalho (Ver seção 1.2) argumentam que as ações desviantes são em alguma medida produto das relações sociais, ao invés de algum tipo de evolução genética. Uma das manifestações dessas relações é a organização do espaço e a

configuração das cidades. Como vimos até agora o espaço não é desenhado aleatoriamente, mas é influenciado por regras sociais de inclusão e exclusão que produzem vizinhanças, hierarquia, integração, diferenças, classificação e isolamento.

Essa produção no espaço tem fortes influências na vida social, pois o espaço seleciona os encontros e contatos, aproxima e distancia pessoas, permite ou inviabiliza experiências, dá liberdade ou limita interesses e valores. O espaço urbano seria importante condicionador da qualidade na interação social, pois em alguma medida ela contribui para a modelagem de algumas regras convencionais de convivência, influencia a distribuição de recursos sociais e econômicos, maneja a conformação de comportamentos e afeta ações e atitudes.

A conjectura é de que o espaço urbano é definido por forças sociais, políticas, econômicas e ideológicas. Esse espaço por sua vez condiciona as relações sociais através das escolhas, aproximações e interesses. Essas relações irão conformar os valores, disposições e normas a serem seguidas no curso da ação. Esse curso ou trajetória irão levar a atitudes socialmente aceitas pela sociabilidade padrão, ou desviar para costumes inconformados a situações e circunstâncias vigentes. Desse modo, procura-se relacionar nesse trabalho a configuração do espaço com o acondicionamento societal de vizinhanças isoladas socialmente a cursos de ação ligados a ilegalidade ou a violência.

Esse capítulo será organizado em três seções. Constando de uma introdução que apresenta a relação entre os processos de urbanização,

segregação, divisão social e adaptação a sociabilidade violenta. Em seguida uma seção será dedicada aos argumentos centrais desse trabalho na explicação da violência: a saber, as implicações do isolamento social na conformação de valores, adaptações e acesso a recursos sociais e econômicos e alcance da sociedade padrão. Isso será feito avaliando a importância de vários elementos sociais na conformação dos valores, por exemplo, a estrutura familiar, a vizinhança e os mecanismos além dos efeitos da vizinhança. Por fim será destinada uma seção as explicações culturais de comportamento adaptativo, mecanismos de sabedoria de rua e sentimentos de auto-eficácia e sua influência no comportamento criminoso.

## **2.1 – Perspectiva estrutural, processos sociais de urbanização e pobreza**

No primeiro capítulo fez-se um pequeno esboço dos principais pressupostos da teoria ecológica de explicação do crime. Esse balanço viabilizou o aprimoramento desse estudo no sentido de compreender a problemática da criminalidade numa perspectiva estrutural. Primeiro porque ela permite abordar os processos sociais, como urbanização, estruturação familiar e segregação e estabelecer relação com as taxas de criminalidade e segundo porque ela considera a rede de interação e de associação entre os indivíduos e seus efeitos sobre as mesmas.

Entende-se por perspectiva estrutural toda realidade social analisada através de condições objetivas e subjetivas que ganham continuidade no tempo condicionando formações sociais que ganham algum tipo de

regularidade. Dessa forma, uma das características mais importantes ao se analisar um fenômeno social sobre uma perspectiva estrutural é avaliar o processo histórico de sua formação. Assim, o que acontece na realidade social é historicamente condicionado, e por isso não produz o totalmente novo que não tivesse condicionamento processual e histórico (DEMO, 1995).

A formulação estrutural não se concentra exclusivamente sobre as formas de auto-regulação para combater a delinquência, mas também na efetividade dessa regulação na socialização dos indivíduos. Apesar de se preocupar com essas duas dimensões, a perspectiva de desorganização social de Shaw e Mckay (1942) não abarcou adequadamente as suposições culturais como um componente do modelo de desorganização social (KORNHAUSER, 1978 *apud* BURSİK, 1988).

Sampson & Groves (1989) destacam a relevância da relação social na rede de densidade na causação da delinquência. Segundo os pesquisadores americanos redes de densidade se referem à extensão de todos os indivíduos na rede social que são conectados, com algum grau de intensidade, por relações diretas e indiretas. Quanto mais intensa essa rede de densidade é, maior a habilidade de seus membros para controlar atitudes delinquentes e desviantes. Esse controle pode se dar através de sanções, que são muito mais efetivas em vizinhanças com maior densidade social. Desse modo a tendência é que quanto maior a densidade das redes sociais, maior constrangimento sobre o comportamento desviante dentro das atividades em curso em uma determinada rede social.

No entanto, alguns contextos viabilizam ou prejudicam a formação dessas redes de densidade de relações sociais. Observa-se que em metrópoles essas redes tendem a ser menos densas (GLAESER & SACERDOTE, 1999. PARK, 1987). Nota-se também que em cidades marcadas por fortes desigualdades sociais e diferenças étnicas essas redes tem maior dificuldade de serem estabelecidas (BLAU & BLAU, J. 1982. MARICATO 2003. MENDONÇA, LOUREIRO, SACHSIDA, 2003a). O contexto metropolitano e o contexto de grande desigualdade tendem a apresentar maior dificuldade para estabelecimento de relações mútuas de confiança, uma vez que a diversidade tende a ser muito maior.

Sobre o ponto de vista dos processos sociais, Douglas Massey (1996), num importante artigo sobre o que ele chamou de “Época das Disparidades” (Virada do Século XX para o XXI) onde analisa a urbanização, o aumento na desigualdade de renda e o aumento da segregação de classes, conclui que essa relação tem produzido uma geografia de concentração de riquezas e pobreza através do mundo, criando uma mudança radical na geografia base da sociedade humana. Ele assevera que com o aumento da densidade da pobreza no ambiente do mundo pobre, viabiliza que as classes pobres estejam mais expostas ao crime, doenças, violências e desorganização familiar do que as classes ricas. E numa tendência social ainda mais perversa, essa configuração permite a concentração espacial de riquezas aumentando ainda mais os benefícios e privilégios dos ricos.

Sua análise pessimista com relação ao futuro revela que no século XXI as vantagens e desvantagens da posição de uma classe serão incrementadas

e reforçadas através de mecanismos ecológicos tornando-se ainda mais possível por causa da concentração geográfica de riquezas e pobreza, criando uma profunda divisão e aumentando a violência social no ambiente urbano. Na ecologia social, pessoas ricas de maneira crescente viverão e interagirão com outras pessoas ricas, enquanto pessoas pobres também de maneira crescente viverão e interagirão somente com pessoas de sua mesma classe.

O mundo social dos ricos e dos pobres tenderão cada vez mais a se divergir, criando o potencial para diferenças radicais no pensamento, ação, valores, gostos e sentimentos e para a construção de uma nova geografia política que distancia os interesses dos ricos do bem estar dos pobres. As vantagens e desvantagens de uma posição de classe na sociedade serão compostas e reforçadas por um sistemático processo de concentração geográfico.

Massey (1996) destaca que Claude Fischer (1975) elaborou uma teoria considerando a conexão entre urbanismo e comportamento não convencional sem ajuntar os conceitos tais como alienação, anomia e mal-estar social. Sua análise forneceu um caminho para entender as consequências da cultura de concentração de riqueza e pobreza. Fischer argumentou que as cidades criaram as condições férteis para a emergência e perpetuação de subcultura urbana.

Sob as condições de concentração geográfica, subculturas emergem e intensificam suas relações para produzir altas taxas de comportamento não conformados. Aparente desviança dentro das cidades ocorre não porque os



urbanos são alienados ou anômicos, mas porque eles são profundamente enraizados na intensa e socialmente coesiva subcultura, que sustenta e reforça atitudes e comportamentos que o restante da sociedade ou acham exóticos, diferentes ou desviantes.

Como observado por Émile Durkheim em seu livro exemplar *Da Divisão do Trabalho Social* (1983) mecanismos informais de controle social prevalecem em pequenos lugarejos e vilas, que apresentam as condições de produção de um código moral repressivo a ordem pública e mantém a estabilidade social sobre a individualidade, inovação e mudança. Nessa direção Louis Wirth (1987) em seu clássico artigo *O urbanismo como modo de vida* notou que os mecanismos informais tendem a se quebrar em populações urbanas muito extensas, adensadas e diversas. A grande população confere anonimato e certa imunidade da interferência social dos amigos e parentes. Na grande cidade, migrantes rurais são livres de constrangimentos da tradição por eles perseguirem seus próprios interesses e gostos individuais, conduzindo atividades que poderiam ter sido desencorajadas ou mesmo punidas em suas comunidades de origem.

Esses argumentos de Wirth corroboram com a interpretação de especificidade do meio urbano para a criminalidade dos pesquisadores Glaser e Sacerdote (1999) que procuraram responder a pergunta: por que existem mais crimes na cidade? Utilizando dados de vitimização de vários órgãos de pesquisa para o ano de 1989, os autores chegaram a conclusões importantes a respeito da questão proposta. Primeiramente, as cidades maiores apresentariam maiores taxas de criminalidade por causa do seu maior retorno

pecuniário e a maior facilidade para o cálculo racional da ação criminosa. Nessas localidades os custos de transporte e locomoção dos criminosos e dos bens seriam mais baixos.

A maior densidade populacional contribui em vários sentidos: a) com mais pessoas nas ruas, ou seja, mais vítimas em potencial no raio de ação do criminoso; b) maior o número de possibilidades na escolha das vítimas; c) a maior frequência de interações sociais fariam com que mais informações estivessem disponíveis para os criminosos escolhessem suas vítimas; d) as vítimas em potencial mais rica estariam mais próximas dos criminosos potenciais.<sup>7</sup> Além do mais as cidades maiores permitem o melhor desenvolvimento de um comércio clandestino de mercadorias e bens roubados, por causa do seu caráter anônimo.

Além dessas respostas orientadas ao cálculo racional do criminoso o meio urbano favorece a permanência do indivíduo no mundo do crime devido à diminuição da probabilidade de ser reconhecido e por diminuir a chance de ele ser pego quando pratica um delito.

De acordo com Massey, o ensaísta Wirth teria falhado em relacionar o comportamento desviante e antissocial somente ao clima urbano. Massey, observando o ambiente de grande depressão que a cidade de Chicago enfrentava na época das análises de Wirth, datadas no início da década de

---

<sup>7</sup> Esses argumentos fazem parte de uma perspectiva da escolha racional para entender a criminalidade, mas especificamente são argumentos da Teoria das Oportunidades que tomam a vítima como objeto de estudo, buscando investigar como o estilo de vida do indivíduo e as oportunidades geradas por ele influenciam a probabilidade de vitimização. Embora possa parecer paradoxal por causa da perspectiva estrutural adotada nesse trabalho, ela é muito útil para descrever as condições de uma metrópole em relação a uma cidade menor.

1930, credita as altas taxas de crime não somente ao ambiente anômico urbano, mas as consequências da concentração da pobreza naquele período.

Massey (1996, p. 407) ainda acrescenta que o mal social observado por Wirth não está enraizado no urbanismo em si, mas da concentração da pobreza durante a grande depressão. Essa constatação se confirma, tanto é que poucos anos depois de Wirth escrever esse ensaio, St. Clair Drake e Horace Cayton (1945) publicaram um mapa mostrando a porcentagem de famílias em perigo nas várias vizinhanças de Chicago em 1934. Este mapa é quase idêntico ao mapa publicado 40 anos depois por W. J. Wilson (1987), que confirmou suas teses sobre o isolamento social como vamos ver a seguir. “Nos anos 80, como nos 30, a concentração espacial de privação material está enraizada na mesma causa delineada: aumento da desigualdade de renda e aumento da segregação de classe amplificada pela segregação espacial” (MASSEY, 1996, p. 407).

Existem, portanto, forças sociais de redistribuição espacial que tem definido a alocação de grupos e classes sociais no espaço urbano. Essa redistribuição tem criado uma ecologia da desigualdade que é particularmente perigosa para a integração social, uma vez que viabiliza o desenvolvimento de uma cultura da violência que mina a confiança (ver na seção seguinte 3.2). A consequência mais deletéria dessa redistribuição é a concentração da pobreza que cria um ambiente social onde prolifera a droga, a violência, o desemprego, as doenças, além de produzir um contexto desestimulante a mudanças.

Do outro lado da hierarquia social, o caos social instalado pela concentração de pobreza impulsiona os ricos a se retirarem social e

geograficamente, e sua retirada produz o isolamento do pobre e alimenta a chama da desordem social. À medida que a segregação étnica e racial perpetua a concentração da pobreza e suas consequências na maioria das comunidades, a proliferação de comportamento anti-social abastece estereótipos pejorativos e intensifica o preconceito, produzindo soluções políticas muito mais difíceis (MASSEY, 1996).

Esse processo se dá pela mudança das pessoas de classe média para lugares mais “selecionados” para viverem próximos de pessoas da sua mesma classe. Como foi referido acima (seção 1.2.1) essas classes é que tem a capacidade de auto-segregarem, pois eles tem maior possibilidades de escolha de alocação de suas residências, por causa de maior acesso à renda. Desse modo, acontece o isolamento social, pois à medida que as classes médias se selecionam no espaço urbano, tendem a interagirem cada vez menos com classes de outros estratos diferentes.

Conforme expõe Caldeira (2009) esse distanciamento social condiciona o desenvolvimento de um *ethos* diferenciado bem particular. As classes médias tendem a se segregarem em espaço socialmente homogêneos, em que o grupo social que o ocupa deliberou sua escolha para viver em espaços onde estejam instaladas “pessoas seletas”. Onde supostamente são mantidas longe as interações indesejadas, movimento, perigo, heterogeneidade e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves cultivam um relacionamento de ruptura com o seu entorno mais próximo à rua e o resto da cidade, elaborando um processo onde se organiza as diferenças como desigualdades.

Desenvolve-se então o que a pesquisadora chama de “enclaves fortificados”, que são espaços marcados pelo distanciamento social com o restante da cidade. E nesses espaços de segregação social, por uma elaboração simbólica, desenvolve o enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em *status*. Além disso, segue simultaneamente uma estética de “segurança” que serve para definir um novo modelo nas moradias. Segurança e controle são condições para manter fora o outro, aquele que não faz parte da homogeneidade do sistema que se forma. (CALDEIRA, 2009).

Nesses enclaves produz-se outro tipo de “ordem social”. O desrespeito à lei é quase sempre uma regra. São espaços privados de uso coletivo, onde a possibilidade do individual sem limites, ou melhor, com tênues limites, perpassa a relação entre os vizinhos. Isso fragiliza a noção de coletividade, responsabilidade e a permissividade mascarada por uma pseudo “liberdade” aparece contribuindo para que seja exatamente o inverso do que se espera de um espaço reservado, puro, limpo, organizado. Na verdade revelam que são espaços onde os princípios democráticos são encobertos, uma vez que seus moradores têm pouco interesse em envolver-se com a sociedade local e atividades coletivas (CALDEIRA, 2009).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu também reflete sobre as relações das estruturas do espaço social com as estruturas do espaço físico. Ele define que o lugar é apenas um ponto específico no espaço físico. No entanto, ao ocupar um lugar, um agente social o transforma em *localização*, onde lhe é atribuído um ponto de vista relacional, como posição, como uma graduação em uma ordem. Dessa forma, o lugar ocupado é definido como a extensão, a

superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico. E a essa definição são agregados valores, quantidade, relacionamentos, significado e história.

De acordo com Bourdieu (1998) o processo de definição da localização se dá quando os agentes sociais, que agem em e pela relação com o espaço social, se apropriam do espaço físico criando posições relativas à semelhança do espaço social. Assim, observamos classificações como acima, abaixo, entre, asfalto, morro, centro, periferia etc. e as distâncias que separam essas classificações.

Ao analisar a relação entre o espaço físico e social, Bourdieu é ainda mais categórico afirmando que o espaço expressa a hierarquia social e manifesta a historicidade da desigualdade.

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa). (BOURDIEU, 1998, p. 160).

Bourdieu identifica o mecanismo social pelo qual essa estrutura física transcende suas atribuições visuais e materiais e é incorporada na vida social através da conformação de valores, estilos e classificações. Ele descreve esse processo de transformação com muita perspicácia da seguinte forma:

Geralmente, as surdas injunções e os chamados silenciosos à ordem das estruturas do espaço físico apropriado são uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em sistemas de preferências. Mais precisamente, a incorporação insensível das estruturas da ordem social realiza-se, sem dúvida, para uma parte importante, através da experiência prolongada e indefinidamente repetida das distâncias espaciais nas quais se afirmam distâncias sociais, e também, mais concretamente, através dos deslocamentos e dos movimentos do corpo que essas estruturas sociais convertidas em estruturas espaciais e assim naturalizadas organizam e qualificam socialmente como ascensão ou declínio, entrada ou saída, aproximação ou distanciamento em relação a um lugar central e valorizado (BOURDIEU, 1998, p. 162).

Nessa direção, muitos lugares nas cidades brasileiras, principalmente as metrópoles, são caracterizados pela falta ou ausência. Assim, o que poderíamos chamar de favelas, aglomerados ou comunidade são espaços definidos não pela realidade exposta em seu campo, mas os seus padrões se encontram em outros lugares. Eles são definidos fundamentalmente pelas suas ausências, que são observadas em diversas ordens, mas essencialmente a do Estado, e de tudo o que a ele está atrelado: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, outros serviços etc. Daí quando se fala nesses espaços emergem no imaginário popular não apenas visões objetivas fundamentadas na realidade, mas fantasmas, estereótipos e preconceitos

alimentados de experiências emocionais suscitadas por palavras ou imagens mais ou menos não controladas (BOURDIEU, 1998).

Os espaços sociais e físicos construídos são mais uma forma de expressão do poder, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce. A instrumentalidade do poder é utilizada através dos mecanismos de violência simbólica, que age de maneira sutil e até despercebido. As configurações do espaço urbano (como ruas, avenidas, pontes e muros etc.) e os espaços arquitetônicos (como prédios, casas, monumentos, praças etc.) dirigem suas restrições diretamente aos indivíduos, e seus corpos e comportamentos desenvolvendo a socialização distanciada e diferencial dos vários grupos dentro da cidade e esses efeitos são muitas vezes imperceptíveis ao observador comum.

De acordo com Bourdieu (1998) essas classificações, restrições e constrangimentos são mais uma forma de expressão da violência simbólica que pode ser definida como:

O constrangimento moral, psíquico e social efetivado contra a vontade de um indivíduo, ou grupo forçando-o a fazer algo, que o coloque em posição inferior a outro indivíduo, ou grupo. Esse constrangimento é desenvolvido ao longo do processo de socialização, pela constante experiência de disjunção entre a sua liberdade e a liberdade dos outros “dominantes”, e faz com que os indivíduos subjugados se posicionem no espaço social de maneira a ter as suas vontades e interesses tolhidos, ou restringidos, por força de regras, crenças, costumes, estilos etc (BOURDIEU, 1998, p. 164).



Os mecanismos de violência simbólica, ao serem operacionalizados na interação social, vão sendo incorporados pelos grupos de bairros pobres, que vão reproduzindo as suas condições de pobreza e miséria, aos seus relacionamentos mais próximos, tendendo a criarem uma espiral de exclusão e inapetência da vida social padrão.

A análise de Bourdieu, de justaposição da hierarquia física e social e uma socialização específica que cria os espaços de desigualdade, se ajusta a análise de Massey (1996) no sentido da perpetuação do isolamento e exclusão por causa da concentração da pobreza e da ausência. De acordo com o próprio Bourdieu, “a reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural” (1998, p. 166).

Muitos indivíduos que vivem em condições sociais de concentração da pobreza tendem a não serem conformados aos valores sociais da sociedade padrão, por exemplo, emprego regular<sup>8</sup>, família nuclear estruturada etc. E nos seus relacionamentos existe uma força de atração para baixo, portanto de nivelamento, homogeneizando a condição de pobreza, seja econômica, cultural e social. Dessa forma, muitos indivíduos são expostos e socializados ao comportamento de isolamento e adquire uma cultura de violência, disposição adaptativa a realidade da ausência e tendem a desenvolver baixa auto-eficácia.

---

<sup>8</sup> Essa falta de um emprego regular pode ser expressa de duas formas: i) o indivíduo considerar que o emprego não é uma coisa positiva e por isso não procura um; ii) o indivíduo não se inserir na sociedade padrão por não encontrar uma vaga de emprego no mercado de trabalho

## 2.2 – Isolamento social e conformação de valores

A argumentação central desse trabalho fundamenta-se nos estudos de William Julius Wilson, desenvolvido em suas duas obras *The Truly Disadvantaged* (1987) e *When Work Disappears* (1996). A ideia principal é de que a extrema concentração de desvantagens em algumas vizinhanças criam um ambiente sócio-estrutural distintamente diferenciado. Em particular, vizinhanças extremamente desvantajadas são caracterizadas por um alto grau de isolamento social do restante da sociedade. Pode-se citar como exemplo dessas desvantagens, residentes terem menos acesso a trabalho e serem menos expostos aos modelos de regras convencionais. Além do mais, vizinhanças extremamente desvantajadas têm relativamente menos famílias de classe média e trabalhadoras para servir como redutor de impacto dos efeitos de condições econômicas desiguais e pobres. Isso dificulta o desenvolvimento da habilidade da comunidade para sustentar uma estrutura institucional básica e várias fontes de controles sociais. Essas características qualitativamente distintas do ambiente social permitem um nível incomum de criminalidade.

Wilson (1987) procurou elaborar uma teoria estrutural da sociedade para relacioná-la as altas taxas de criminalidade. O pesquisador procurou explicar o nível particularmente alto de deslocamento social encontrado em muitas comunidades urbanas negras, e não somente problemas de vizinhança urbana em geral. No entanto, sua abordagem não é específica de raça. Ao invés disso, ele argumenta que altos níveis de pobreza comunitária e desvantagens é que

produzem alto nível de crime e outros problemas sociais em vizinhanças Afro-americanas. Em contraste, comunidades predominantemente brancas são muito menos prováveis de ter mais alto nível de pobreza e desvantagem, que logo resultaria em deslocamento social.

Em *The Truly Disadvantaged* (1987) Wilson lança as bases da perspectiva estrutural para explicar o isolamento social e como subproduto dessa a criminalidade. Enquanto que em *When Work Disappears* (1996) o autor fundamenta a sua explicação estrutural, acrescentando aspectos da socialização, argumentos culturais como a adaptação cultural e formação de competências e noções de auto-eficácia individual.

O conceito de isolamento social é central nos trabalhos de Wilson (1987 e 1996). Ele descreve o isolamento social como processos urbanos e sociais em que certas áreas das grandes cidades americanas são abandonadas por grupos negros e brancos que experimentam mobilidade social ascendente, e se tornam classe média. Resultando numa configuração urbana de concentração e homogeneização de desvantajados formando os espaços de gueto. Portanto, o isolamento social é um processo histórico e estrutural onde existe certo nível de separação e distanciamento de indivíduos e grupos do restante da sociedade como um todo. Ou seja, o isolamento social, seria a falta de contato ou interações com indivíduos e instituições que representem a sociedade como um todo, o que resultaria em uma série de efeitos deletérios nos processos de socialização e incorporação de valores, costumes e normas sociais.

Dentro da perspectiva estrutural Wilson (1987) analisou que as características de vizinhanças de grandes cidades americanas dos anos de 1940 até meados de 1960 tendiam a uma integração vertical de diferentes grupos de renda, de ocupações, de classe e de raça residindo mais ou menos nas imediações de uma mesma vizinhança. O pesquisador estabeleceu que a maior presença de trabalhadores e famílias de classe média aumentava a organização social das vizinhanças no centro das cidades. No entanto, após mudanças econômicas e sociais ocorridas tanto na forma de organização do espaço urbano americano para a produção industrial, quanto nas condições subjetivas de desvalorização de certas áreas, produziram uma migração intra-urbana das classes médias e altas.

Wilson (1987) notou que o movimento de grupos de profissionais de classe média negra que se deslocavam do centro da cidade para outros bairros, seguindo o fluxo do aumento do número de trabalhadores negros, tem deixado para trás uma alta concentração dos segmentos mais desvantajados de população urbana negra, a população que ele se refere quando fala de subclasse de guetos. Parte do impulso da saída da classe média negra do centro da cidade foi em virtude de práticas discriminatórias no mercado imobiliário nos subúrbios. E os indivíduos e grupos deixados para trás sofrem intensamente o resultado do isolamento social, como discriminação, violência, drogas, doenças etc.

Wilson (1987) argumenta que no passado (até meados de 1960) famílias de classe média e trabalhadora em vizinhanças de guetos forneciam um pára-choque social que poderia sustentar as instituições sociais básicas através de

prolongados períodos de desemprego da subclasse. Na vizinhança urbana com ampla concentração de pobreza as pessoas se localizam onde relativamente poucas pessoas são conectadas ao padrão social institucional do trabalho, educação, igreja e governo. Assim, residentes dessas vizinhanças são menos prováveis que residentes de vizinhanças mais afluentes de conhecer pessoas que podem ajudá-las a aprender sobre trabalho ou outras oportunidades, e eles são menos prováveis de ter modelos de regras que demonstrem as virtudes e os benefícios de aderir a ampla norma societal. Vizinhanças influenciam as interações sociais, que pela sua qualidade influencia a maior ou menor a disponibilidade de informações necessárias para o sucesso no padrão social. A subclasse não é simplesmente produzida na pobreza, é uma questão de ser pobre e viver em um lugar pobre que cria essa subclasse.

De acordo com Wilson (1987, p. 33) a discriminação histórica tem mais efeito do que a discriminação contemporânea em explicar a má condição das subclasses de vizinhanças pobres. Contudo, uma apreciação total dos efeitos da discriminação histórica é impossível sem levar em conta outras forças contemporâneas e históricas que tem também modelado as experiências e comportamentos do empobrecido grupo que adquire procedimento específico de minoria urbana.

Observa-se que o processo histórico que produz o isolamento social em um grupo funciona através do mecanismo social de certos constrangimentos sobre as escolhas que alguns indivíduos podem fazer em suas vidas diárias. Certas restrições, como por exemplo, poucas oportunidades de estudo e capacitação para o trabalho, combinadas com oportunidades restritas na

inserção na sociedade padrão, levam a comportamentos e atitudes relacionadas ao modo de vida de lugares com alta concentração de pobreza.

Essa disposição Wilson chamou de “atitudes relacionadas a guetos” - que no caso brasileiro poderíamos nomear como “atitudes relacionadas a favelas” – ou seja, “comportamento e atitudes que são encontrados com mais frequência nos bairros de gueto e em bairros que ainda apresentam níveis altos de pobreza e emprego local. Comportamentos e atitudes relacionadas ao gueto frequentemente reforçam a inserção marginal na economia dos residentes desempregados dos guetos” (WILSON, 1996, p. 52).

Wilson (1996) argumenta que escolheu a terminologia abrangente "comportamento relacionado ao gueto" em oposição a "específico do gueto" para fazer a seguinte pontuação: embora muitos dos comportamentos a serem descritos e analisados estejam enraizados em circunstâncias que são exclusivas no interior dos guetos da cidade (por exemplo, altos índices de desemprego e de pobreza concentrada), essas condições são bastante difundidas na sociedade de uma forma geral. Em outras palavras, esse comportamento não é exclusivo aos guetos, como o termo "gueto específico" implicaria. No entanto, essas condições ocorrem com maior frequência no gueto.

Em comparação a uma vizinhança integrada, de classe padrão e organizada, as condições de isolamento impostas a um grupo de pessoas, localizadas em uma área específica, tendem muito mais a produzir um ambiente social onde as relações sociais não seguem o modelo de regras convencionais. Nesse sentido, os indivíduos apresentados a um ambiente

isolado socialmente estão mais exposto os efeitos do desemprego, pobreza, ilegalidade e também mais distante de recursos (incluindo contatos sociais) fornecidos pelas redes sociais padrão que facilita vantagens econômicas e sociais em uma sociedade industrial moderna. Essa forma de isolamento social também contribui para a formação e cristalização de características culturais e comportamento relacionado a guetos (WILSON, 1996, p. 66).

Um trabalho que aborda com perspicácia a relação entre isolamento social e acesso a recursos sociais é o artigo de Tigges, Browne, & Green (1998). Os pesquisadores procuraram analisar os efeitos de raça, classe e da vizinhança sobre o isolamento social. Usando dados de famílias em Atlanta-Geórgia, comparando afro-americanos e pobres e não pobres com brancos não pobres sobre dois tipos de laços sociais e os recursos sociais inerentes a esses laços. E encontraram que a pobreza tem uma influência importante sobre a disponibilidade de recursos sociais para afro-americanos dentro e fora do seu agregado familiar.

De acordo com os pesquisadores, negros pobres estão menos propensos a terem acesso a recursos sociais, do que outros negros e brancos não pobres. Esses recursos indicados por Tigges, Browne, & Green (1998) são: a) viver em companhia de outro adulto, b) ter uma pessoa fora da família com quem discutir assuntos importantes ou c) ter uma pessoa com diploma universitário na sua rede de relacionamentos. Os pesquisadores afirmam também que vizinhanças mais pobres reduzem o tamanho da rede de discussão para brancos e negros e afetam as probabilidades de terem qualquer tipo de contatos sociais. No sentido de corroborar a tese dos efeitos do

isolamento social eles constatam que entre os afro-americanos, vivendo em uma vizinhança muito pobre aumenta o isolamento social e reduz o acesso aos recursos sociais através uma rede de laços próximos.

Ao analisar o isolamento social como um fenômeno a nível puramente individual, os investigadores muitas vezes negligenciam a conexão entre laços sociais e os contextos em que são produzidos. Como a tese do isolamento social e a literatura de segregação sugerem, a localização de um indivíduo pode determinar o caráter de recursos sociais disponíveis. O argumento de Wilson transcende as explicações de raça e classe e sugere que o nível de pobreza da vizinhança deve ter um efeito independente, para além dos efeitos de raça e classe social, a concentração da pobreza em vizinhanças urbanas potencializa os efeitos do isolamento social<sup>9</sup>.

Nesse sentido é importante destacar duas dimensões essenciais na relação entre o isolamento social e a sua relação com a criminalidade, a saber: a rede de densidade comunitária ou de vizinhança e a concentração da pobreza afetando o comportamento social.

As redes de relações sociais e suas condições nas vizinhanças têm constituído um foco analítico central na criminologia e na investigação sociológica que remonta a Durkheim (1947) e Weber (1968). Atualmente, o estudo de vizinhanças tem desfrutado de um nível renovado de atenção dos

---

<sup>9</sup> Nesse sentido os postulados sobre o isolamento social são semelhantes às teorias contemporâneas que relacionam o controle social informal com a densidade das redes de relacionamentos. No entanto, a perspectiva de isolamento social aborda com mais perspicácia a relação, por incluir elementos do mundo do trabalho e características culturais.



estudiosos, especialmente entre os estudiosos da violência urbana. Ao longo dos últimos 30 anos, por exemplo, os pressupostos de Shaw e McKay (1942) da teoria da desorganização social, que argumentava que a pobreza, a heterogeneidade étnica, e mobilidade residencial contribuem para o aumento da criminalidade foi substancialmente revista e ampliada. Versões da teoria focam hoje em: mecanismos de controle social informal e formal, redes e organizações sociais, e capital social (por exemplo, a capacidade, através de laços sociais, para alcançar objetivos compartilhados) dentro das comunidades. Mears & Bhati (2006, p. 511) destacam uma série de autores que trabalham nessa direção (BROWNING, FEINBERG, e DIETZ, 2004; MORENOFF, SAMPSON, e RAUDENBUSH, 2001; SAMPSON, RAUDENBUSH, e EARLS, 1997; PRATA e MILLER, 2004).

É pertinente resumir os argumentos até agora expostos que encontraram consonância nas pesquisas de Wilson (1987, 1996). Parte da desvantagem dos pobres afro-americanos vem da estrutura social das vizinhanças com alta concentração de pobreza. Nessas áreas, são poucos os que têm empregos regulares e instituições de classe social padrão estão ausentes. As características da vizinhança ajudam a explicar porque comportamentos de subclasses são mais comuns entre os negros pobres do que entre outros pobres. Ao contrário de outros grupos sociais, os negros pobres tendem a viver mais próximos a outros pobres (WILSON 1987, 1996). A segregação residencial por raça e por circunstâncias econômicas efetivamente relega os negros pobres para vizinhanças com infra-estrutura social

desagregada. E esse isolamento tem efeitos relevantes para a formação de valores culturais, disposições adaptativas e criminalidade.

### **2.3 – Cultura, comportamento adaptativo, auto-eficácia e código da rua.**

De acordo com Demo (1995), a realidade social não é determinada, mas condicionada, o que permite atribuir-lhe maneiras típicas, tendências, regulares do seu acontecer. Em grande medida ela pode ser condicionada e feita pelo homem. Nessa construção consideram-se as condições objetivas, que são aqueles elementos exteriores ao homem que sofrem ou não a sua ação, mas que interferem nos modos de vida são exemplos desses elementos a desigualdade social, as necessidades materiais, a ambiência física, ecológica, demográfica, ou os elementos do isolamento social expostos na seção acima (2.2).

Considera-se que essas condições objetivas interferem e influenciam em alguma medida as condições subjetivas da realidade social. Por essas condições subjetivas pode-se entender a qualidade daqueles elementos que dependem das opções e condicionamentos humanos, por exemplo, os elementos da cultura, os comportamentos, estilos de vida, disposições corporais etc.

Essa seção será organizada na direção de compreender melhor as condições subjetivas que compõe a vida social e sua relação com a criminalidade. Portanto, se analisará as condições culturais e seus elementos de transmissão e adaptação, assim como os graus que a cultura é definida

através do nível de isolamento social de uma dada comunidade. Pretende-se mostrar também como a cultura se manifesta, principalmente na formação do comportamento violento e criminoso. Sua instrumentalidade para os fins da criminalidade é realizada por conta de inconformidades com regras sociais estabelecidas. Essas regras são estabelecidas por meio das instituições sociais como família, trabalho e vizinhança. No entanto, quando essas instituições são enfraquecidas a adaptação e rotinização da violência tendem a ser mais constantes e o aparecimento de ameaças a interação social como drogas, uso de armas, brigas etc são mais frequentes.

De acordo com Wilson (1996)

“Cultura” pode ser definida como o compartilhamento de modos de comportamento e perspectiva dentro de uma comunidade. O estudo da cultura envolve uma análise de como ela é transmitida de geração em geração e o caminho em que ela é sustentada através da interação social na comunidade. Para agir de acordo com uma cultura – ou através de formas não verbais de ação, incluindo engajamento nela ou se privando de certas condutas, ou na expressão verbal de opiniões ou atitudes concernentes a normas, valores, ou crenças – é para seguir a inclinação de como elas tem sido desenvolvidas pela influência ou aprendizagem de outros membros da comunidade que um torna-se identificado com outros (p. 66)

Mas ao trabalhar com o conceito de cultura, não acredita-se que seja formada por valores homogêneos e padrões. Sabe-se, no entanto, por muitas razões antropológicas que existem várias formas de adaptações seja individuais, ou coletivas a costumes e valores. Por essa razão devem-se esperar variações na cultura de subgrupos dentro de cada sociedade, mesmo

que através de muitos elementos de seu repertório cultural sejam similares. Nesse sentido, sugere-se que a cultura total das favelas de uma cidade inclui elementos relacionados ao seu contexto específico de pobreza, mas também incluem uma predominância de elementos da sociedade padrão (classe média) (ZALUAR, ALBUQUERQUE, & NORONHA, 1994). Fato é que muitas subculturas pobres, como veremos a seguir, valorizam iniciativas de trabalho e esforço individual, mas muitas vezes não tem condições adequadas para atender as exigências da sociedade formal.

Todas as comunidades dentro de uma ampla sociedade compartilham modos comuns de comportamento e perspectivas. No entanto, a extensão de cada comunidade difere com respeito à perspectiva e comportamento dependendo em parte do grau de isolamento social dos grupos na ampla sociedade, o patrimônio material ou recursos que eles controlam, os benefícios e privilégios derivados desses recursos, a experiência cultural que eles tem acumulado com uma consequência histórica, a existência de organização política e econômica e a influência que eles exercem por causa da sua organização (WILSON, 1996).

A socióloga Ann Swidler citada por Wilson (1996, p.72) observou como a cultura funciona formando modos de vida através do desenvolvimento de competências culturais. Ela afirma que:

Pessoas podem compartilhar aspirações comuns, enquanto permanecem profundamente diferentes no caminho de sua cultura organizando seu padrão de comportamento geral [...] Quando nos movemos de uma comunidade cultural para outra, a ação não é determinada pelos nossos valores. Ao invés

disso, nossa ação e valores são organizados considerando as vantagens de competências culturais [...] Estudantes da cultura mantém olhando para os valores culturais que explicarão o que é distintivo sobre o comportamento de grupos ou sociedades, e negligenciam outros fenômenos diversamente culturais que oferecem grande promessa de explicação dos padrões de ação. Os fatores são melhores descritos como culturalmente formando habilidades, hábitos e estilos do que valores e preferências.

Os modos de vida reconhecido nas habilidades, hábitos e estilos não se desenvolvem no vácuo. Eles precisam de elementos interativos que formados nas instituições sociais ganham permanência e regularidade no tempo e no espaço. Esses elementos podem ser as famílias, vizinhanças, clubes, igrejas, instituições etc. Ao analisar as vizinhanças do centro de Chicago, que concentravam a pobreza, com as vizinhanças do subúrbio onde residia a classe média, Wilson (1996) observou que a capacidade organizacional era um importante elemento de controle social.

Wilson (1996) afirma que uma razão primária para o controle do comportamento dos residentes de uma vizinhança é a capacidade organizacional ou recurso institucional base que deveria fornecer uma lei extra de organização social em suas vizinhanças. É mais fácil para pais controlar o comportamento de crianças em suas vizinhanças quando existe um forte recurso institucional de base, quando as ligações entre instituições comunitárias como igrejas, escolas, organização política, comércio e clubes cívicos são fortes. A mais alta densidade e estabilidade de organizações formais, o menor número de atividades ilícitas tais como tráfico de drogas, crime, prostituição e formação de gangues podem desenvolver raízes na

vizinhança. Um fraco recurso institucional de base é que distingue vizinhanças do centro da cidade com alto desemprego das áreas estáveis de classe média e trabalhadora.

A explicação normativa, da teoria do isolamento social, relacionada ao controle do comportamento violento é paralela aos pressupostos levantados pela TDS. No entanto, os mecanismos sociais da primeira perspectiva são mais amplos para explicar a relação entre o consenso de normas reguladoras do comportamento. Ademais a primeira perspectiva permite incluir as dinâmicas econômicas, históricas e políticas das comunidades em relação a estrutura em que elas estão inseridas. E, além disso, Wilson acrescenta mais dois elementos muito importantes na explicação normativa: um que é relativo a conformação do indivíduo ao mundo do trabalho; e dois as implicações de adaptações culturais de indivíduos em resposta a condições interativas.

De acordo com o pesquisador americano uma vizinhança forte pode interferir muito na resolução de problemas relacionados à violência e as drogas. Ele caracteriza como vizinhança forte, aquelas que têm características de mais alto nível de organização – que integra seus adultos pelos meios de um extenso grupo de obrigações, expectativas e rede social. E são essas vizinhanças que estão em melhor posição para controlar e supervisionar as atividades e comportamentos de suas crianças e jovens. Nas vizinhanças fortes os jovens de gangues são reconhecidos e serão responsabilizados por suas ações individuais e de grupos; ao mesmo tempo, eles sabem que podem considerar os adultos da vizinhança para apoiá-los e orientá-los. Em termos do nível de organização social, vizinhanças de classe média e negros

trabalhadores tendem a ser mais organizadas do que vizinhanças em situação de pobreza concentrada.

O controle sobre o comportamento dos mais jovens exercido através de normas e supervisão são mais eficientes quando eles refletem o que James S. Coleman (1990) chamou de “círculo intergeracional”, quando existe uma sobreposição de jovens e adultos numa rede social em uma vizinhança. O círculo intergeracional é exibido nessas vizinhanças onde muitos pais não conhecem somente os amigos de suas crianças, mas também os pais dos seus amigos. Como regra geral, adolescentes parecem se beneficiar diretamente da troca de recursos produzidos pela integração social de seus pais com outros em sua vizinhança.

Wilson descreve o mecanismo de controle das famílias e vizinhanças sobre os jovens da seguinte maneira:

A conectividade e estabilidade de redes sociais em vizinhanças fortes transcendem a casa porque os adultos da vizinhança têm o potencial de observar, reportar, e discutir o comportamento de crianças e jovens em diferentes circunstâncias. Essas redes reforçam a disciplina e o acolhimento de crianças nos lares, porque outros adultos na vizinhança assumem a responsabilidade de manter um padrão de comportamento social e público mesmo quando parte não tem os seus próprios padrões (1996, p.62)

Até agora se puderam notar quais são os elementos da cultura, de que maneira ela é definida, como ela funciona, quais são os seus componentes e recursos principais. A conformação a valores na cultura varia em diferentes graus em função do nível de isolamento de um grupo social do restante da

sociedade padrão. A partir de agora será analisado como o aumento do isolamento social interfere em uma diversidade de fatores culturais, por exemplo, o trabalho, o “código de rua”, a auto-eficácia e a reprodução da cultura da violência.

O isolamento social não acontece numa eventualidade, ou de forma acidental. Existem forças sociais que compelem indivíduos e grupos a se moverem de um lugar para o outro. Viu-se no capítulo 1 toda uma discussão em torno da geografia produzida pela segregação urbana. A tese do isolamento social desenvolvida por Wilson originalmente no trabalho *The Truly Disadvantaged* e depois melhor especificado na obra *When Work Disappears* fundamenta-se na mudança na estrutura social da comunidade dos centros das cidades.

Essa mudança estrutural tem condições objetivas. Wilson (1987) identifica que além dos efeitos do desemprego, as vizinhanças do centro da cidade têm experimentado um crescimento concentrado de pobreza por diversas outras razões, incluindo: 1) o êxodo das famílias negras não pobres; 2) o êxodo de não pobres brancos e outras famílias não negras; 3) o aumento em número de residentes que tem se tornado pobre vivendo nas áreas centrais.

De acordo com Wilson (1996) o próprio desenvolvimento do modelo produtivo capitalista exige cada vez menos mão-de-obra e quando existe essa demanda por mão-de-obra ela é atendida pelos mais instruídos. Como os mais pobres tendem a ser os menos instruídos eles sofrem diretamente essa exclusão do mundo do trabalho.



Essas transformações objetivas tiveram sérios impactos subjetivos. Uma delas é que a moral das pessoas e o aspecto físico das áreas onde moram tem se deteriorado, o que prejudica o senso de comunidade. Os descendentes de alguns fizeram uma ascensão social e se mudaram por acharem que o bairro era incompatível com o seu estado de desenvolvimento e senso de identidade. Como este grupo emerge socialmente e economicamente, seus membros tendem a se tornar cada vez mais distantes da comunidade do gueto, eventualmente, expressam essa distância, literalmente, se afastando. Sua partida diminui uma fonte extremamente importante de liderança moral e social no seio da comunidade negra. Em busca de status e de emprego, e com a preocupação com a sua própria segurança, a classe média negra e aqueles que aspiram a ela tendem a rejeitar a vida nos guetos (ANDERSON, 1990).

Dessa forma, a condição social dos que ficaram é de desorganização física e moral. Nessa direção se destaca os resultados do desemprego prolongado, da criminalidade, uso de drogas, desorganização familiar e comportamento anti-social que se tornaram poderosas forças sociais. Com educação e habilidades severamente limitadas, os negros mais jovens e mais pobres que são deixados para trás têm pouca chance de participar na economia formal. Os empregos que existem para eles são geralmente de baixos salários ou muito distantes. Jovens negros, em particular, são capturados por empregos comprometedores. Para muitos jovens, a economia subterrânea das drogas é assim o meio mais atraente (ANDERSON, 1990).

A vizinhança abandonada por pessoas de classe média e isolada socialmente tem o seu desenvolvimento social comprometido por causa da

densidade de redes de interação estabelecidas. Os bairros que oferecem poucas oportunidades de emprego legítimo, inadequada rede de informação de emprego, e as escolas pobres e degradadas levam ao desaparecimento do trabalho.

Nas vizinhanças onde os trabalhos são escassos, onde as pessoas raramente, ou nunca, têm a oportunidade de ajudar os seus amigos e vizinhos a encontrar empregos e onde há uma vida escolar perturbadora ou degradada que pretenda preparar os jovens para eventual participação na força de trabalho, muitas pessoas eventualmente perdem o seu sentimento de conexão com o trabalho na economia formal. Os seus moradores tendem a não esperar que o trabalho seja uma força regular e reguladora em suas vidas.

Nesse sentido, jovens podem crescer em um ambiente que falta a ideia de trabalho como uma experiência central da vida adulta – eles têm pouca ou nenhuma realização na força de trabalho. Essas circunstâncias também aumentam a probabilidade que os residentes levem em conta a alternativa de buscarem fontes de renda ilegítimas, assim enfraquecendo ainda mais o seu apego ao mercado de trabalho legítimo (ANDERSON, 1990).

Em um de seus estudos Pierre Bourdieu (1963) demonstrou que a vida no trabalho não é simplesmente um caminho para fazer uma carreira e sustentar uma família. Ele também constitui uma estrutura para comportamento diário e padrão de interação por causa da disciplina e regulação. Assim, na ausência de emprego regular, falta a uma pessoa não somente um lugar em que trabalhar e receber renda regular, mas também uma coerente organização do presente – isso é um sistema concreto de expectativas e metas. O emprego

regular fornece a âncora para os aspectos temporais e espaciais da vida diária. Ele determina onde você vai ser e onde você vai existir. Na ausência de um emprego regular, a vida, incluindo a vida familiar, torna-se menos coerente. O desemprego persistente e o emprego regular retardam o planejamento racional na vida diária, a condição necessária de adaptação a uma economia industrial.

Apesar da esmagadora pobreza em áreas de grande isolamento social, residentes nas vizinhanças de pobreza concentrada verbalmente reforçam, ao invés de destruir, os valores de iniciativa individual e de conquista com esforço. Wilson (1996) cita que em uma pesquisa *Urban Poverty and Family Life Study* (UPFLS) que pelo menos 66% das pessoas pobres expressam uma visão positiva com relação ao trabalho e o esforço. Entretanto, dado os constrangimentos e limitações nas oportunidades das pessoas das vizinhanças pobres, é razoável assumir que muitos desses que responderam a esses valores, em uma análise final, encontraram dificuldade para vivenciá-las. Circunstâncias geralmente consideradas como garantidas na sociedade de classe média são frequentemente maior obstáculos a serem superados nos bairros pobres (WILSON, 1996).

Considerando que os maiores constrangimentos e as limitadas oportunidades estão disponíveis para pessoas de bairros com alta concentração de pobreza, elas tendem a se adaptar as circunstâncias de dificuldade. Além dos constrangimentos associados com o limitado canal de acesso organizacional de privilégios e influência, existem também constrangimentos sobre as escolhas que eles também podem fazer por causa

da falta de acesso a recursos da sociedade padrão e de informação necessárias para tomar decisões responsáveis e úteis.

Embora não necessariamente reflita valores internalizados, essas adaptações podem, no entanto, ser tidas como sendo culturais. O comportamento que mais frequentemente acontece, tais como busca de rendimentos ilegais é manifestado comumente em certas comunidades. Nesses lugares, há disposição de alguns residentes para considerar que o comportamento não somente seja conveniente, mas também moralmente apropriado. Eles podem endossar as normas da sociedade padrão contra seu comportamento em abstrato, mas em seguida fornecem razões constrangedoras e justificações para seus comportamentos, dado as circunstâncias gerais em suas comunidades (WILSON, 1996).

Em vizinhanças onde o “comportamento relacionado ao gueto” predomina como o comportamento adaptativo, existe a maior possibilidade de ele encontrar maior legitimidade. Por exemplo, uma hipótese razoável de ser observada em vizinhanças estáveis é: uma pessoa que está economicamente marginalizada é mais constrangida, do que numa vizinhança pobre, a procurar um emprego, não só para se sustentar, mas mais para se adaptar a sociedade padrão. O padrão pode ser capaz de exercer um intervalo de soluções inaceitáveis e ilegais para seus problemas, mas a amplitude assegurada nos costumes de suas comunidades, reforçada pelos recursos econômicos e sociais que mantém a comunidade estável, fortemente pressionam a refrear tais atividades (WILSON, 1996).

No entanto, indivíduos em vizinhança com pobreza concentrada estão mais sujeitos a procurar atividades ilegais porque é mais frequentemente manifestado e tolerado no comportamento público de seus vizinhos, que estão também esforçando-se para sobreviver economicamente. Nesses casos, a cultura relacionada ao gueto “pode ser vista no mínimo como uma extensão adaptativa, em que modos situacionalmente sustentáveis de ação não são somente feitos disponíveis como técnicas, mas também tendem a dar algumas medidas de aparente legitimidade” (WILSON, 1996, p.70).

Um elemento importante a analisar em contextos de pobreza concentrada é o sentimento individual de capacidade para realização de tarefas, trabalhos, metas e expectativas da sociedade padrão. A capacidade de realização desse conjunto de exigências pode ser identificada como “sentimento de auto-eficácia”. A auto-eficácia é considerada pela teoria social cognitiva como se referindo às crenças em uma habilidade própria para dar os passos necessários e realizar as metas requeridas em uma dada situação. Tais crenças afetam o nível de desafio que um indivíduo sente sendo ele ou ela capaz de manejar, a quantidade de esforço despendido em uma dada tarefa, e o grau de perseverança quando encontra dificuldades (WILSON, 1996).

Wilson (1996, p. 76) ao avaliar vizinhanças de guetos com maior grau de isolamento social, observa que as redes de familiares, amigos, e associações nestes lugares são mais prováveis de incluir uma alta proporção de indivíduos que, por causa de suas experiências com marginalidade econômica extrema, tendem a duvidar que eles consigam realizar metas sociais aprovadas. De acordo com Wilson, as dúvidas podem existir por pelo menos duas razões: a)

essas pessoas podem ter dúvidas sobre a sua preparação ou próprias capacidades, ou b) eles podem perceber que há severas restrições impostas por um ambiente hostil.

O sentimento negativo em relação à capacidade individual de realização tende a aumentar com a longa persistência do desemprego, pois as dúvidas sobre a capacidade individual tendem a desenvolver raízes. E esse sentimento pode ser catalisado e se tornar mais forte em vizinhanças que estão contaminadas pelo baixo nível de emprego.

Wilson analisa o mecanismo através do qual esse sentimento é desenvolvido no interior de uma vizinhança da seguinte forma:

Sentimentos de um indivíduo de baixa auto-eficácia crescem das experiências que envolvem o trabalho instável e de baixa renda e são reforçados ou alimentados pelos sentimentos semelhantes e pontos de vista de outras pessoas que partilham as condições e cultura do bairro. Isso representa o processo de transmissão de cultura acidental, segundo a qual a exposição do indivíduo a certas atitudes e ações é tão frequentes que elas realmente se tornam parte de sua própria perspectiva (1996, p. 78).

Todos esses elementos da cultura expostos até agora são fundamentais para entender a relação das condições objetivas com as subjetivas sobre a realidade social. É imperativo ainda compreender de que maneira os indivíduos tomam as suas decisões no ambiente e como seus comportamentos são transmitidos e comunicados para os outros da sua comunidade.

Indivíduos no gueto do centro da cidade dificilmente podem evitar a exposição a comportamento relacionado às suas vizinhanças nas interações

diárias e contatos com as pessoas em suas comunidades. No entanto, o código de conduta ética de cada indivíduo pode ser formado pela familiarização de amplos e combinados modos de comportamento que incluem elementos tanto da sociedade padrão, como aqueles relacionados a guetos. O grau de exposição para os modos culturalmente transmitidos de comportamento em alguns dados ambientes dependem em ampla medida do envolvimento individual ou em escolhas de redes sociais, incluindo redes de amigos e de parentesco.

Conforme afirma Wilson (1996), dentro de toda transmissão cultural, indivíduos desenvolvem um repertório cultural que incluem elementos discretos que são relevantes para uma variedade de situações respectivas. Alguns elementos da cultura poderiam ser visto como situacionalmente adaptativos, ou seja, eles forneceria aos membros de um grupo modelos de comportamento que se aplicam as situações específicas para um momento, ou para uma comunidade específica.

Os aspectos da transmissão cultural podem assumir características racionais ou acidentais. Aqueles aspectos com características racionais seriam aqueles que seguiriam os elementos adaptativos de certas vizinhanças como vimos acima. E os aspectos com características não conscientes ou acidentais – também chamado, por Wilson (1996) de transmissão por preceito – seriam dados através da exposição de uma pessoa a certas atitudes e ações que se tornam frequentes e que se tornam parte de sua própria perspectiva e não fazem, em muitos casos, a aplicação seletiva para situações diferentes.

A esse respeito Wilson (1996, p. 71) analisa que

a cultura compartilhada em modelo de regras exemplifica esse processo. “Quando um modo de comportamento é encontrado frequentemente e em muitas pessoas diferentes,” é mais provável ser transmitido por preceito. Práticas relacionadas a guetos envolvem uma ênfase pública sobre sexualidade, ócio, beber publicamente “não ir livre de acusação” na vizinhança de gueto no centro da cidade. Mas a característica de força de organização social permite que essas práticas ocorram muito mais frequentemente do que existe na sociedade de classe média, tanto esses modos de transmissão de comportamento por preceito, quanto em modelo de regras, é mais facilmente facilitado.

Em resumo, quando se considera o modo de transmissão cultural nos comportamentos relacionados aos guetos frequentemente representa adaptação cultural particular para o “bloqueio sistemático de oportunidades” no ambiente de vizinhanças com pobreza concentrada e na sociedade como um todo. Essas adaptações são refletidas nos hábitos, habilidades, estilos e atitudes que são compartilhados ao longo do tempo.

Dado todos os argumentos colocados até agora se pode responder a questão de como o isolamento social está relacionado com a criminalidade e a violência. Em um ambiente onde a ocorrência da criminalidade é mais comum, as chances de se adaptar a esse comportamento é muito mais provável do que onde tal comportamento é mais escasseado.

Massey (1996) quando em seu trabalho sobre a concentração da pobreza em certas áreas e aumento da desigualdade nas grandes cidades propõem a questão de como os mais pobres irão se adaptar a um ambiente onde a violência é endêmica e o risco de vitimização é grande? A resposta



mais imediata ao nível individual é a de que muitos tendem a seguir a lógica adaptativa tornando-se violentos também.

Nessa direção o estudo de Elijah Anderson (1990) tem descoberto através do trabalho de campo etnográfico, que em comunidades de pobreza concentrada se pode deter potenciais criminosos e aumentar a proporção de sobrevivência pela adoção a um comportamento ameaçador, cultivando a reputação para o uso da força e apoiando na reputação com violência seletiva. “No mundo social caracterizado pela violência endêmica, uma obsessiva preocupação com o respeito torna-se uma estratégia adaptativa viável” (MASSEY, 1996, p. 408).

Massey (1996, p. 408) descreve a transmissão da cultura da violência e sua perpetuação da seguinte maneira.

Dada a concentração progressiva da violência, algumas pessoas pobres certamente adotam atitudes e comportamentos violentos como estratégia de sobrevivência. Como muitas pessoas adotam mais estratégias de violência para se auto-protegerem, o nível médio de violência nas vizinhanças pobres aumentarão, levando outros a adotarem ainda mais comportamento violento. Como o nível médio de violência aumenta através do tempo, mais pessoas adotarão crescentemente estratégias violentas para proteger-se do crescimento da ameaça de vitimização, e enfim isso produzirá uma auto-perpetuação crescente do espiral de violência.

A necessidade fundamental para adaptar as condições estruturalmente enraizadas de violência endêmica conduz para a emergência de um “código da rua” que encoraja e promove o uso da força, ou a seletividade dos contatos sociais. Se residentes das vizinhanças pobres fossem içados a escolher um

padrão menos violento ou simplesmente dizer não para a tentação da violência isso talvez poderia soar absurdo na visão de seu nicho ecológico, caracterizado pela ameaça constante. Para sobreviver em tais áreas, deve-se aprender e (para uma extensão significativa) internalizar o código de violência descrito por Anderson (1990). Nesse sentido, a agressão é passada de pessoa a pessoa em um auto-sentimento, aumentando cada vez mais o seu modelo.

Nesse caso a violência tende a se rotinizar, tornando-se parte do cotidiano das crianças e jovens que moram em áreas com alto nível de isolamento social. Assim, habilidades, hábitos e estilos são frequentemente formados pela frequência em que são encontrados nessas comunidades. Jovens delinquentes nas vizinhanças de concentração de pobreza são mais prováveis que outras crianças a ver a violência como estilo de vida. Eles são susceptíveis de testemunhar atos violentos e de ter modelos parentais que não controlam adequadamente seus próprios impulsos violentos ou de refrear a sua própria raiva (ANDERSON, 1990).

A transmissão cultural acidental também pode ser vista no desenvolvimento e cristalização de perspectivas ou crenças que surgem da experiência comum de muitas pessoas diferentes. Wilson (1996, p. 72) destacou no trabalho de Elijah Anderson que adquirir respeito e reconhecimento de seus pares tem se tornado altamente valorizado entre os adolescentes do centro da cidade, que tem negado sistematicamente o status da sociedade padrão. Esse respeito é frequentemente garantido quando um garoto adquire uma arma de fogo e deseja usá-la em um assalto. Portanto, dado a disponibilidade e acesso a arma de fogo, facas, e outras armas, faz

com que as experiências dos adolescentes com o comportamento agressivo frequentemente tenha consequências funestas.

Outro elemento importante a se destacar e que tem forte influência no aumento da criminalidade, mas não é o foco desse trabalho, mas que tem importância significativa sobre o problema, é como as drogas e o tráfico têm efeitos diretos e indiretos nas vizinhanças de concentração da pobreza. É importante enfatizar que as normas e ações dentro da indústria da droga na vizinhança pobre pode também afetar o comportamento daqueles que não estão diretamente envolvidos. Por exemplo, a ampliação da posse de armas entre os líderes do tráfico, e, no entanto o aumento da disponibilidade de armas na vizinhança induz outros a adquirir armas também. Alguns adquirem armas para auto-proteção, outros para resolver disputas que nada tem a ver com as drogas, e ainda outros para o simples propósito de ganhar respeito dos pares e reconhecimento na vizinhança (ANDERSON, 1990).

Por fim, cabe ainda ressaltar como parte importante na constituição da cultura da violência o desenvolvimento do “código de rua” identificado por Elijah Anderson (1990). De acordo com o autor esse “código da rua” é amplamente um estado mental, e é demonstrado através do comportamento das pessoas em suas interações públicas. Essa disposição representa uma perspectiva adquirida através da interação do público, de dar e receber da vida nas ruas. Essa perspectiva permite "ver-se através" de situações públicas, para antecipar o que vai acontecer com base em indícios e sinais de um desses encontros. Nesse sentido, uma pessoa com o “conhecimento do código da rua” é alguém que entende "como se comportar" em locais públicos incertos.

Um “código de rua” é adquirido através de um longo e árduo processo que às vezes começa com certa tensão sobre o ambiente urbano, com decisões baseadas em estereótipos e regras simples de etiqueta pública. Com o tempo e a experiência, o nervosismo e medo dão lugar a um reconhecimento de que a vida de rua envolve situações que exigem respostas seletivas e individualizadas - neste ambiente complexo, a ampla aplicação de estereótipos se torna a norma. Depois de muita prática, uma pessoa pode operar com certa autoconfiança, facilmente através de manobras que antes eram vistas como situações complicadas. De acordo com Anderson (1990) o processo é como aprender a dirigir um automóvel. O iniciante pode hesitar e dirigir incerto no início, mas um experiente condutor se move através de padrões de tráfego complicados com o pensamento pouco atento. Os mesmos princípios de condução são utilizados em ambos os casos, mas no segundo eles estão quase sem esforço aplicado.

Através da experiência pública, uma pessoa torna-se profundamente familiar com os elementos da vizinhança – lidando com drogados, policiamento, com o dono da mercearia, pessoas pobres, com todas as pessoas de uma forma geral, famílias e indivíduos de classe média compõem o tecido social da comunidade. Mas talvez o mais importante, se ganha alguma concepção de trabalho quando esses elementos se encaixam. Assim se processa as disposições objetivas e materiais das ruas, que vão ganhando as feições e disposições mentais como descreveu Bourdieu (1998) ao analisar os efeitos do lugar e o processo de desigualdade internalizado com as relações sociais na segregação urbana.

Nestas circunstâncias, a pessoa nem toma as ruas para garantir-se nem recua dela, mas se torna pronto para situações perigosas, recorrendo a um repertório de artifícios e esquemas para caminhar com segurança pelas ruas. Em resumo, a pessoa aprende o sentido da rua, como se comportar de uma forma mais adequada nesse contexto. Ao se tornar algo mais do que um reagente passivo para situações públicas, o indivíduo torna-se pró-ativo e até certo ponto, o autor da ação pública (ANDERSON, 1990).

Anderson descreve da seguinte maneira o julgamento social realizado através da interação de rua.

Como as interações em público em geral acontecem por apenas alguns segundos cruciais, as pessoas estão condicionadas a um exame rápido da aparência, da fala, o comportamento do público, gênero e cor daqueles que partilham o meio ambiente. A estratégia central na manutenção da segurança nas ruas é para evitar homens negros estranhos. A opinião pública é codificada por cores: pele branca denota civilidade, do cumprimento da lei e confiabilidade, enquanto a pele negra é fortemente associada à pobreza, crime, incivilidade e desconfiança. Assim, um homem jovem negro desconhecido é prontamente ignorado. Se ele pede alguma coisa, ele deve ser tratado de forma rápida e sumaria. Se ele é persistente, uma ajuda deve ser logo convocada. (1990, p. 208).

De forma geral, observou-se que o isolamento espacial em vizinhanças com alta concentração de pobreza, tem desenvolvido um conjunto de condições estruturais que tem alimentado uma cultura oposicional deletéria ao sucesso da sociedade padrão. Muitos indivíduos dessas áreas não se sentem capazes de realizar metas e normas culturais devido a sua socialização com

comportamentos relacionados a guetos. Essas condições têm delineado os contornos da cultura através da adaptação seja racional ou acidental de comportamentos ilegais ou violentos. Esses comportamentos ganham permanência no tempo através de uma transmissão cultural de atitudes de pessoas que procuram se proteger e acabam produzindo uma quantidade maior de violência na comunidade. Nessas comunidades se desenvolvem um “código de rua” que só alimenta a desconfiança e a construção de estereótipos dentro da sociedade de uma forma geral.

#### **2.4 – As nuances do caso brasileiro**

Cabe perguntar se a teoria do “isolamento social”, elaborada no contexto de segregação nos guetos norte-americanos, pode ser aplicada à realidade das vizinhanças com alta concentração de pobreza (favelas) no Brasil?

A expressão gueto adquiriu nas ciências sociais a importância de conceito por ser carregado de aplicabilidade empírica e analítica. No entanto, ela muitas vezes tem sido usada de modo inadequado. De acordo com o Loïs Wacquant (2004), “gueto” se refere a uma área onde se concentram um grupo de pessoas desprivilegiadas com à intersecção de características étnicas e sociais, em que a segregação juntava-se ao abandono físico e à superpopulação, exacerbando assim males urbanos como a criminalidade, a desintegração familiar, a pobreza e a falta de participação na vida nacional. Essa noção de alguma maneira se aproxima e se distancia do seu correlato brasileiro: favela.

O gueto e a favela têm dinâmicas urbanas diferentes. Enquanto, o gueto se formou por causa da mobilidade urbana dos negros que melhoraram sua condição social deixando para trás os seus congêneres; as favelas apareceram como a única estratégia de sobrevivência de grupos migrantes do interior do Brasil. Nos EUA os guetos têm características mais ligadas a isolamento racial, enquanto as favelas no Brasil são fenômenos de hierarquização dentro do espaço urbano, mas tem características sócio-econômicas que podem ou não se sobrepor a questão de raça.

A formação dos guetos pauperizados e estigmatizados é resultado do isolamento social com a retirada da classe média para outras áreas. Nas favelas as possibilidades de saída são mais limitadas, pessoas trabalhadoras tendem a permanecer na favela por muito mais tempo. Neste sentido os níveis de organização social e exemplos de padrões convencionais podem ser maiores em algumas favelas do que nos guetos.

O gueto e a favela têm fortes semelhanças na sua hierarquização urbana por ser resultado do mesmo processo de segregação urbana. Esse processo é realizado principalmente pelas classes superiores da estrutura social, que utilizam o espaço como mais uma forma de se separarem e se distinguirem do restante da cidade. Desse modo, assim como o gueto é uma configuração geográfica delineada pelo processo de seleção dos indivíduos menos favorecidos, por condições sociais, no interior do espaço urbano; assim também são as favelas brasileiras.

Mas ao que se deduz da literatura de sociologia urbana que analisa o tema, existem mais semelhanças do que diferenças entre ambas. E as

características semelhantes principais são: a produção da estigmatização dos territórios onde se concentram os segmentos fragilizados economicamente, pela diminuição da densidade organizacional desses territórios e pela baixa presença do Estado. E essa estigmatização ocorre quando se realiza a desapropriação simbólica dos moradores desses territórios, na capacidade de controlar sua representação social, nas formas coletivas de classificação das divisões da sociedade e, portanto, na sua identidade como grupo. É essa despossessão que permite transformar os desiguais em proscritos sociais, e como tais vivendo na desordem ou em outra ordem social considerada legitimamente inaceitável (RIBEIRO & LAGO, 2001).

De acordo com Rodrigues (1988) e Valladares (2005), considera-se que as primeiras favelas surgiram no Rio de Janeiro logo após a Guerra de Canudos e em São Paulo por volta da Segunda Guerra Mundial. A sua visibilidade e notoriedade como problema social ganha maior volume por volta da década de 1950, principalmente por causa do intenso processo<sup>10</sup> de industrialização-urbanização pelo qual passou o Brasil a partir desse período.

A causa do fenômeno da criação e proliferação das favelas no Brasil é complexo e de difícil síntese em análises superficiais. No entanto, Ribeiro & Lago (2001) sintetizam a causa do seu crescimento por dois vetores: a) atribuiu-se à migração, particularmente à do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste; e, b) por meio da grande mobilidade espacial no interior do próprio município, seja do bairro para a favela, seja de favelas consolidadas para favelas recentes.

---

<sup>10</sup> Processo descrito na seção 1.2.1 desse trabalho.



Rodrigues (1988) descreve que a favela surge da necessidade do onde e como morar. Se não é possível comprar casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução. E essa solução são as favelas. Ela identifica que a favela é produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da excessiva exploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades. É também produto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto, uma vez que o valor real do salário mínimo vinha sendo extremamente depreciado.

No Brasil o mercado imobiliário é muito fechado e seletivo, um dos fatores fundamentais dessa seleção é o preço alto da terra. O resultado do preço da terra urbana e das edificações – mercadoria inacessível para a maior parte dos trabalhadores – a favela exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano de uma parcela da classe trabalhadora.

Rodrigues (1988, p. 39) descreve que em

face aos baixos salários, ao subemprego ou mesmo ao desemprego, enfrentados por um gigantesco e crescente setor da população, torna-se necessário reduzir os gastos básicos á sobrevivência física. E entre estes gastos a moradia é um item importante, seja pela habitação em si, seja, muitas vezes, pelo preço dos transportes para o emprego, isto quando é possível morar mais próximo ao emprego.

Ribeiro & Lago (2001, p.144) descrevem que “desde o início do século XX, (...) as favelas vêm sendo representadas como pertencentes a outro

mundo social e cultural, como se fossem uma cidade à parte". Essa afirmação abre espaço para um caloroso debate sobre a falseabilidade do discurso da marginalidade urbana. Durante a década de 1970 buscou-se demonstrar o equívoco dos discursos dualistas sobre as favelas, que afirmavam que esses espaços configuravam uma cultura à parte constituindo uma subcultura. Essa ideia se reforçaria em vários estereótipos como: "favelas como aglomerações patológicas" (lugar de vagabundos, ladrões, bêbados e prostitutas que vivem em condições subumanas); "favelas como comunidades em busca de superação" (lugar de gente dinâmica, honesta e capaz); e, "favelas como calamidade inevitável" (consequência natural e infeliz do crescimento urbano, dependente de ações paternalistas).

Essas ideias foram rechaçadas por Perlman (1977) que procurou demonstrar a existência de semelhanças entre as favelas e os espaços populares, em termos de estrutura e práticas sociais. Constatando que nas favelas não havia só migrantes do campo e tampouco nelas observava-se a sobrevivência da cultura folk, as favelas passam a ser vistas como complexo coesivo, extremamente forte em todos os níveis: família, associação voluntária e vizinhança. Procuraram demonstrar também que a vida nas favelas era marcada "pela amizade e espírito cooperativo e relativamente livre de crime e da violência" (PERLMAN, 1977, p. 136).

Contudo, no decorrer dos estudos sociais e na evolução das favelas nas cidades brasileiras, observou-se que existia forte diferenças das condições de moradias, recursos públicos, equipamentos urbanos etc entre a favelas e os bairros e que essas diferenças ao mesmo tempo em que era resultado, era

também resultante de processos de socialização excludente. Segundo Ribeiro & Lago (2001, p. 145) “os lugares no espaço social são definidos pelas posições geradas pela distribuição desigual do volume e da composição do capital (econômico, social e simbólico), as quais expressam as relações de dominação na sociedade entre as classes sociais”. Desse modo, os contextos sociais das favelas resultariam em diferenciações de valores, comportamentos e estilos de vidas, daqueles que vivem em um ambiente de alta concentração de privações.

Ribeiro & Lago (2001) ao analisarem o espaço urbano do Rio de Janeiro concluíram que existem fortes diferenças sociais-espaciais expressas nas configurações dos bairros e favelas cariocas. E ao observar a favela como variável dependente, concluíram que ela seria resultado das práticas discriminatórias da estrutura social. E eles resumem que pode-se compreender

a cidade como a “objetivação” do espaço social, a análise das proximidades e distâncias sociais entre favela e o restante da cidade implica avaliar a sua posição na (di)visão do mundo social (...). Essa análise, porém, não é trivial, pois pressupõe superar duas tendências presentes nas formas hegemônicas de representação da distinção social, que muitas vezes surgem como realidades auto-evidenciadas, portanto inquestionáveis pelo discurso científico. Trata-se das tendências à naturalização e à substancialização da ordem social, nas quais têm enorme importância as metáforas espaciais. Com efeito, elas nos produzem a ilusão de que as propriedades sociais de uma prática ou os atributos de um grupo podem ser explicados por eles mesmos, sem levar em consideração que o real na sociedade é sempre relacional e, como tal, construído socialmente (RIBEIRO & LAGO, 2001, p. 146).

Os dados de Hughes (2004) ao analisar a relação entre o espaço urbano segregado e os níveis de criminalidade na cidade de São Paulo, “mostram como o desenho urbano e os territórios estão relacionados à violência de um modo bastante direto, denotando a vinculação desses eventos aos constrangimentos inerentes às situações de precariedade urbana e à exclusão social, especialmente ao desalento causado pela exclusão social”. Apesar de compreender que as manifestações de delinquência e violência têm origens e naturezas diversas, pode-se inferir que determinadas situações sociais podem condicionar a interação entre os indivíduos levando-os a desenvolverem valores ligados à banalização da vida e a cotidianização da violência. Nesse sentido, a extrema pauperização relacionada à degradação moral de certas áreas, relacionam-se positivamente com o aumento das agressões e crimes contra a pessoa e o patrimônio.

Dois teóricos brasileiros (MISSE, 1999) e (MACHADO DA SILVA, 2004), propõem abordar o tema da violência urbana sobre o prisma de um objeto e não como um conceito. Considerando que a violência urbana contemporânea pode ser entendida como uma representação por orientar um conjunto de práticas (saques à propriedade privada e ameaças à integridade física) e de modelos de conduta subjetivamente justificados. Como quer que seja, ambos entendem a violência não de uma forma pontual, ou isolada, mas é um fenômeno resultante de uma acumulação cíclica de padrões, experiências sociais e continuidades de “subculturas”.

De acordo com Misse ([SI], p.7), a perspectiva adotada por eles, “não se trata (...) de uma argumentação de “continuidade linear” ou “evolucionista”, mas

da hipótese de um processo complexo de acumulação contínua por meio de metamorfoses de padrões, seja da sociabilidade intra e inter-classes e de seus segmentos sociais, seja da seleção e migração de recursos e estratégias ilegais para a consecução de fins econômico-aquisitivos através de ligações e sobreposições entre diferentes mercados ilícitos”.

Por seu turno, Misse (1999) atribui à violência urbana uma relação direta com um longo processo de “acumulação social da violência”. A acumulação social da violência seria uma noção que o autor toma como uma representação social negativa assimilada a um conjunto de práticas e agentes cujos cursos de ação, são heterogeneamente motivados e que de alguma forma possuem certa uniformidade em sua organização. Com essa noção o autor quer se referir principalmente às

mudanças na sociabilidade que acompanham essas representações e à definição de seus principais catalizadores em ciclos distintos: a desordem pública, a montante de saques e assaltos, a subversão e sua repressão, as mortes no trânsito, as incivilidades e, desde os anos 70, o montante de agressões, de feridos e de mortos decorrentes das tensões internas a vários mercados ilícitos, e das tensões desses mercados com as práticas policiais operadas na sua repressão ou resultantes da interligação clandestina com suas redes, que alcançará plena visibilidade pública no tráfico varejista de drogas nas favelas, conjuntos habitacionais e outras áreas de pobreza urbana da periferia do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras capitais brasileiras a partir dos anos 80 (MISSE, 1999, P. 46).

Por seu turno, Machado da Silva (2004) utiliza para analisar a violência urbana o conceito de “sociabilidade violenta”, que poderia ser entendido como

um conjunto de práticas fundamentado em modelos de conduta onde a recorrência da violência como interação social é um padrão normativo aceito e legítimo entre determinados grupos na sociedade. Esse conceito procura compreender que

a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais. Ou seja, a representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende – sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente – a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e “desconcentrando” seu uso legitimado (MACHADO DA SILVA, 2004, p.7).

Durante todo esse trabalho pôde-se perceber o desenvolvimento do argumento que indivíduos em condições de isolamento social estariam mais condicionados do que aqueles integrados a sociedade padrão a adotarem um curso de ação orientado pela violência ou ilegalidade. Esse mecanismo aconteceria por causa da concentração de indivíduos em condições sociais negativas em uma determinada área, onde suas interações sociais seriam influenciadas no sentido de conformá-los a comportamentos, valores e estilos de vida ligados a violência. De alguma maneira as noções propostas acima de, “acumulação social da violência” e “sociabilidade violenta” se assemelham em muitos pontos e se diferenciam em alguns da noção de “isolamento social”.

Ambas perspectivas entendem que a criminalidade e o comportamento violento é resultado de um longo processo histórico de interações sociais realizadas em contextos de desvantagens, onde prevalece um precário senso

de alteridade e intersubjetividade compartilhada, resultando num individualismo adaptativo a condições adversas. As perspectivas também compartilham o postulado de que existe uma fragmentação no tecido social produzida por sociabilidades diversas e que essa fragmentação produz transformações culturais que resultam em uma dualidade, isolamento e separação no espaço urbano.

No entanto, a lente de análise das duas perspectivas muda o grau quando se referem à integração dos grupos a padrões normativos de conduta. Enquanto a perspectiva do “isolamento social” acredita que grupos desprivilegiados produzem atitudes desviantes da sociedade padrão, a “perspectiva da sociabilidade” acredita que as diferenças sociais produzem padrões normativos autônomos que coexistem, mesmo tendo um ordenamento social específico. Isso aconteceria, segundo Misse ([SI]) por causa da capacidade que a ordem violenta tem de isolar e ordenar autonomamente este âmbito, que é intrínseca à representação da violência urbana, e que define a natureza da legitimação de uma vasta gama de práticas<sup>11</sup>.

A questão inicial dessa seção é respondida de forma positiva, pois se viu que os postulados das teorias urbanas que estudam os guetos, são similares aqueles que estudam as favelas. Assim como os guetos, as favelas são o resultado das práticas discriminatórias da estrutura social, só que o primeiro tem características marcadamente étnicas, enquanto a segunda tem

---

<sup>11</sup> Acredita-se que a integração ou não dos diferentes padrões normativos é uma discussão muito relevante para o entendimento das causas da violência urbana no Brasil contemporâneo. Mas por uma opção metodológica, pelo trabalho procurar testar a aplicabilidade dos pressupostos de “isolamento social” à realidade brasileira optou-se por não aprofundar nos argumentos que diferenciam as duas perspectivas.

características sociais, e, em algumas vezes sobreposta por discriminações étnicas também. Tanto o gueto, quanto a favela são delimitações espaciais urbanas, que teriam seus lugares definidos por posições geradas pela distribuição desigual do volume e da composição econômica, social e simbólica.

Essa definição de posições sociais, produziriam a aglomeração de indivíduos estigmatizados e desprivilegiados na estrutura social, essa condição influenciariam nas suas interações e densidade de suas redes sociais. Essa influência contribuiria para a conformação a normas, comportamentos e condutas, que por sua vez estariam mais ou menos relacionados a cursos de ações violentas ou desviantes.

Resta agora verificar se empiricamente essa relação de causalidade entre estrutura social, espaço urbano, isolamento social e criminalidade pode ser comprovada através de testes.

### **3 – Dados e metodologia**

Esse capítulo será dedicado a apresentação da parte empírica desse trabalho de análise dos efeitos normativos do isolamento social sobre o comportamento criminal. E ele será organizado em quatro seções: a primeira abordará os detalhes sobre a natureza dos dados e as características da unidade de análise; a segunda tratará sobre o problema de pesquisa e suas hipóteses; a terceira será desenvolvida para apresentar as características das



variáveis dependentes e independentes e por fim a apresentação da metodologia para o tratamento dos dados.

### **3.1 - Unidade de análise e Dados**

Essa seção discorre sobre a origem dos dados e as características da unidade de análise dessa pesquisa. E ela está dividida em mais quatro subseções, começando sobre as discussões em torno da Unidade de Análise, que é uma pedra de toque nesse trabalho, por conseguir conjugar o nível dos dados com as noções simbólicas e sociais sobre vizinhança. Em seguida consta a origem dos dados de criminalidade e dos dados sociais (dados contextuais das condições das vizinhanças). E depois serão apresentadas as variáveis dependentes e independentes a serem operacionalizadas.

#### **3.1.1 – Unidade de Análise**

A unidade de análise a ser utilizada será a vizinhança e essa será delimitada pela agregação de setores censitários que comporão as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

A escolha da vizinhança como unidade não é trivial, pois de acordo com Park (1987, p.31), “a vizinhança é uma unidade social que, por sua clara definição de contornos, sua perfeição orgânica interna, suas reações imediatas, pode ser justamente considerada como funcionando à semelhança a mente

social”. Essa noção de vizinhança pode ser circunscrita a um bairro, que de acordo com essa visão seria uma subseção de uma comunidade. A vizinhança, então, seria um conjunto de pessoas e instituições que ocupam uma área geograficamente definida, influenciadas por forças ecológicas, culturais e até políticas.

Além do mais, a importância da vizinhança como unidade analítica se avoluma quando se relaciona ao entendimento da criminalidade. Porque acredita-se que esse espaço engendra uma lógica que delimita os contextos da estrutura social e familiar, que produz condições objetivas e subjetivas de relações sociais em áreas específicas, dissuadindo ou estimulando mais ou menos relações violentas e criminosas.

Os estudos de criminalidade contemporâneos têm dispensado um enorme esforço em entender as relações de vizinhança no controle e na influência sobre o crime – isto é o caso porque há uma clara distribuição desigual de crime no espaço. É no bairro que se processam os laços de vizinhança, que permitem os relacionamentos, constrangimentos, controle social, confiança mútua, percepção de desordem, atividades de rotina que se relacionam à ação desviante (SAMPSON, *et al* 2002). Para se ter uma maior justeza dessa relação é preciso que os crimes sejam espacializados de acordo com a formação social dessas unidades espaciais. E isso tem uma série de implicações: a) metodológicas, por causa da disponibilidade de dados e seu devido tratamento estatístico; b) teórica, por causa da própria organização da lógica urbana e sua importância para análise social e c) prática, por causa da orientação das políticas públicas.

O objeto de pesquisa se configura na criminalidade circunscrita no município de Belo Horizonte. O município de Belo Horizonte e não a Região Metropolitana toda foi escolhido por dois motivos principais, 1) por tratar o crime ao nível intra-urbano e analisar os efeitos de vizinhança e 2) por não ter disponibilidade de dados de crime para toda a região. No entanto, como se abordará teorias que pretendem explicar a criminalidade ao nível de vizinhança e analisar os dados delimitados às condições intra-urbanas da qualidade das relações sociais e da estrutura familiar se usará uma unidade menor do que o município e maior do que um setor censitário, a saber: as UDH's. Conforme explicado as UDH,s são agregações de setores censitários agrupados por uma série de critérios elencados abaixo.

As UDH's são mais úteis para esse estudo do que os setores censitários porque esses são muito pequenos para compreender as forças sociais que poderiam influenciar o crime<sup>12</sup>. A UDH, ao contrário do setor censitário, é que melhor se aproxima da unidade conceitual de vizinhança, como unidade teórica que Park (1987) e Wilson (1987) usam como base dos seus estudos. Em outras palavras, os setores censitários não abrangem completamente a noção de vizinhança, como o fazem as UDH's e, portanto, não poderiam ser aplicados de maneira adequada a esse trabalho.

---

<sup>12</sup> Nessa direção destaca-se o trabalho das pesquisadoras (Peixoto, Moro, Andrade [SI]), que apresentam os crimes em Belo Horizonte por Unidades de Planejamento (Subdivisão de área de jurisdição de uma Administração Regional da cidade), mas que não encontram resultados tão satisfatórios, pois essa unidade é suficientemente grande para conter muitas heterogeneidades sociais.

As Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH's) são aproximações dos bairros constituídos (por lei) ou reconhecidos (identificação popular). Serão as unidades espaciais mínimas a serem estudadas e atendem a alguns pré-requisitos:

1) Somatório de setores censitários: porque todas as informações a serem obtidas são informações dos censos demográficos, nos quais a unidade mínima é o setor censitário.

2) População mínima: 400 domicílios amostrados (16 mil habitantes). O IBGE só disponibiliza as informações do questionário da amostra se for obedecido o critério de pelo menos 400 domicílios amostrados, visando garantir a robustez da amostra. Considerando a média da amostragem em 10% e 4 pessoas por domicílios, isto equivale a um mínimo de 16 mil pessoas em cada UDH.

3) Homogeneidade: É sugerido o máximo de homogeneidade em termos sociais, econômicos, ambientais, etc. já que um dos principais objetivos do trabalho é mostrar as contradições no nível intramunicipal. No entanto, espaços homogêneos só deverão ser explicitados em forma de UDH's se puderem ser amplamente reconhecidos, inclusive com nome. Vale lembrar que os próprios setores censitários podem ser altamente heterogêneos. Portanto é um exercício que exige certo grau de abstração e equipe com bastante conhecimento do espaço geográfico.

4) Contiguidade: Via de regra todas as UDH's deverão ter contiguidade espacial na agregação dos setores censitários. Seja para facilitar o

entendimento das pessoas, seja para minimizar qualquer tipo de erro – no mínimo os resultados estarão refletindo uma média do espaço definido.

Exceção (descontinuidade): Excepcionalmente, poderão existir UDH's com menos de 16 mil habitantes. Seus indicadores serão resultado de agregações a outras UDH's não contíguas, perfazendo os 16 mil habitantes exigidos para esses cálculos. Assim, essas UDH's apresentarão os mesmos resultados obtidos para o conjunto, mesmo estando em diferentes localizações espaciais. Obviamente, para que isto faça sentido, é necessário que elas sejam extremamente parecidas nos mais diversos aspectos e possam ser plenamente reconhecidas independentemente de seu tamanho. Tal procedimento se justifica, por exemplo, quando há várias favelas pequenas incrustadas em bairros ricos, ou, inversamente, quando há condomínios de luxo incrustados em bairros pobres<sup>13</sup>.

### **3.1.2 – Dados de criminalidade**

Nesse trabalho serão usados dados secundários de ocorrências policiais de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio<sup>14</sup> do ano de 2000, fornecido

---

<sup>13</sup> Descrição elaborada pela Fundação João Pinheiro (FJP).

<sup>14</sup> CONTRA O PATRIMÔNIO: 1) os roubos (ato de se apropriar indevidamente de bens alheios sem o uso de armas), 2) roubos a mão armada (ato de se apropriar de bens alheios com o uso de arma que coloque em risco a integridade física da vítima). CONTRA A PESSOA: 1) os homicídios tentados (agressão corporal a vítima com intenção de morte, porém sem a efetivação desta), 2) homicídios consumados (agressão corporal à vítima com intenção de morte e efetivação desta).

pelo Centro de Estudo de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da UFMG. Esses dados estão espacializados em função dos setores censitários da capital mineira.

Os dados oficiais sobre crime serão utilizados, mesmo que existam alguns problemas relacionados a eles, como por exemplo, sub-representação dos crimes em virtude do não relato dos mesmos, e o enviesamento do trabalho da polícia, etc. (para críticas mais detalhadas ver MISSE, 1997). Apesar dessas questões justifico a minha escolha por esses dados por três motivos: 1) Como a criminalidade está sendo analisada ao nível de vizinhança, precisa-se de dados espacializados para todos os setores censitários da cidade, o que outros dados, como os de uma pesquisa de vitimização não fornecem; 2) a principal teoria abordada no decorrer desse trabalho, a saber: teoria do isolamento social utilizou dados oficiais para a sua consecução; 3) se, apesar das indeterminações dos dados oficiais, ocorrerem relações significativas, então sub-registro não é um problema nesse estudo (Flanco *et al* 1976).

### **3.1.3 – Dados Sociais**

Os dados de crimes de 2000 serão relacionados com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano da RMBH 2000 operacionalizados pela Fundação João Pinheiro. O Atlas do Desenvolvimento Humano para RMBH é um esforço conjugado entre o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP) para formar um banco eletrônico de dados com o objetivo principal de democratizar o acesso a informação e aumentar a capacidade de análise sobre informações socioeconômicas relevantes a toda a região metropolitana de BH. Esse banco

é baseado nos micro dados dos censos de 1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>15</sup>.

### **3.1.4 – As variáveis**

A variável nesse estudo será tratada como observação de um evento, ou proporção desses, ou dados ou características mensuráveis que diferem de uma observação para outra em um indivíduo, ou uma população. Nesse estudo pretendo estabelecer relações causais entre as variáveis, tanto através do uso de estatística descritiva, quanto confirmatória. Por isso, as variáveis serão divididas em variáveis dependentes e independentes: as primeiras serão as variáveis a serem explicadas, nesse caso as taxas de criminalidade; e as últimas serão as variáveis explicativas, ou que produzem efeitos, e aqui serão as variáveis de contexto social.

#### **3.1.4.1 - Variáveis dependentes**

Os dados de crime foram calculados por taxas de crime por cem mil habitantes<sup>16</sup>, e foi obtida pela divisão do número de ocorrências pela população residente em cada UDH. Essas taxas serão construídas somando tipos de crimes semelhantes. Veja no quadro abaixo:

---

<sup>15</sup> Vale ressaltar o esforço da Fundação João Pinheiro em criar um banco de dados de fácil acesso e com uma interface amigável para pesquisadores e gestores públicos de toda a RMBH.

<sup>16</sup> O procedimento de usar taxas de crime é uma forma de controle para o tamanho da população, uma vez que em UDH's menos populosas (ou povoadas) o número de crime tende a ser muito menor.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	
TAXA DE FURTO	FURTO CONSUMADO
	FURTO QUALIFICADO
TAXA DE ROUBO	ROUBO A MÃO ARMADA
	ROUBO CONSUMADO <sup>17</sup>

CRIMES CONTRA A VIDA	
TAXA DE HOMICÍDIO	HOMICÍDIO CONSUMADO
	HOMICÍDIO TENTADO
TAXA DE LESÃO/AGRESSÃO	LESÃO CORPORAL
	VIAS DE FATO/AGRESSÃO <sup>18</sup>

CRIMINALIDADE	
	SOMATÓRIO DE TODAS AS

<sup>17</sup> Sobre as noções de furto e roubo. Furto é uma figura de crime prevista nos artigos 155 do Código Penal Brasileiro, e 203º do Código Penal Português, que consiste na subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem, com fim de posse definitiva. Difere do roubo por ser praticado sem emprego de violência contra a pessoa ou grave ameaça.

<sup>18</sup> Vias de Fato/Agressão é uma briga em si, o contato entre os corpos, com lesões à integridade corporal ou à saúde de outrem ou sem lesão. Art. 21 da Lei de Contravenções Penais, Decreto-Lei nº 3.688/41.



TAXA DE CRIMINALIDADE	OCORRÊNCIAS DOS CRIMES ACIMA CITADO E PONDERAÇÃO PELO TAMANHO DA POPULAÇÃO
-----------------------	--

Os crimes serão tratados não em seu número absoluto, mas sim pelas suas taxas. Para tornar comparáveis regiões distintas, devem ser utilizadas suas taxas em vez das contagens absolutas. A taxa de um determinado crime informa a padronização da quantidade de criminalidade de uma população e essa padronização viabiliza a comparação.

Analisada a violência urbana em seus conteúdos de sentido mais essenciais, a sua representação indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial (MACHADO DA SILVA, 2004). Como indicador dessas duas condições foram selecionados alguns dos crimes mais salientes para a sociedade. Essa saliência é percebida pela quantidade de reportagens desses crimes à polícia e sua significação quanto o grau de violência<sup>19</sup>.

#### **3.1.4.2 - Variáveis independentes**

As variáveis independentes serão escolhidas de acordo com os pressupostos estruturais da teoria do isolamento social. Nesse trabalho,

---

<sup>19</sup> Alguns crimes como, aborto, rixa, ameaça, etc. foram descartados de acordo com 2 critérios: por 1) não existir em número suficiente nas UDH's para ter significância estatística e 2) por não ter uma saliência social a ponto de ser ameaça nem a integridade física e nem a garantia patrimonial.

procura-se relacionar a configuração do espaço com o acondicionamento societal de vizinhanças isoladas socialmente ao comportamento criminoso. Ou seja, procura-se destacar algumas variáveis que podem indicar um padrão societal normativo que produz uma forma de socialização que permite o maior desenvolvimento do comportamento criminoso.

Algumas vizinhanças apresentam uma extrema concentração de desvantagens, que criam um ambiente sócio-estrutural diferenciado. Para mensurar o grau dessa diferenciação foram selecionadas algumas variáveis que serviram de indicadoras dessa condição.

- 1. Percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa.**
- 2. Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos que tiveram filhos (estando os mesmos vivos ou não).**
- 3. Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola.**
- 4. Percentual de jovens de 18 a 24 anos com menos de 4 anos de estudo.**
- 5. Percentual de pobres. Taxa de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50<sup>20</sup>.**
- 6. Taxa de desemprego da população de 15 anos e mais<sup>21</sup>**
- 7. Percentual dos ocupados em caráter informal<sup>22</sup>.**

---

<sup>20</sup> Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, em reais de agosto de 2000, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

<sup>21</sup> Corresponde ao percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desempregada, ou seja, que não estava ocupada mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data da pesquisa .

## VARIÁVEL DE CONTROLE

### 8. Percentual de homens de 15 anos ou mais em 2000.

Durante a vida um indivíduo passa por um intenso e complexo processo de interiorização de normas e valores que conformarão suas possibilidades e alternativas para os cursos de suas ações. Essa série de ações é conhecida como *socialização*. A socialização é o processo através do qual os indivíduos são preparados para participar dos sistemas sociais. Incluída neste conceito há alguma compreensão de símbolos e sistema de ideias, linguagem e as relações que constituem os sistemas sociais.

Nota-se que é através dos processos de socialização que os indivíduos se tornam mais ou menos integrados aos laços sociais que formam as instituições e estruturas sociais. No sentido dessa integração e conformação de valores é que a socialização está relacionada com o conceito de isolamento social.

O fenômeno do isolamento social é bastante complexo e tem muitas variáveis intervenientes. Contudo, sua operação se dá principalmente através do processo de socialização diferenciada de grupos e indivíduos, é através desse processo que se incorporam valores e normas sociais. Desse processo pode-se perceber duas etapas, a socialização primária e secundária e alguns vetores importantes para a sua consecução. Dessa forma, escolheu-se quatro vetores para organizar e sistematizar as explicações das variáveis escolhidas

---

22 Percentual de pessoas ocupadas que são empregados sem carteira assinada, trabalhadores domésticos sem carteira assinada, conta-própria sem contribuição à Previdência, empregadores sem contribuição à Previdência, aprendiz ou estagiário sem remuneração, não remunerado em ajuda a membro do domicílio ou trabalhador na produção para o próprio consumo.

para esse estudos, a saber: família, escola, condição sócio-econômica e trabalho.

### *FAMÍLIA*

O passo inicial para a interiorização do mundo do qual o indivíduo fará parte começa pela família. É através da família que acontece a primeira troca de experiências e informações do indivíduo com o mundo social. A partir dessa transferência forma-se a personalidade, a consciência, interiorizando aquilo que se observa nos familiares mais próximos (as atitudes, os modos, as normas etc.).

Identifica-se, a partir dessa transferência, não somente os outros que o rodeiam, mas todas as normas e regras da sociedade, e, assim, passa-se também a ser um membro reconhecido da sociedade. Esse processo é conhecido como *socialização primária* (JOHNSON, 1997).

No processo de *socialização primária*, o aprendizado é realizado por pessoas que estão próximas (familiares) à criança. Os familiares tornam-se “outros significativos” para a criança, ou seja, onde regras e normas se estabilizam e passam a ser consideradas um padrão, e a criança generaliza esses conceitos como únicos em todo o seu mundo.

Portanto, ter indicadores relativos às condições das famílias é fundamental para entender o primeiro acesso dos indivíduos ao mundo social. De acordo com Cernkovich, Giordano, Lanctôt (2007), a família deve ser considerada como instituição fundamental para entender a criminalidade por envolver pelo menos sete dimensões da interação: o controle e supervisão,

suporte de identidade, carinho e confiança, comunicação íntima, a comunicação instrumental, desaprovação dos pais de seus pares, e os conflitos.

Merton acrescenta ainda que,

*“as famílias funcionam como importante correia de transmissão na difusão dos padrões culturais, em relação a geração seguinte. A família transmite especialmente a porção da cultura acessível ao estrato social e aos grupos em que os próprios pais se encontram. É, portanto, um mecanismo para disciplinar as crianças em termos dos objetivos culturais e dos costumes característicos dessa estreita variedade de grupos”* (p.232, 1970).

As variáveis 1 (Percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa) e 2 (Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos que tiveram filhos) dizem respeito ao contexto familiar. Essas duas variáveis de acordo com alguns estudos (cf. BARNOSKI *et al* 1997) são fortes indicadores da condição familiar e teriam influência indireta sobre o crime.

Em vizinhanças com altas taxas de mulheres responsáveis pelo domicílio e sem cônjuge e com filhos pequenos e também com alto percentual de adolescentes grávidas tendem a apresentar um menor volume de controle e supervisão do comportamento dos seus filhos e dos filhos dos vizinhos. Além do mais, famílias nessas condições têm menos possibilidades de desaprovar atitudes desabonadoras das crianças.

As vizinhanças que apresentam grande proporção de famílias com essas características teriam menos condições de transmitir os valores da sociedade padrão para as gerações futuras se comparado a famílias nucleares, organizadas, com trajetória de vida bem definida (WILSON, 1987). E também terão menor capacidade de supervisão e proteção não apenas das crianças e da própria casa, mas também das atividades da vizinhança como um todo. Resumindo, hipoteticamente, uma comunidade caracterizada por desestruturação familiar terá menor supervisão dos jovens e, portanto, maior taxa de criminalidade e delinquência.

### *ESCOLA*

A escola é outra importante instituição conformadora de valores e comportamentos. Além do mais, ela reforça e amplia boa parte da influência que a família exerce. Desse modo, a escola também contribui com as características interativas ressaltadas por Cernkovich, Giordano, Lanctôt (2007).

Durante a parte final da infância de um indivíduo, começa o processo de socialização secundária. Essa parte da socialização é oferecida por diversos tipos de organizações e instituições, e a escola é das mais importantes delas. É quando o indivíduo já socializado recebe uma carga de conhecimentos específicos que irá ajudá-lo na compreensão das relações sociais estabelecidas no interior da sociedade. Na socialização secundária o indivíduo terá uma visão mais ampla, surgindo assim várias visões de mundo legitimadas acompanhadas de diversos significados. Na escola e em outras instituições o indivíduo começa a comparar os seus valores familiares, com os valores da

sociedade em geral, compondo o “*outro generalizado*”, formando assim a sua ideia geral de sociedade (JOHNSON, 1997).

Por permitir no final da infância o maior contato com o “outro” é que a escola se configura como instituição fundamental para fazer a passagem da formação do “outros significantes”, para o “outro generalizado”.

A escola é fundamental para estabelecer uma rede de supervisão e transferência de valores aos seus alunos. Além de a escola fornecer o conteúdo básico para a criança e o jovem se inserir no mundo social, as atividades dentro da escola ajudam a monitorar e controlar ações dos alunos no decorrer do dia. Quando crianças e jovens de uma vizinhança estão fora da escola elas tendem a estar menos suscetíveis ao controle e supervisão de adultos e mais vulneráveis ao assédio do mundo do crime e da violência.

De acordo com Zaluar (2001) a capacidade da instituição escolar como formadora de indivíduos está na sua competência para transmitir conhecimentos básicos e dar uma formação moral e ética que conduza à autonomia pessoal e à habilidade de se defender dos riscos provocados pela competição do mundo moderno. Ela afirma também que quando jovens e crianças pobres estão fora da escola eles estão mais vulneráveis a cooptação do crime-negócio ou da economia subterrânea.

Para analisar a condição da educação na vizinhança, escolheu-se como indicadores dessa dimensão duas variáveis: 3 (Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola) e 4 (Percentual de jovens de 18 a 24 anos com menos de 4 anos de estudo).

Assim a variável número 3 (Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola) compreende a idade em que todas as crianças deveriam estar na escola, portanto, quanto maior o percentual de crianças que evadem ao ensino fundamental e médio, menor é a chance de se adequarem aos valores educacionais tão importantes para sua integração na sociedade e no mercado de trabalho. E quanto menos integradas elas tiverem, maior a chance de se envolverem em atividades desviantes.

Quanto maior o percentual de crianças fora da escola, menor as chances dessas crianças se adequarem a modelos de papéis sociais padrão, dos quais podem se citar a percepção de que educação é importante, que emprego estável é uma alternativa de vida e que há uma conexão entre escolaridade e qualidade de emprego. A ausência de contatos e interações frequentes com indivíduos, grupos e instituições que representem os padrões sociais mais comuns poderia dar origem a comportamentos desviantes do padrão, tornando essas crianças mais suscetíveis ao isolamento.

Se considerarmos que nossos valores são em grande medida, conformados pelas pessoas que estabelecemos contatos constantemente, o enfraquecimento da qualidade destes contatos com pessoas de alta escolaridade, com emprego e famílias estáveis, poderia gerar além de um tipo de comportamento e expectativas diferenciadas, também tipos de linguagem e posicionamento de mundo (BOURDIEU, 1998) (ANDERSON, 1990), postura para o trabalho (BOURDIEU, 1963), auto-eficácia (WILSON, 1996) e códigos da rua (ANDERSON, 1990) que não fossem interessantes do ponto de vista



dos padrões sociais. Resultando dessa forma em comportamentos isolados socialmente.

Nesse mesmo sentido, procurou-se medir também a condição educacional dos jovens de cada vizinhança, por isso escolheu-se a variável 4 que corresponde ao percentual de jovens de 18 a 24 anos com menos de 4 anos de estudo. Essa variável mede o nível de fracasso escolar, seja por falta de acesso ao ensino na vizinhança, ou por problemas individuais que o aluno poderia ter tido ao longo da sua vida. O alto percentual de jovens com baixa escolaridade está ligado à deficiência da escola e da estrutura social em desenvolver disposição durável de disciplina e controle sobre o curso de ações dos jovens. Colocando esse jovem muito mais exposto a condições contraditórias de ajustamento ao mundo do trabalho e a sociedade padrão. Por exemplo, um jovem com baixa escolaridade e pobre tem muito mais dificuldade em transformar o seu capital humano em capital econômico pelas vias institucionalizadas.

### *CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA*

O baixo status socioeconômico representa o grau de alocação de renda e recursos numa localidade. De acordo com Shaw e Mckay (1942) as vizinhanças com grau elevado de pobreza sofreriam de uma base organizacional muito mais frágil do que um vizinhança com um grau menor. Assim, vizinhanças com maior privação de recursos teriam uma menor capacidade de gerar um sistema eficiente de controles e organizações. Nesse sentido, Sampson & Groves (1989) hipotetizam que o efeito da pobreza sobre as taxas de crime e delinquência operaria por meio dos controles formais e

informais como um reflexo da participação organizacional e da supervisão comunitária dos jovens residentes. E apesar desse ser um pressuposto da TDS cabe adequadamente aos pressupostos da Teoria do Isolamento Social.

A correlação entre o baixo status socioeconômico e criminalidade tem sido uma das bases da teoria ecológica da criminalidade e da delinquência. Inúmeros estudos demonstraram como a concentração da pobreza afeta diretamente o tecido social, que por sua vez, implica na qualidade das relações entre as pessoas podendo tornar essas relações mais conflituosas e combativas (KORNHAUSER, 1978; BURSİK, 1984; BYRNE & SAMPSON, 1986). Nessa direção, observa-se também o trabalho de Massey (1996), que aborda propriamente os efeitos da concentração de desvantagens em relação a uma socialização conflitiva e desviante. Detaca-se também Baumer *et al* (2003) que analisam os efeitos da concentração de pobreza na natureza da violência.

Deve-se ressaltar que não é a pobreza que está diretamente relacionada com a criminalidade. Mas a hipótese é que vizinhanças com alta concentração de pobreza tendem a desenvolver comunidades com menor capacidade de organização e com um sistema de controle e supervisão mais precário do que vizinhanças com condições socioeconômicas mais altas. Dessa forma, mecanismos de combate a criminalidade seriam mais frágeis em vizinhanças mais pobres se comparado a vizinhanças de classe média.

Por seu turno, Wilson (1987) apresenta importante relações de vizinhanças com alta concentração de pobreza e criminalidade. Segundo ele essa condição de pobreza afeta outros mecanismos de restrição a

comportamento desviante, como por exemplo o desenvolvimento de sistemas normativos e de controle das ações dos indivíduos. De acordo com o autor americano a pobreza está diretamente relacionada a falta de estrutura familiar, nascimentos fora do casamento e gravidez na adolescência implicam em piores condições das mães no mercado de trabalho.

Como se viu a concentração de pobreza é componente importante na mensuração do nível de isolamento social de uma comunidade. Portanto, escolheu-se a variável 5 (Percentual de pobres. Taxa de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50) considerada significativa para mensurar esse parâmetro na noção de isolamento.

### *TRABALHO*

Outra instituição importante para a formação normativa dos indivíduos é o mundo do trabalho. Wilson (1996) e Bourdieu (1963) como foi discutido no capítulo 2 (seção 2.3) demonstraram que o mundo do trabalho é importante não só para o sustento material do indivíduo, mas também constitui uma estrutura para o comportamento diário e padrão de interação por causa da disciplina e regulação. Desse modo, o desemprego e o trabalho informal permanentes dificultam uma coerente organização do presente, viabilizando um sistema concreto de expectativas e metas. Com o objetivo de testar em que medida vizinhanças com população em precárias condições de trabalho estão relacionadas a taxas de crime é que se destacou as variáveis 6 (Taxa de desemprego da população de 15 anos e mais) e 7 (Percentual dos ocupados em caráter informal).

## *VARIÁVEL DE CONTROLE*

Por fim, vale destacar a necessidade de variáveis de controle para ajustar os efeitos das variáveis de isolamento social sobre as taxas de criminalidade e certificar quanto do efeito sobre essas taxas é realmente da variável latente (isolamento social), ou de outro variável interveniente. Para tanto, se utilizará da variável “Quantidade de homens de 15 anos ou mais no domicílio em 2000”. Pois a suposição é que homens mais jovens estão mais dispostos a cometerem crime e são mais expostos ao risco de vitimização. Além do mais muitas pesquisas realizadas sobre o tema (ZALUAR, 2002; FAJNZYLBER, LEDERMAN, LOAYZA, 2001) tem mostrado a relação entre homens jovens e a vitimização e efetivação do ato criminoso.

### **3.2 – Problema de Pesquisa e Hipóteses de Pesquisa**

#### *Problema*

Esse trabalho está inserido numa problemática de pesquisa que envolve a questão ampla de como características estruturais e normativas podem estar relacionadas e associadas ao comportamento criminoso. Assim considera-se como suposto que toda realidade social é desenvolvida através de condições objetivas e subjetivas que ganham continuidade no tempo condicionando formações sociais que ganham algum tipo de regularidade.

Essa problemática abre espaço para perguntar por que taxas de crime diferem de lugar para lugar e de tempos em tempos, e como as condições sociais estão associadas a diversos tipos de crimes. E mais especificamente

procura-se entender qual a relação entre espaço urbano, contexto social e criminalidade. Nesse sentido, questiona-se qual o mecanismo societal que viabiliza que certas vizinhanças tenham um elevado grau de concentração de pessoas desvantajadas (ou seja, que não estão inseridas na sociedade padrão), e que se encontram em situação de isolamento social? E de que maneira o isolamento social está associado às taxas de criminalidade?

### *Hipóteses*

A constatação estável, fundamentada no estudo do espaço urbano, é de que o seu traçado não é definido aleatoriamente, pelo contrário, ele segue orientações e preferências de classes e grupos sociais. O arranjo espacial das cidades brasileiras reforça as distâncias sociais, permitindo que as pessoas se relacionem enquanto diferentes: patrões e empregados, os de cima e os de baixo, os do centro e os da favela, nós e eles. Essa configuração urbana tendenciosa não tem apenas implicações geográficas, mas seus efeitos incidem sobre a construção de valores sociais e culturais de solidariedade e de comportamentos compartilhados entre os grupos diferenciados.

A primeira hipótese é de que existem certas condições estruturais que convergem para um mecanismo social que isolam socialmente certos grupos. Ou seja, existe a relação de um conjunto de características que concorrem para uma condição de isolamento social. E observa-se que essa construção é um processo histórico que funciona através do mecanismo social de certos constrangimentos sobre as escolhas que alguns indivíduos podem fazer em suas vidas diárias. Certas restrições, como por exemplo, poucas oportunidades de estudo e baixa capacitação para o trabalho, combinadas com oportunidades

restritas na inserção na sociedade padrão, levam a comportamentos e atitudes relacionadas ao modo de vida de lugares com alta concentração de pobreza.

A segunda hipótese a ser testada, é de que vizinhanças com alto grau desse isolamento social tendem a ter maior quantidade de crime contra a vida, homicídios e lesão corporal e agressão. A relação causal é que vizinhanças com maior grau de isolamento social estariam mais expostas a um tipo de socialização violenta, por essas vizinhanças terem menos capacidades de organização e supervisão de seus moradores, tornando mais recorrente esse tipo de comportamento nessas áreas.

A terceira hipótese é que vizinhanças com baixo grau de isolamento social tenderão a possuir maiores taxas de crime contra o patrimônio, roubo e furto. As vizinhanças com menores graus de isolamento social tendem a ter melhores condições socioeconômicas e, portanto, mais recursos disponíveis para serem alvejados.

### **3.3 – Tratamento dos dados**

Para processar as principais suposições levantadas ao longo do trabalho, serão realizados testes empíricos com dados contextuais e de crimes. Esses dados passarão por tratamento estatístico específico, adequando teoria e técnica para melhor analisar os fenômenos sociais. Para tanto, serão utilizadas estatísticas descritivas e confirmatórias.

A estatística descritiva terá como objetivo básico sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores. Por seu turno, a estatística confirmatória terá como objetivo principal testar hipóteses e confirmar suposições. Nesse sentido, será utilizado o método de modelagem de equações estruturais para perceber o efeito do isolamento social, como variável latente, sobre as diversas taxas de criminalidade.

Análise confirmatória é uma técnica multivariada para testar uma relação entre variáveis pré-estabelecidas. Ao contrário da Análise exploratória onde o pesquisador tem que deixar a natureza da relação entre as variáveis serem definidas pelos dados e pelos métodos, a Análise Confirmatória busca confirmar as relações anteriormente estabelecidas na teoria.

A análise confirmatória será utilizada principalmente através da Modelagem de Equações Estruturais (ou structural equations modeling - SEM). O método de SEM se inicia em um modelo conceitual que especifique as relações entre um conjunto de variáveis, como é o caso do conjunto de variáveis selecionadas para compor o isolamento social. A teoria oferece o ponto central desta técnica. A SEM oferece estimativas da força de todas as relações hipotetizadas em um esquema teórico (HAIR, 2009).

A SEM é mais um método de análises confirmatórias, guiado mais pela teoria do que por resultados empíricos. Desse modo, para o seu processo de modelagem o ponto inicial é a teoria utilizada pelo pesquisador a respeito das relações causais entre um conjunto de variáveis. Deve-se estar bem fundamentado na teoria e na especificação das relações de causa. Assumindo

isto como premissa, expressa-se esta teoria de modo formal e claro. O modelo é apresentado tanto em palavras quanto em diagrama. O diagrama pode ser entendido como um grupo de afirmativas que resumem um conjunto de hipóteses.

O erro mais crítico no desenvolvimento de modelos com base teórica é a omissão de uma ou mais variáveis independentes, um problema conhecido como erro de especificação. Todos os modelos de equação estrutural são acometidos deste erro de alguma forma, considerando-se que um construto ou indicador em potencial pode ser excluído (HAIR, 2009).

Para efetivar-se a análise, faz-se necessária a existência de dados para cada variável do modelo. As variáveis devem ser mensuradas em escala intervalar ou, possivelmente, em escala ordinal, que possa ser tratada como intervalar. O número mínimo de elementos que compõem a amostra deve ficar entre 100 e 150, quando se utiliza a estimação de máxima verossimilhança (maximum likelihood) no cálculo dos parâmetros.

De acordo com Hair (2009), existem dois tipos de variáveis em um modelo de SEM: variáveis endógenas e variáveis exógenas. Os valores das variáveis endógenas são explicados por uma ou mais variáveis exógenas do modelo. Os valores das variáveis exógenas são assumidos como dados, isto é, o modelo não tenta explicá-los. Esta distinção é similar à feita entre variáveis dependentes (endógenas) e independentes (exógenas) da análise de regressão. Entretanto, na SEM, uma variável pode ser tanto dependente quanto independente. A regra é esta: se uma variável é dependente em alguma parte do modelo, então ela é endógena. O diagrama elaborado deve ser



definido em termos de construtos, para então buscarem-se variáveis que irão mensurá-los. Os construtos podem ser exógenos ou endógenos. Cada construto endógeno constitui uma variável dependente nas equações estruturais.

#### **4 – Resultados**

Esse capítulo será organizado em duas seções. Inicialmente será apresentada a disposição gráfica das classes sociais na cidade de Belo Horizonte, depois na primeira seção serão apresentados os dados descritivos e na segunda seção serão apresentadas as análises confirmatórias dos testes realizados.

A Figura 1 abaixo apresenta a distribuição das classes sociais, medida pela renda média per capita no espaço urbano do município de Belo Horizonte em 2000. Observa-se que o modelo atual de explicação do desenvolvimento do espaço urbano belo-horizontino continua sendo o modelo dual. Esse modelo explica que as áreas próximas ao centro são providas com os principais equipamentos urbanos e com a abundância de comércio e circulação de pessoas, enquanto a periferia carece de serviços mais simples de urbanidade.

A figura mostra claramente a manutenção dessa tendência de dualidade<sup>23</sup>, onde nota-se que as classes mais abastadas se concentram na região centro-sul, representada pelas cores azul escuro e azul claro, enquanto toda essa área central é circundada por vizinhanças de classes mais baixas

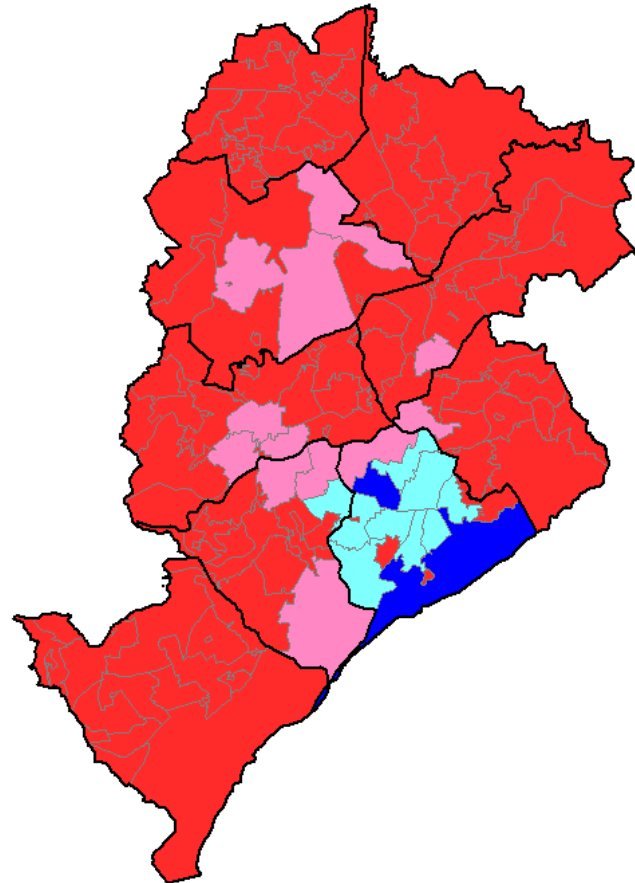
---

<sup>23</sup> Em metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo pode-se observar uma maior mistura e heterogeneidade no espaço urbano, diferentemente de Belo Horizonte, onde a cisão geográfica ainda combina com a cisão social.

localizadas nas áreas periféricas, representada pelas cores rosa e vermelha. Ressalta-se algumas exceções de áreas de grande concentração de pobreza incrustada no centro da cidade, como é o caso da Favela Monte São José, Favela Santa Lúcia e Favela do Sion.

# Figura 1

Renda per Capita, 2000  
UDHs do município Belo Horizonte



Legenda		
Red	122,98 a 809,33	(138)
Pink	809,34 a 1.495,67	(11)
Cyan	1.495,68 a 2.182,02	(9)
Blue	2.182,03 a 2.868,36	(2)

A constatação estável, fundamentada no estudo do espaço urbano, é que sua ocupação não é definida aleatoriamente, pelo contrário, ele segue orientações e preferências de classes e grupos sociais.

#### 4.1 – Estatísticas descritivas

Dividiu-se os dados descritivos das vizinhanças em quatro intervalos constantes para organizar as observações. Desse modo, classificou-se em vizinhanças com renda per capita: Baixa, Média-Baixa, Média-Alta e Alta. São analisadas as características de 155<sup>24</sup> UDH's.

**TABELA 3**

<b>Vizinhanças estratificada por Renda Per Capita Média, BH, 2000</b>		
Baixa	122,98 a 809,33	133
Média-Baixa	809,34 a 1495,67	11
Média-Alta	1495,68 a 2182,02	9
Alta	2182,03 a 2868,36	2
Total		155

Fonte: Dados Sociais: Atlas do Desenvolvimento Humano da RMBH - FJP

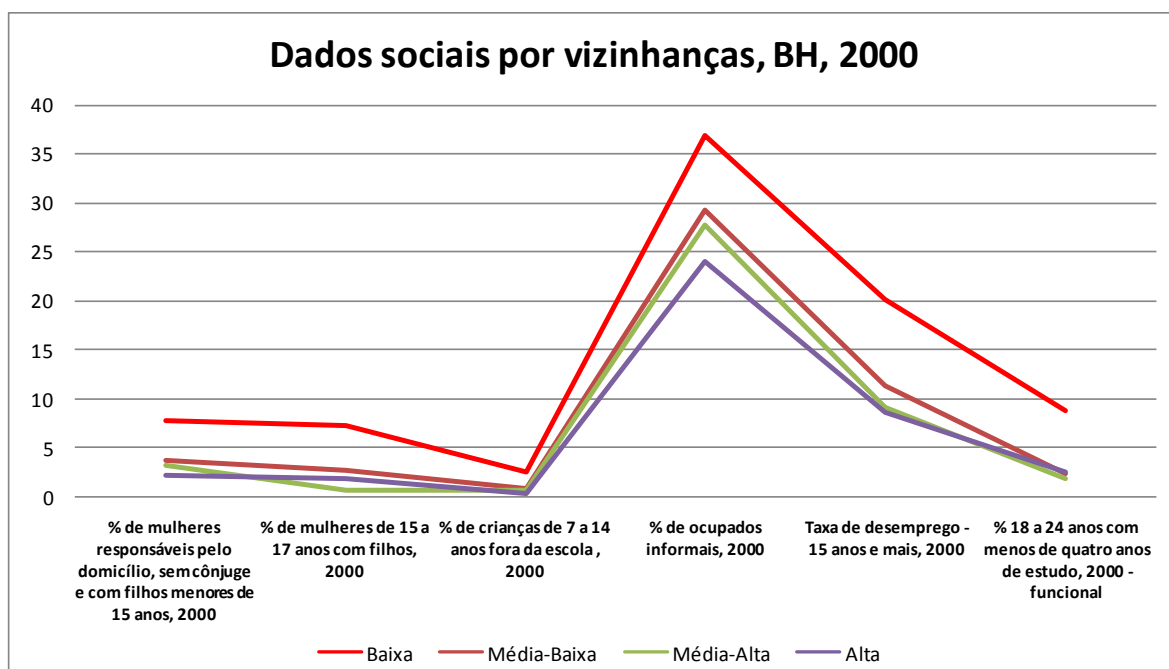
Tabulação própria

Notou-se que a grande maioria das vizinhanças está no estrato mais baixo de renda, são ao todo 133 UDH's. Em seguida apenas 11 UDH's estão no estrato Média-Baixa, depois somente 9 UDH's estão no estrato Média-Alta e por fim, simplesmente 2 UDH's compõem o estrato de renda média Alta.

<sup>24</sup> No banco de dados original da Fundação João Pinheiro são 160 UDH's. Mas devido a falhas na compatibilização dos bancos de dados sociais, com os dados de crime da polícia, optou-se por excluir as 5 UDH's não compatíveis.

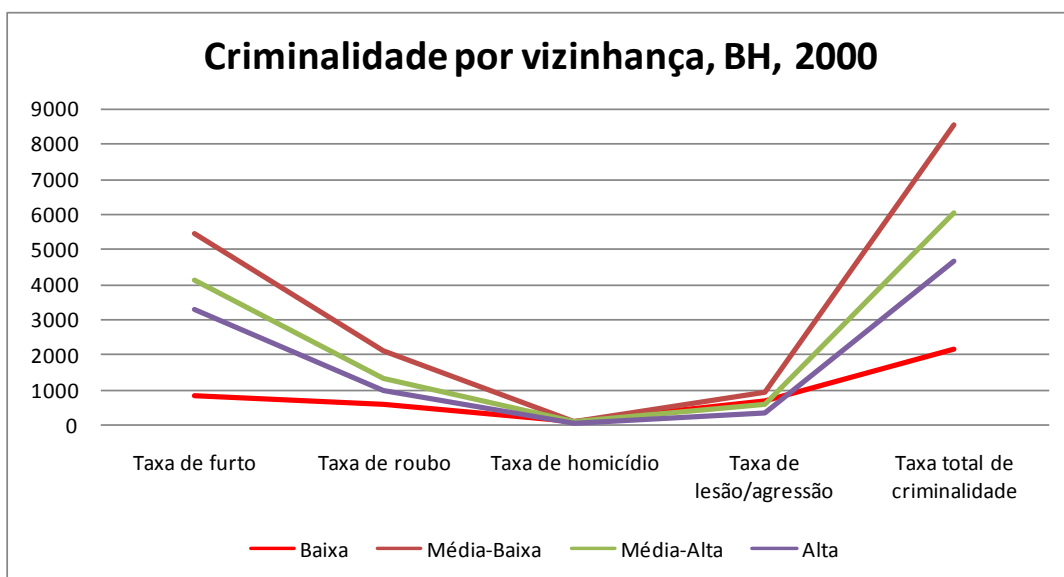
Procurou-se comparar as médias das condições sociais e as taxas de criminalidade entre os quatro estratos de renda.

**GRÁFICO 1**



Observou-se no primeiro momento que as condições estruturais são mais precárias nas vizinhanças com renda Baixa, representado pela linha vermelha. Em todos os indicadores os seus percentuais médios são maiores do que nos outros estratos. Os outros três estratos apresentam características semelhantes. No entanto, com a categoria baixa é muito grande, o dado não nos diz muita coisa, mas atende bem as necessidades de descrição do objeto estudado.

**GRÁFICO 2**



No gráfico 2 acima não se pode observar nenhuma inferência relevante na relação entre os estratos de vizinhanças e os tipos de crime. Nota-se inclusive que o estrato de renda média baixa é o que apresenta as menores taxas de crime em quase todas as taxas de crime, exceto em taxa na taxa de lesão e agressão.

A tabela 4 abaixo apresenta a correlação entre as variáveis dependentes e independentes. Essa relação é medida pela correlação de Pearson, que indica a força de relação entre duas variáveis e qual a direção da mesma.

Nesse sentido, observa-se nos crimes contra o patrimônio (furto e roubo) que existe uma relação negativa, mesmo sendo fraca, com todas as variáveis de condições estruturais (família, escola, condição socioeconômica e emprego). Ou seja, áreas que tem melhores condições estruturais estão relacionadas com o maior número de crimes contra o patrimônio. Isso se explica porque vizinhanças com melhores condições tendem a ter mais recursos disponíveis para ser alvejados e por isso as ocorrências são mais

recorrentes nessas áreas. Isso poderia ir de encontro a hipótese lançada de que áreas com alto índice de isolamento social teriam maiores taxas de crime. E como se observa é isso que se verifica para os crimes contra o patrimônio.

Quando se analisa os crimes contra a pessoa (homicídio e lesão/agressão) a direção da relação se inverte em quase todos indicadores, sendo positiva.

No que tange a análise da taxa de homicídio, sua relação não é significativa com os seguintes indicadores: percentual de adolescentes com filhos, percentual de crianças fora da escola e percentual de ocupados informais. Todos os outros indicadores de condições estruturais têm relação significativa e positiva, exceto o percentual de homens com mais de 15 anos que tem uma relação negativa.

No que diz respeito à taxa de lesão/agressão nenhuma relação significativa foi observada.

Quando elaborada a taxa total de criminalidade, usando apenas os crimes utilizados nesse trabalho, nota-se que ela tem o mesmo comportamento das relações dos crimes contra o patrimônio. Isso talvez aconteça porque os crimes contra o patrimônio têm maior ocorrência do que os crimes contra a vida, e, portanto, é possível que eles dirijam o comportamento da análise estatística.

Nota-se também que a magnitude de nenhuma correlação é superior a 0,5. O que demonstra que nenhuma correlação entre as variáveis pode ser considerada como forte.

TABELA 4<sup>25</sup>

**Correlações de Pearson**

	% de mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos, 2000	% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 2000	% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 2000	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000 - funcional	% de pobres, 2000	Taxa de desemprego - 15 anos e mais, 2000	% de ocupados informais, 2000	Homens, 15 anos ou mais, 2000
Taxa de furto	-,283(**)	-,242(**)	-,201(*)	-,286(**)	-,315(**)	-,376(**)	-,251(**)	,182(*)
Taxa de roubo	-,308(**)	-,267(**)	-,215(**)	-,324(**)	-,355(**)	-,377(**)	-,289(**)	,248(**)
Taxa de homicídio	,354(**)	0,157	0,124	,323(**)	,283(**)	,222(**)	0,112	-,186(*)
Taxa de lesão/agressão	0,111	0,019	-0,008	0,065	0,042	-0,003	0,068	-0,103
Taxa total de criminalidade	-,248(**)	-,224(**)	-,186(*)	-,259(**)	-,289(**)	-,343(**)	-,231(**)	,168(*)

\*\* Significante a 0,01

\* Significante a 0,05

Fonte: Dados Sociais: Atlas do Desenvolvimento Humano da RMBH - FJP

Dados de Criminalidade: Crisp/2000

Tabulação própria

<sup>25</sup> As relações não significativas foram hachuradas para facilitar a leitura.



Até agora os dados permitiram que se observasse com segurança apenas a distribuição desigual das condições sociais e estruturais no interior do espaço urbano. Os dados permitiram também dizer em que medida as taxas de criminalidade estão relacionadas com os indicadores sociais que compõe a noção de isolamento social. E essas relações não são fortes. Desse modo, notou-se que as vizinhanças com menor nível de isolamento social, ou seja, que têm melhores condições estruturais estão associadas com altas taxas de crimes contra o patrimônio.

Analisando os crimes contra a vida, observou-se que não se pode fazer nenhuma relação segura entre a noção de isolamento social e as taxas de crime de lesão/agressão. No entanto, houve algumas relações seguras e positivas entre as condições estruturais e as taxas de homicídio. O que permite dizer que pode existir alguma relação de causalidade entre vizinhanças que apresentam alto nível de isolamento social com o comportamento violento, expressa pelas taxas de homicídio.

Os dados descritivos e de correlação indicam a associação entre as variáveis e a direção dessa associação. No entanto, esse método não permite que se estabeleça nenhuma relação de causalidade. Nessa direção será elaborada a partir de agora a análise confirmatória dos dados que vão permitir fazer inferências mais seguras a respeito dos problemas levantados.

## 4.2 – Análise confirmatória

Nessa seção serão apresentados os testes em Análise Confirmatória, que busca ratificar as relações anteriormente estabelecidas na discussão teórica.

**TABELA 5**

<i>Estatísticas descritivas das variáveis independentes e dependentes, BH, 2000</i>					
	Observação	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
% de mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos, 2000	155	1,85	14,28	7,21	3,13
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 2000	155	0,00	15,16	6,47	4,02
% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 2000	155	0,00	11,33	2,29	1,56
% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000 - funcional	155	0,28	17,39	7,93	5,19
% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	155	0,28	17,39	7,93	5,19
% de pobres, 2000	155	0,24	44,36	20,2812	13,81056
Taxa de desemprego - 15 anos e mais, 2000	155	7,82	27,42	18,83	5,16
% de ocupados informais, 2000	155	22,25	45,99	35,70	5,32
Homens, 15 anos ou mais, 2000	155	88,00	10406,00	5014,12	3029,39
Taxa de furto	155	1,00	39013,97	1376,62	3250,80
Taxa de homicídio	155	1,00	594,49	92,03	91,00
Taxa de lesão/agressão	155	1,00	5206,38	668,46	476,83
Taxa de roubo	155	1,00	11856,37	717,96	1008,77
Taxa total de criminalidade	155	1,00	56436,31	2854,89	4620,14

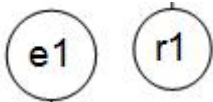
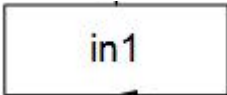
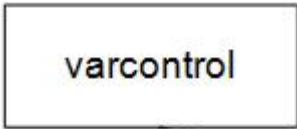

Fonte: Dados Sociais: Atlas do Desenvolvimento Humano da RMBH - FJP

Dados de Criminalidade: Crisp/2000

Tabulação própria

A tabela acima é útil para sintetizar o comportamento das variáveis dependentes e independentes do modelo estatístico de análise confirmatória. Vale ressaltar que as taxas de criminalidade são ponderadas pelo tamanho da população e são elaboradas contando todas as ocorrências registradas pela polícia no ano de 2000.

O diagrama abaixo apresenta a relação entre as variáveis dependentes e independentes do modelo de equações estruturais. No entanto, é preciso explicar o que representa cada figura geométrica para facilitar a compreensão.

	<p>Os círculos localizados nos extremos do diagrama representam a estimação do erro de cada relação entre as variáveis calculadas.</p>
	<p>As variáveis que estão num retângulo representam variáveis manifestas, ou seja, observáveis, no banco de dados desenvolvido para o estudo. Veja lista abaixo.</p>
	<p>Existe também a necessidade de uso de uma variável de controle para ajustar os efeitos da variável de isolamento social sobre as taxas de criminalidade e certificar quanto do efeito sobre essas taxas é realmente da variável latente (isolamento social), ou de outra variável interveniente. A variável de controle é Percentual de homens de 15 anos ou mais em 2000.</p>
	<p>A variável que está no círculo maior representa a variável latente, que no caso é o isolamento social. O isolamento social não pode ser medido, nem observado diretamente, mas pode ser estimado pela relação entre as variáveis manifestas.</p>

As variáveis manifestas, que serão as variáveis independentes (in), são respectivamente:

in1: Percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa.

in2: Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos que tiveram filhos (estando os mesmos vivos ou não).

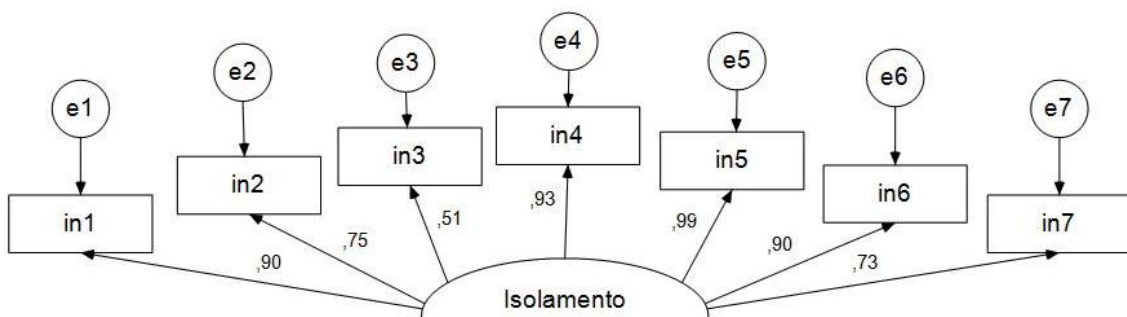
in3: Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola.

in4: Percentual de jovens de 18 a 24 anos com menos de 4 anos de estudo.

in5: Percentual de pobres. Taxa de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50.

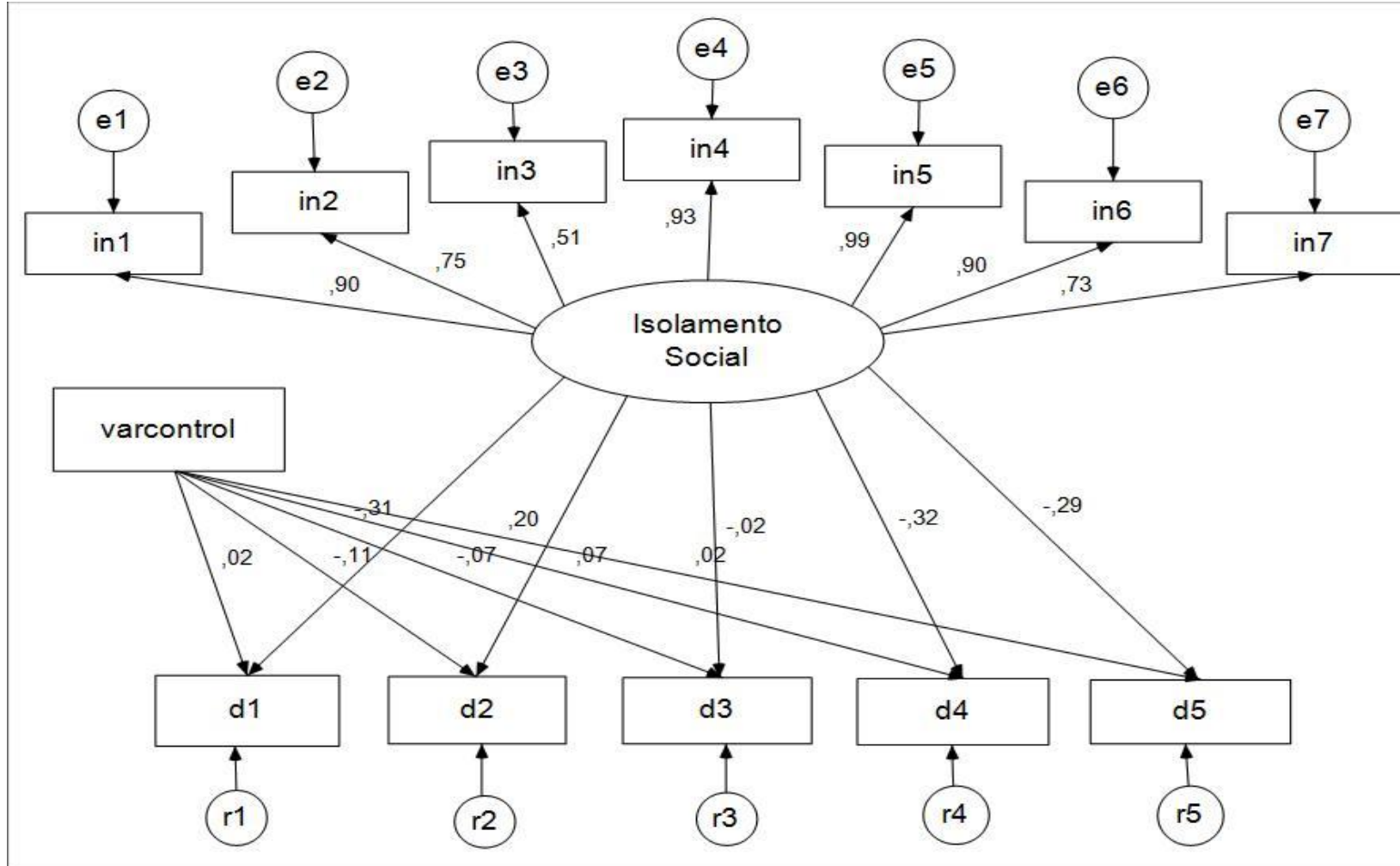
in6: Taxa de desemprego da população de 15 anos e mais.

in7: Percentual dos ocupados em caráter informal.



Os valores presentes junto às setas são os coeficientes de regressão medidos nas análises estatísticas.

Figura 2



**TABELA 6**

<b>COEFICIENTES DE REGRESSÃO NÃO PADRONIZADOS</b>						
			Estimativa	Erro Padronizado	Razão Crítica	Sig
Percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa.	<---	Isolamento_Social	0,206	0,008	24,273	***
Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos que tiveram filhos	<---	Isolamento_Social	0,221	0,016	13,982	***
Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola.	<---	Isolamento_Social	0,058	0,008	7,26	***
Percentual de jovens de 18 a 24 anos com menos de 4 anos de estudo.	<---	Isolamento_Social	0,354	0,012	29,751	***
Percentual de pobres	<---	Isolamento_Social	1			
Taxa de desemprego da população de 15 anos e mais	<---	Isolamento_Social	0,338	0,014	23,931	***
Percentual dos ocupados em caráter informal	<---	Isolamento_Social	0,284	0,022	13,049	***
Taxa de furto	<---	Isolamento_Social	-73,446	18,175	-4,041	***
Taxa de homicídio	<---	Isolamento_Social	1,328	0,515	2,58	**
Taxa de lesão/agressão	<---	Isolamento_Social	-0,614	2,815	-0,218	0,827
Taxa de roubo	<---	Isolamento_Social	-22,958	5,555	-4,133	***
Taxa total de criminalidade	<---	Isolamento_Social	-95,702	26,071	-3,671	***
Taxa de furto	<---	varcontrol	36,164	124,174	0,291	0,771
Taxa de homicídio	<---	varcontrol	-4,761	3,518	-1,353	0,176
Taxa de lesão/agressão	<---	varcontrol	-16,149	19,242	-0,839	0,401
Taxa de roubo	<---	varcontrol	32,621	37,953	0,86	0,39
Taxa total de criminalidade	<---	varcontrol	47,914	178,133	0,269	0,788

\*\* Significante a 0,01

\*\*\* Significante a 0,05

Fonte: Dados Sociais: Atlas do Desenvolvimento Humano da RMBH - FJP

Dados de Criminalidade: Crisp/2000

Tabulação própria

Essa tabela apresenta os coeficientes não padronizados das relações de regressão, portanto dados brutos. A padronização é o procedimento pelo qual os dados brutos são transformados em novas variáveis, com média 0 (zero) e variância 1 (um). Quando os dados são padronizados o intercepto assume o valor 0. Por isso é mais usual se interpretar os coeficientes padronizados, que se encontram na tabela abaixo.

É pertinente observar nessa tabela a significância de cada relação. Nota-se que a variável de controle (percentual de homens acima de 15 anos) na vizinhança não tem significância com nenhuma das taxas de criminalidade.

Contudo, observa-se que todas as outras relações apresentam significância estatística, exceto a relação entre isolamento social e taxa de lesão/agressão.


**TABELA 7**

<b>COEFICIENTES DE REGRESSÃO PADRONIZADOS</b>			
			Estimativa
Percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa.	<---	Isolamento_Social	0,9
Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos que tiveram filhos	<---	Isolamento_Social	0,755
Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola.	<---	Isolamento_Social	0,509
Percentual de jovens de 18 a 24 anos com menos de 4 anos de estudo.	<---	Isolamento_Social	0,933
Percentual de pobres	<---	Isolamento_Social	0,993
Taxa de desemprego da população de 15 anos e mais	<---	Isolamento_Social	0,897
Percentual dos ocupados em caráter informal	<---	Isolamento_Social	0,731
Taxa de furto	<---	Isolamento_Social	-0,312
Taxa de homicídio	<---	Isolamento_Social	0,204
Taxa de lesão/agressão	<---	Isolamento_Social	-0,018
Taxa de roubo	<---	Isolamento_Social	-0,317
Taxa total de criminalidade	<---	Isolamento_Social	-0,285

Fonte: Dados Sociais: Atlas do Desenvolvimento Humano da RMBH - FJP

Dados de Criminalidade: Crisp/2000

Tabulação própria

 Não significativo

Na tabela acima se pode observar as estimativas de todos os coeficientes de regressão já padronizados. Com isso ressalta-se que todos os indicadores de condições estruturais convergem para o mesmo fator, ou para a mesma variável latente, a saber: isolamento social. Conforme foi visto acima os métodos de SEM compõem um modelo conceitual que especifica as relações

entre um conjunto de variáveis, que formam um construto, que não pode ser observado diretamente na realidade, mas que pode ser inferido pela relação entre variáveis que convergem para um mesmo fator. Como ressalta Hair (1999), a SEM oferece estimativas de força de relações hipotetizadas em um esquema teórico. E a variável latente isolamento social adquire validade nessa suposição.

De outro modo, além de todos os coeficientes serem significativos, quase todos os indicadores apresentam uma carga alta, acima de 0,7. Excetua-se a essa tendência apenas o indicador - Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, que apresentou uma carga de 0,509.

Em outras palavras existem evidências para afirmar que a primeira hipótese não pode ser refutada. Ela está fundamentada na ideia de que existiria um conjunto de condições estruturais que convergem para o mesmo mecanismo estrutural de isolamento social. Dessa forma, é coerente dizer que existe um conjunto de relações entre as condições estruturais (família, escola, condição socioeconômica e trabalho) que abre espaço para a observação de uma situação que não pode ser observada diretamente, mas que pode ser inferida através dessas relações, que configuraria uma situação de isolamento social.

Cabe agora interpretar os coeficientes da relação entre essa condição de isolamento social com as taxas de crime.

### **Crimes contra a vida**

Taxa de Homicídio



O aumento de 1 desvio padrão da variação de isolamento social aumenta em 0,204 o desvio padrão na taxa de homicídio.

#### Taxa de lesão/agressão

A relação entre isolamento social e taxa de lesão/agressão não tem significância estatística, portanto, não se pode fazer nenhuma afirmação segura sobre ela.

### **Crimes contra o patrimônio**

#### Taxa de furto

O aumento de 1 desvio padrão na variável de isolamento social diminui em 0,312 desvio padrão na taxa de furto.

#### Roubo

O aumento de 1 desvio padrão na variável de isolamento social diminui em 0,317 desvios-padrão na taxa de roubo.

### **Taxa total de criminalidade**

O aumento de 1 desvio padrão na variável de isolamento social diminui em 0,285 desvios-padrão na taxa total de criminalidade.

Desse modo, a variável latente (isolamento social) se comporta de maneira diferenciada para os dois grupos de crime, contra a vida e contra o patrimônio. Ressalta-se que os efeitos do isolamento social são opostos para crimes contra a pessoa e crime contra o patrimônio. Assim, quanto maior o grau de isolamento social numa vizinhança, maior a possibilidade de se ter

taxas mais altas de crime contra a vida. E contrariamente, quanto menor o isolamento social, maior a possibilidade de se ter taxas mais altas de crime contra o patrimônio numa vizinhança.

Dado esses resultados passa-se a revisão das outras duas hipóteses. Na segunda hipótese postula-se que vizinhanças com alto grau de isolamento social tendem a ter maior quantidade de crime contra a vida, homicídios e lesão corporal e agressão. Essa relação pôde ser observada nas taxas de homicídio, mas não se verificou nas taxas de crime de lesão/agressão.

A causalidade entre o alto grau de isolamento social e a taxa de homicídio pode ser explicada pelo fato das vizinhanças que estão nessa condição estarem mais expostas a um tipo de socialização violenta, por terem menos capacidades de organização e supervisão de seus moradores, tornando assim mais recorrente esse tipo de comportamento nessas áreas. Teoricamente pressupõem que esse seria o mesmo relacionamento para os crimes de lesão e agressão. No entanto, os dados não permitiram fazer essa inferência.

Por fim, compete examinar a terceira hipótese de que vizinhanças com baixo grau de isolamento social tenderão a possuir maiores taxas de crime contra o patrimônio: roubo e furto. Como se observou nos testes demonstrados através da análise de equações estruturais acima, as vizinhanças com menos isolamento social tendem a ter melhores condições socioeconômicas e, portanto, mais recursos disponíveis para serem alvejados e assim tiveram maiores taxas de crime contra o patrimônio.

A taxa total de criminalidade, onde foram somados todos os crimes compreendidos por esse estudo teve o mesmo comportamento do que os crimes contra o patrimônio.

Os resultados dos testes confirmaram as hipóteses da perspectiva de isolamento social somente para o crime de homicídio. O mesmo comportamento não se viu para o crime de lesão/agressão conforme o esperado. Desse modo, a diferença nas taxas de crimes que se observam entre determinadas vizinhanças no interior da cidade de Belo Horizonte podem ser explicadas parcialmente pelo nível de isolamento que cada vizinhança apresenta. Essa afirmação é segura principalmente para os crimes de homicídios. Ou seja, em vizinhanças mais isoladas socialmente pode se observar maiores taxas de homicídio.

No entanto, a perspectiva de isolamento social não pode ser aplicada a explicação da quantidade de crimes contra o patrimônio. A lógica do crime contra o patrimônio pode sugerir outra motivação diferente da lógica de não adequação a valores e normas da sociedade padrão.

## **5. Conclusão**

Ainda há ideias moralistas de que existe uma “classe perigosa” nas cidades, que é composta por pobres, seus territórios e sua sociabilidade violenta e que representam uma ameaça para a sociedade por se configurarem como um problema social. Por outro lado, existem outros que preferem cobrar a conta do aumento da criminalidade dos indivíduos que foram condenados a viver num contexto de concentração de pobreza e que tiveram a sociabilidade

violenta como um dispositivo de controle, aberto e contínuo para sobreviver. No entanto, (parafrazeando a frase da epígrafe de Bertolt Brecht) do criminoso que tudo arrasta se diz violento, porém ninguém diz violento o contexto que o comprime.

Esse trabalho procurou responder por que as taxas de crime estão distribuídas desigualmente no espaço urbano. Para isso, partiu-se da ideia de que existem mecanismos sociais que configuram o espaço urbano, selecionando indivíduos e grupos por classes sociais diferenciadas. É que essa seleção expunha os indivíduos habitantes das vizinhanças a certo tipo de sociabilidade que estimula ou dissuade o comportamento violento e criminoso.

Não se quer dizer com essa relação de causalidade que as áreas geográficas produzem o delinquente e o crime, mas que taxas de delinquentes refletem a efetividade da operação de processos através dos quais a socialização toma lugar e os problemas da vida são encontrados e enfrentados. Entende-se, por outro lado, que quanto maior o envolvimento do cidadão no sistema social, quanto maiores forem os seus elos com a sociedade e maiores os graus de concordância com os valores e normas vigentes, menores seriam as chances desse indivíduo adotar comportamento violento ou criminoso.

De acordo com Ribeiro (2001) “a cidade tem sido um laboratório no qual a sociedade vivencia os dramas e desafios da sua coesão social e experimenta as formas de superar as ameaças a sua manutenção”. Em especial as metrópoles permitem um ambiente específico que influencia uma população no estabelecimento de relações sociais, opiniões, gostos, costumes, visão de mundo. E essas relações sociais são gradativamente dissolvidas pelo menor

grau de controle social e baixa solidariedade entre os indivíduos. Nesse sentido, as relações no interior de uma metrópole tendem a ser mais permissivas, mais atenuadas, mais fugazes, o que viabiliza uma conjuntura de menor integração entre os indivíduos.

Nesse contexto foi importante notar como as relações de vizinhanças, tão importante para a formação moral dos indivíduos no desenvolvimento dos seus cursos de ação, têm se desenvolvido na metrópole. Nota-se que a vizinhança, através do seu complexo sistema de redes de amizade, parentesco e relacionamentos, seria responsável por desenvolver um grau de supervisão coletiva e, por conseguinte, pelo controle da ordem local por uma conformação a valores e normas, e o contexto metropolitano tende a dificultar cada vez mais o desenvolvimento desse sistema.

Torna-se cada vez mais alarmante nas metrópoles a condição social de grupos que vivem em vizinhanças com altos níveis de concentração de desvantagens. Nessas áreas, as chances de se ter acesso a empregos regulares é menor e a possibilidade de acesso a instituições de classe média são dificultados. As características da vizinhança (UDH) que manifestam alto grau de isolamento social ajudam a explicar porque comportamentos violentos e criminosos são mais comuns em algumas áreas e não em outras.

William Julius Wilson (1987, 1996) destacou os efeitos do isolamento social em vizinhanças com alta concentração de pobreza, que tem desenvolvido um conjunto de condições estruturais que tem alimentado uma cultura oposicional deletéria ao sucesso na sociedade padrão. Muitos indivíduos dessas vizinhanças não se sentem capazes de realizar metas e

normas culturais devido a sua socialização com comportamentos relacionados a alta concentração de desvantagens.

Essas condições têm delineado os contornos da cultura através da adaptação seja racional ou acidental de comportamentos ilegais ou violentos. Esses comportamentos ganham permanência no tempo através de uma transmissão cultural de atitudes de pessoas que procuram se proteger e acabam produzindo uma quantidade maior de violência na comunidade. Nesse sentido, essas comunidades desenvolvem um “código de rua” que tende a alimentar a desconfiança e a construção de estereótipos dentro da sociedade de uma forma geral.

Nos testes foi encontrado que o isolamento social está relacionado de maneira diferenciada de acordo com os tipos de crimes. Notou-se que para crimes contra a vida quanto mais isolada socialmente uma vizinhança se encontrava, maior a chance de se encontrar taxas maiores desse tipo de crime. Agora o efeito sobre as taxas de crime contra o patrimônio se inverte, em vizinhanças com baixo nível de isolamento social, ou seja, melhores condições sociais maiores são as suas taxas observadas desse tipo de crime.

Não se pode dizer que o aumento da violência pode ser atribuído somente as “causas” determinantes do isolamento social, mas sim à interação de diversos aspectos que contribuem, na sua sinergia, para estimular a violência, principalmente entre os mais desvantajados. Cabe ainda nessa direção analisar algumas relações que não foram possíveis de ser tratada com melhor aprofundamento. Por exemplo, ficou em aberto a discussão de qual o modelo de desenvolvimento da configuração urbana das metrópoles

brasileiras, lançada no capítulo 1. Outro ponto que precisa ser melhor explicitado é em que medida as favelas brasileiras, lugar nas cidades dos mais isolados socialmente é diferente dos guetos americanos e como ela está conectada, ou desconectada aos valores societais mais amplos. Pode-se observar essa direção nos trabalhos de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2001).

Existe também uma discussão complexa, que não foi devidamente aprofundada, a saber: em que grau a conduta normativa de certos grupos está distante da sociedade padrão, ou se existe uma coexistência de padrões normativos diferentes no interior da sociedade. Enquanto a perspectiva do “isolamento social” acredita que grupos desprivilegiados produzem atitudes desviantes da sociedade padrão, a “perspectiva da sociabilidade” acredita que as diferenças sociais produzem padrões normativos autônomos que coexistem, mesmo tendo um ordenamento social específico. Isso aconteceria, segundo Michel Misse, por causa da capacidade que a ordem violenta tem de isolar e ordenar autonomamente este âmbito, que é intrínseca à representação da violência urbana, e que define a natureza da legitimação de uma vasta gama de práticas. Deve-se mencionar que não teve dados suficientes para mensurar estes elementos de atitudes e adaptações culturais.

Entretanto, o que encontra acordo na teoria criminológica até agora é que a criminalidade e o comportamento violento é resultado de um longo processo histórico de interações sociais realizadas em contextos de desvantagens, onde prevalece um precário senso de alteridade e intersubjetividade compartilhada, resultando num individualismo adaptativo a condições adversas. Nesse sentido, nota-se uma crise nas principais

instituições promotoras de uma sociabilidade segura e integrada, entre essas instituições pode-se destacar a vizinhança, a família, as condições do mundo do trabalho. O drama social, principalmente das grandes cidades brasileiras, é de que existe uma fragmentação no tecido social produzida por sociabilidades diversas e que essa fragmentação produz transformações culturais que resultam em uma dualidade, isolamento e separação no espaço urbano e por consequência maior número de crimes.



## Bibliografia

Akers, R. L., & Sellers, C. S. (2004). *Criminological Theories: Introduction, Evaluation, and Application* (4ª ed.). Los Angeles, California: Roxbury Publishing Company.

Anderson, E. (1990). *Streetwise: Race, Class, and Change in an Urban Community*. Chicago: University of Chicago Press.

Blau, P. M., & Blau, J. (1982). The cost of inequality: Metropolitan structure and violent crime. *American Sociological Review* 47 , 114–29.

Bourdieu, P. (1998). Efeitos de lugar. In: P. Bourdieu, *A miséria do mundo* (p. 746). Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P. (1963). *Trabalho e trabalhadores na Argélia*.

Bursik, R. J. (1988). Social disorganization and theories of crime and delinquency: problems and prospects. *Criminology* , 26 (4).

Bursik-Jr., R. J. (1986). Ecological Stability and the Dynamics of Delinquency. *Crime and Justice* , 8, 35-66.

Byrne, J. M., & Sampson, R. J. (1986). *The Social Ecology of Crime*. New York: Springer-Verlag.

Caldeira, T. P. (2009). *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34.

Carlos, J. A. (1997). *O crime segundo a perspectiva de Durkheim*. Trabalho apresentado no seminário História do Pensamento Sociológico, Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.

Carlos, J. A. (1997). *O CRIME SEGUNDO A PERSPECTIVA DE DURKHEIM*. Trabalho apresentado no seminário História do Pensamento Sociológico., Universidade de Évora, Departamento de Sociologia .

Carvalho, J. A., & Garcia, R. A. (2003). The aging process in the Brazilian population: a demographic approach. *Cad. Saúde Pública* , 725-733.

Castriota, L. B. (2003). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte.

Cernkovich, Stephen A.; Giordano, Peggy; Lanctôt, Nadine. (2007). Delinquent Behavior, Official Delinquency, And Gender: Consequences For Adulthood Functioning And Well-Being. *Criminology*, Vol. 45, 1, p131-157.

Cintra, J. P. (1998). O poder do crime. *Criminologia* , 32-54.

Clinard, M., & Abbott, D. (1976). Community Organization and Proverty Crime: A comparative Study of Social Control in the Slums of an African City. In: J. F. Short-Jr, *Delinquency, Crime, and Society* (pp. 186-206). Chicago: University of Chicago Press.

Cohen, L., & Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rates. *American Sociological Review* , 44, 588-608.

Coleman, J. S. (1990). *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Harvard University Press.

Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais* (3ª Edição ed.). São Paulo: Atlas.

Durkheim, É. (1983). Da Divisão do Trabalho Social. In: É. Durkheim, *Os pensadores*. São Paulo: Victo Civita.

Fajnzylber, P, Lederman, D. e Loayza, N. (2001) *Crímen Y Violencia Em America Latina*.

Freitas, W. C. (2004). *Espaço Urbano e Criminalidade: lições da Escola de Chicago*. São Paulo: Editora Método.

Glaeser, E., & Sacerdote, B. (1999). Why is there more crime in cities. *Journal of Política Economy* , 225-258.

Hughes, P. J. (2004). SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO: referências para a formulação de políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva* , 4 (18), 93-102.

Jr., R. J. (1986). Ecological Stability and the Dynamics of Delinquency. *Crime and Justice* , 8, 35-66.

Kohn, M. (1987). Cross-National Research as an Analytic Strategy. *American Sociological Review* , 52, 328-39.

Lefebvre, H. (2004). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG.

Maricato, E. (2003). MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, 17 (48).

Massey, D. (1996). The Age of extremes: concentrated affluence and poverty in the twenty-first century. *Demography* , 33 (4), 395-412.

Mears, D. P., & Bhati, A. S. (2006). No community is an island: the effects of resource deprivation on urban violence in spatially and socially proximate communities. *Criminology* , 44 (3).

Misse, M. (Dezembro de 1999). Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Misse, M. ([SI]). Sobre a construção social do crime no Brasil: esboço de uma interpretação. [SI] , p. [SI].

Park, R. E. (1987). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: O. G. Velho, *O fenômeno urbano* (4ª Edição ed.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Park, R. E., Burgess, E. W., & Mckenzie, R. (1925). *The City*. Chicago: Chicago Universit Press.

Perlman, J. E. (1977). *O mito da marginalidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Reid, S. T. (1976). *Crime and Criminology*. Illinois: The Dryden Press Hinsdale.

Reiss, A. J., & Tonry, M. (1986). *Communities and crime*. Chicago: University of Chicago Press.

Ribeiro, L. C. (1999). Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. *O futuro das metrópoles: impactos da globalização*. Rio de Janeiro.

Ribeiro, L. C. (2001). Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada. In: L. Wacquant, *Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan.

Ribeiro, L. C., & Lago, L. C. (2001). A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, 1 (15), 144-154.

Rodrigues, A. M. (1988). *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto.

Sampson, R. J. (1986). Effects of Inequality, Heterogeneity, and Urbanization on Intergroup Victimization. *Social Science Quarterly*, 4 (67).

Sampson, R. J., & Groves, W. B. (1989). Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory. *The American Journal of Sociology*, 94 (4), 774-802.

Sampson, R. J., MORENOFF, J. D., & ROWLEY, T. G. (2002). ASSESSING "NEIGHBORHOOD EFFECTS": Social Processes and New Directions. *Research. Annual. Rev. Sociol.*

Sampson, R., Raudenbusch, S., & Earls, F. (1997). Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. *Science* (227), 918-924.

Santos, B. D. (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

Shaw, C., & Mckay, H. (1942). *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: Chicago: Univ. Press. .

Shurman, L. A., & Kobrin, S. (1986). Community careers in crime. In: J. M. Albert J. Reiss, *Communities and Crime*. Chicago: University of Chicago Press.

Shuerman, L. A., & Kobrin, S. (1983). Crime and urban ecological processes: implications for public policy. *Annual meetings of the American Society of Criminology*. Denver.

Silva, B. F. (2004). *COESÃO SOCIAL, DESORDEM PERCEBIDA E VITIMIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL*. Dissertação, UFMG, Belo Horizonte.

Silva, F. C. (2003). Efeito do tamanho de cidades nas taxas de crime: uma análise nos municípios de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil.

Silva, L. A. (2004). Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, 19 (1), 53-84.

Silva, L. S., Paula, E. S., Silva, K. S., Valença, M. R., & Bitoun, J. *Segregação residencial e relações de vizinhança no bairro de Apipucos (Recife - PE)*. Recife.

Stark, R. (1987). Deviant places: A theory of the ecology of crime. *Criminology*, 893-909.

Tibbetts, S. G., & Hemmens, C. (2010). *Criminological Theory - A text/Reader*. London, United Kingdom: SAGE Publications, Inc.

Tigges, L. M., Browne, M., & Green, G. P. (1998). Social isolation of the urban poor: race, class, and neighborhood effects on social resources. *The sociological quarterly*, 53-77.

Valladares, L. d. (2005). *A invenção da favela: do Mito de Origem a Favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.

Villaça, F. (1997). Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. *VII Conferência da Anpur*.

Villaça, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP.

Wilson, J. Q., & Kelling, G. (1982). The Police and Neighborhood Safety: Broken Windows. *The Atlantic*, 127, 29-38.

Wilson, W. J. (1987). *The Truly Disadvantaged*. Chicago: Chicago Press.

Wilson, W. J. (1996). *When work disappears: the workd of the new urban poor*. New York: Alfred A. Knopf.

Wirth, L. (1987). O urbanismo como modo de vida. In: O. G. Velho, *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Zaluar, A. M. (2002). Violência: Questão social ou Institucional? *Revista Urbana*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 30-35.